



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DANIELA BATISTA AGUILAR

Mulheres e Megaprojetos em Barra do Riacho — Aracruz (ES)

Vitória – ES
2021

Daniela Batista Aguilár

Mulheres e Megaprojetos em Barra do Riacho — Aracruz (ES)

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Trigueiro.

Vitória – ES
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Daniela Batista Aguilár

**MULHERES E MEGAPROJETOS EM BARRA DO RIACHO -
ARACRUZ (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 14 de dezembro de 2021.

Comissão Examinadora:

Profª Drª Aline Trigueiro Vicente (UFES)
Orientadora e Presidente da Sessão

Profª Drª Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão (UFRPE)
Examinadora Externa

Profª Drª Teresa Cristina da Silva Rosa (UVV)
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Aline Trigueiro, por ter acreditado em meu tema de pesquisa e em meu trabalho, em circunstâncias adversas em que a estrutura acadêmica me desencorajava. Por todo estímulo e empenho em tornar possível o nascimento de uma profissional da pesquisa que ainda engatinhava (passos teimosamente tortos) mas que conseguiu vislumbrar um caminho a seguir, sob seu trabalho de cuidado científico – no trato reflexivo do olhar e da escrita. Obrigada por sua paciência e generosidade. Você é uma inspiração quanto à profissional que busco ser.

À FAPES, por subsidiar a maior parte de meu trabalho como pesquisadora, possibilitando que eu me dedicasse quase que exclusivamente nos primeiros dois anos da pós-graduação. Ao privilégio que me foi concedido em um delicado momento de vulnerabilidade sanitária e socioeconômica (devido à pandemia de COVID-19).

À minha mãe, que é a família, amparo e o cuidado que me acolhe e acolheu sempre, enfrentando tantas adversidades e afetações quanto as que escutei das mulheres da Barra de quem me aproximei. Quero poder oferecer à senhora, ao menos parte do que sempre proporcionou a mim e a Adriano. Ao meu irmão Alex Adriano Aguilár (in memoriam) por ter sido sinônimo de força e persistência e também inspiração para que eu buscasse ultrapassar os limites impostos a mim pela sociedade. Gostaria que estivesse aqui Leleco, mas sei que participa comigo dessa felicidade.

À família que a vida me presenteou, meus amigos Hugo Quintela e Kassia Cavassani, por partilharem comigo esse grande desafio da vida, sempre oferecendo apoio nas etapas mais delicadas de dor e também partilhando bons abraços apertados e risos largos. Já são cerca de duas décadas desse encontro. Nessa família alargada também estão outras amigades que não serei capaz de nomear todes, agradeço à Xisda pelos encontros de mar e de sorrisos que revigoram o ânimo e a alma, bem como à Kristian e os amigos de primeira mão.

Às amigades que ganhei no PPGCS (2019). Ao grupo das meninas que não soltaram a mão de ninguém em tempos tão conturbados, que me fizeram experimentar de maneira mais contundente o significado do afeto e da irmandade Fernanda, Tálita, Shiara, Amanda e em especial Lorraine que em pouco tempo se

fez presença necessária para atravessar todas as afetações do período, articulando levantes, trocando experiências e passagens de vida. Muito feliz em tê-las comigo.

Aos demais professores do programa de pós-graduação da UFES, que contribuíram enormemente para o despertar de novos olhares e inquietações sociológicas.

Agradeço enormemente às duas mulheres, pesquisadoras e professoras Maria do Rosário e Teresa Rosa que em seu trabalho acadêmico resistem e inspiram ao também atuarem nesse exercício diário de escovação a contrapelo, na ciência e na vida, e que de forma tão generosa me permitiram contar com as suas valiosas contribuições em meu processo formativo acadêmico. Gratidão!

RESUMO

Esta pesquisa parte de uma abordagem socioantropológica acerca da questão de gênero em um contexto de grandes projetos de desenvolvimento, a partir da ótica de mulheres que vivem e trabalham numa localidade atingida diretamente pelos múltiplos efeitos desses projetos, em Barra do Riacho (BR), bairro do município de Aracruz no estado do Espírito Santo. Interesse-me por compreender como essas mulheres assimilam essa realidade, atuam e/ou sofrem as repercussões desenvolvimentistas na figura dos megaempreendimentos, um contexto de inflamado risco, invisibilidade e vulnerabilidade socioambiental, já que as atividades rotineiras de trabalho e de reconhecimento social são marcadamente de exploração e degradação, repercutindo de forma ímpar na vida das mulheres da localidade. O referencial teórico discute o sistema econômico hegemônico capitalista e de forma colateral levanta a crítica a instituição científica eurocentrada, bem como os estabelecimentos acadêmicos preponderantemente masculinistas. Todas essas reflexões giram em torno da questão do poder na sociedade patriarcal e suas formas de afetação especialmente para as mulheres e os ecossistemas. Por meio da metodologia da história de vida, as trajetórias de duas mulheres com diferentes vivências, ocupações profissionais e visões de mundo, são desveladas proporcionando a análise de suas dinâmicas de existência, sociabilidades e resistência em tal contexto, conciliando, teoricamente, com as vozes de mulheres outras que pesquisam tais realidades e cenários sob uma perspectiva feminista e ecofeminista. A história de vida, eixo basilar desse trabalho, propõe montar a imagem de um grande mosaico, construído a partir do local em que essas mulheres vivem e trabalham, com suas respectivas faces ou camadas de complexas e múltiplas afetações.

Palavras-chave: Mulheres; Barra do Riacho; Megaempreendimentos; Vulnerabilidade social; Desenvolvimentismo; Feminismo.

ABSTRACT

This research starts from a socio-anthropological concerning the gender issue in a context of large development projects, from the perspective of women who live and work in a location directly affected by the multiple effects of these projects, in Barra do Riacho (BR), a neighborhood in the municipality of Aracruz in the state of Espírito Santo. I am interested in understanding how these women assimilate this reality, act and/or suffer the developmentalist repercussions in the figure of mega-enterprises, a context of inflamed risk, invisibility and socio-environmental vulnerability, since the routine activities of work and social recognition are markedly of exploitation and degradation, with a unique impact on the lives of women in the locality. The theoretical framework discusses the hegemonic capitalist economic system and, in a collateral way, raises the criticism of the Eurocentric scientific institution, as well as the predominantly masculine academic establishments. All these reflections revolve around the question of power in patriarchal society and its forms of affectation, especially for women and ecosystems. Through the methodology of life history, the trajectories of two women with different experiences, professional occupations and worldviews are unveiled, providing the analysis of their dynamics of existence, sociability and resistance in such a context, reconciling, theoretically, with the voices of other women who research such realities and scenarios from a feminist and ecofeminist perspective. The life story, the basic axis of this work, proposes to assemble the image of a large mosaic, built from the place where these women live and work, with their respective faces or layers of complex and multiple affectations.

Keywords: Women; Barra do Riacho; Mega-enterprises; Social vulnerability; Developmentalism; Feminism.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Localização de Aracruz..... | 29 |
| Figura 2. Impactos da Vizinhança dos Empreendimentos em BR | 50 |
| Figura 3. Linha do Tempo de Instalação de Megaempreendimentos em BR | 56 |
| Figura 4. Empresas nos arredores de Barra do Riacho | 62 |
| Figura 5. Estruturas econômicas, sociais e participação política | 105 |
| Figura 6. Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos rendimentos | 106 |
| Figura 7. Cargos gerenciais, segundo cor ou raça e as classes da população | 107 |
| Figura 8. Cronologia de fatos em torno do desastre crime Samarco | 119 |
| Figura 9. Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas | 123 |

LISTA DE FOTOS

| | |
|--|----|
| Foto 1. Boca da Barra | 31 |
| Foto 2. Estrutura para sucção e bombeamento da água do rio Riacho | 57 |
| Foto 3. Estrutura para sucção e bombeamento da água do rio Riacho | 59 |
| Foto 4. Represamento das águas utilizadas pela Suzano | 60 |
| Foto 5. Sistema de captação da água que será destinada à BR | 92 |
| Foto 6. Percurso da tubulação para a ETA do SAAE de Aracruz | 93 |
| Foto 7. Entrada da água na ETA do SAAE | 93 |
| Foto 8. Saída da água na ETA do SAAE | 93 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Principais empreendimentos de Barra do Riacho | 26 |
| Tabela 2. Órgãos estatais e respectivas funções | 43 |
| Tabela 3. Principais afetações e desdobramentos vivenciados | 48 |

LISTA DE SIGLAS

ACAOA — Associação dos Cultivadores de Algas da Orla de Aracruz

BANDES — Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo

BANESTES — Banco do Estado do Espírito Santo

BCA — Banco de Crédito Agrícola

BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento

CEPAT — Centro de Promoção de Agentes de Transformação

CIVIT — Centro Industrial da Grande Vitória

CODEC — Conselho de Desenvolvimento Econômico do ES

CODES — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo

COVID-19 – Doença do Corona Vírus-2019

CVRD — Companhia Vale do Rio Doce

DCSO – Departamento de Ciências Sociais

EJA — Estaleiro Jurong Aracruz

ES — Espírito Santo

ETA — Estação de tratamento de água

FAPES – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação no Espírito Santo

FAR — Federação das Associações Rurais

FECOMÉRCIO — Federação do Comércio

FINDES — Federação da Indústria do Espírito Santo

FUNDAI — Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial do ES.

FUNDAP — Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias.

FUNRES — Fundo de Recuperação Econômica do Estado do ES.

GEPPEDES — Grupo de Estudos em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo

GERES — Grupo Executivo para Recuperação Econômica do estado.

IBAMA – instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH — Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEMA – Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IFES — Instituto Federal do Espírito Santo
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
LI – Licença de Instalação
LP – Licença Prévia
M³/t – Metro cúbico por tonelada
MAGE — Mercado de Trabalho de Gênero (Marche du Travail et Genre)
MG — Minas Gerais
ML – Megalitre
NP – Ngee in Polytechnic
ONG – Organização Não Governamental
PACS — Políticas Alternativas para o Cone Sul
PEC — Projeto de Emenda Constitucional
PGE — Projetos de Grande Escala
PIB — Produto Interno Bruto
PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
RGP — Registro Geral da Pesca
RIMA — Relatório de Impacto Ambiental
S/A – Sociedade Anônima
SAAE — Serviço Autônomo de Água e Esgoto (de Aracruz)
SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
SUPPIN — Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1. CAMINHOS METODOLÓGICOS | 22 |
| 1.1. CARACTERIZANDO O LUGAR E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA | 28 |
| 2. OS MUROS DO DESENVOLVIMENTISMO CAPIXABA | 37 |
| 2.1. FACES DA GENEALOGIA DESENVOLVIMENTISTA CAPIXABA | 40 |
| 2.2. BARRA DO RIACHO E O DESENVOLVIMENTISMO | 53 |
| 2.3. AS MULHERES ALÉM DOS MUROS DOS MEGAPROJETOS | 64 |
| 3. UMA FORÇA CONTRA AS CORRENTEZAS | 71 |
| 3.1. ESPÍRITO LIVRE – JÓECI | 75 |
| 3.2. EU AGIA COMO SE FOSSE UM HOMEM | 85 |
| 3.3. CAMPO DE DISPUTAS | 89 |
| 4. A MULHER NUM CAMPO MAJORITARIAMENTE MASCULINO | 98 |
| 4.1. NÁDIA - EU TENHO O RESPEITO, MAS | 101 |
| 4.2. UM MUNDO MUITO MAIS PARA OS HOMENS | 110 |
| 4.3. CAMPO DE SACRIFÍCIOS | 118 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 125 |
| 6. REFERÊNCIAS | 131 |

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de contribuir com os estudos sobre gênero e desenvolvimento, esta pesquisa se propõe a apresentar as histórias de vida de duas mulheres habitantes do bairro de Barra do Riacho - ES, inserido no complexo parque Industrial e Petroquímico do município de Aracruz, localizado na região norte capixaba. O trabalho busca investigar o modo como essas mulheres — em suas vivências e por meio das relações de trabalho, pela atuação em posições de liderança política e social — compreendem e interagem com as ações desenvolvimentistas. Interessam a esta pesquisa as repercussões, a agência e o protagonismo cotidiano dessas duas interlocutoras, bem como os modos como se aproximam, se envolvem, ou recusam/criticam as ações dessas empresas (direta ou indiretamente) no contexto local.

Proponho-me a examinar sob o olhar de dessas mulheres, quais sejam: Jóeci Lopes Miranda (pescadora e presidente do Projeto Resgate Quadrangular e da Associação dos cultivadores de Algas da Orla de Aracruz) e Nádia Mattos Rodrigues (pescadora e presidente da colônia de pesca Z-7 Manuel Miranda, localizada em Barra do Riacho, bairro do município de Aracruz), as suas histórias de vida e seus papéis de destaque na comunidade local, com o intento de compreender e visibilizar as desigualdades oriundas das relações de gênero que estão imbricadas com as dinâmicas cotidianas, observadas a partir de um contexto de megaempreendimentos. Assim sendo, parto da análise das narrativas dessas mulheres a respeito de suas trajetórias atravessadas pela presença e atuação da lógica desenvolvimentista e suas repercussões locais.

O trabalho aqui delineado perpassa as relações sociais “genereficadas¹”, termo que se refere, em poucas palavras, segundo a historiadora norte-americana Jean Scott (1994), à organização social da diferença entre os sexos, naturalizadas e disseminadas na sociedade, e que aqui serão percebidas em um campo específico.

Para tanto, a questão é refletida a partir da fala das interlocutoras da pesquisa, que ressaltem interações e repercussões da comunidade, das empresas, do governo e instituições civis, na vivência cotidiana local. Por se tratar de um local que se

¹ Mais informações consultar: SCOTT, Joan Wallack. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 11-27, 1994. 1994

destaca por sua história intrinsecamente ligada à história do desenvolvimentismo no estado do Espírito Santo, discuto também a presença dos megaempreendimentos como um fator agravante à condição da mulher, ressaltando a invisibilidade e, dessa forma, a condição de seus direitos negados, reflexo maior da desigualdade de gênero.

Dentro de seu parque petroquímico, logístico e industrial, são muitas as transformações impostas à paisagem e à população de Barra do Riacho, por consequência da instalação dos megaempreendimentos. Atenho-me, neste trabalho, a esboçar mais detalhadamente tais configurações, sobretudo no que tange a instalação de suas grandes estruturas e os respectivos processos produtivos de dois importantes megaprojetos: a Suzano S/A (antiga Aracruz Celulose e Fibria) e o Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), que ilustram de forma pertinente questões que serão aprofundadas pelas mulheres interlocutoras dessa pesquisa, em suas narrativas.

A nossa hipótese é que o apagamento da figura da mulher vigora mais contundentemente em ambientes de poder, como os grandes complexos desenvolvimentistas, considerando que são ambientes que exacerbam a lógica competitiva, da aniquilação da diferença e que imputam transformações sociais e ecossistêmicas no modo como edificam suas práticas. Entendendo esses ambientes de poder como parte do próprio campo do desenvolvimento, nos moldes de Ribeiro (2008), que o identifica como um complexo sistema de crenças implícito às relações sociais.

Utilizei, para tanto, como referência teórica, a epistemologia feminista e mesmo ecofeminista por considerá-las pertinentes ao recorte da pesquisa. Destaco, principalmente, o arcabouço reflexivo produzido por autoras como Beauvoir (2016); Favret-Saada² (1991); Haraway (1995); Svampa (2012; 2015), Shiva (2003), cujas obras contribuíram significativamente para as interpretações das histórias de vida das mulheres aqui estudadas. Não obstante, outras referências teórico-analíticas foram problematizadas, tal como será observado.

² Material traduzido: SIQUEIRA, Paula. "Ser afetado", de Jeanne Favret-Saada. Cadernos de Campo (São Paulo 1991), v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>

Justifico minha opção pelo recorte de gênero, pautados pela reflexividade feminista e ecofeminista, por considerar que os contextos de megaempreendimentos e suas dinâmicas são por demais impactantes na vivência das mulheres e dos ecossistemas. Tais contextos produzem degradação ambiental e social, além de dor e violência às mulheres ao negar-lhes direitos e impor-lhes comportamentos, tornando suas existências muitas vezes invisibilizadas, tal qual suas lutas, não proporcionando as mesmas condições de vida e, portanto, de trabalho, exigindo seus posicionamentos e suas resistências cotidianas. Justifico, ainda, o recorte pela ótica das mulheres, porque é usual que se pense a discussão sobre o desenvolvimentismo a partir de um enfoque masculinista — *os homens e suas formas de desenvolvimento* — sem se atentar, muitas vezes, para as desigualdades de gênero nesse debate, ou seja, para as mulheres e suas formas de atuação diante desse cenário.

Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa é compreender, por meio da história de vida das mulheres de Barra do Riacho, o modo como o desenvolvimentismo local as impacta difusamente, revisitando as relações e afetações vivenciadas por elas, suas ações e inclusive suas interpretações acerca da presença dos empreendimentos. Essa discussão se dará sob o enfoque do que chamo de “mulheres da Barra³”, moradoras do bairro de Barra do Riacho, mulheres em posição de protagonismo, ou reconhecidas por suas atuações na comunidade.

Meu interesse por este recorte de pesquisa remonta a minha experiência como professora de ensino médio. Foi no ano de 2017 que a minha história e a história de Barra do Riacho se encontraram, quando eu trabalhava como professora substituta de Sociologia e disciplinas afins, para o Ensino Médio e Graduação, no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), campus Vitória. Nas dinâmicas de interação com os estudantes tomei conhecimento de um intercâmbio estudantil que despertava grande interesse nos discentes.

Tratava-se de um projeto fruto de um convênio estabelecido entre o IFES, o Estaleiro Jurong Aracruz e o Ngee Ann Polytechnic (NP)⁴ de Cingapura, o qual

³ Terminologia cunhada a partir de um termo local “filhas da barra”, são mulheres que nasceram, cresceram e se estabeleceram em Barra do Riacho, conhecidas e com significativa representatividade local.

⁴ A Ngee Ann Polytechnic é uma instituição de referência em tecnologia naval e offshore.

consiste em um programa educacional para capacitar e aperfeiçoar mão de obra local, por meio de uma imersão profissional, que contava inclusive com o processo seletivo para envio de estudantes para Cingapura e posterior contratação junto ao Estaleiro Jurong Aracruz. O frenesi entre os/as jovens era grande e, àquela altura, já me questionava se os estudantes do IFES, nesse caso do Campus Aracruz, não seriam afetados com a concorrência de um campus tão grande quanto o de Vitória.

A partir de então, meu interesse e, conseqüentemente, os questionamentos só aumentaram a respeito de toda gama de eventos e de projetos instalados em Barra do Riacho (Aracruz-ES), local sede do Estaleiro Jurong Aracruz — EJA (objeto de desejo dos estudantes no programa educacional citado) e de tantos outros megaempreendimentos que, de longa data, afetam a região com o recorrente discurso e promessa de desenvolvimento, geração de emprego, altos salários e qualidade de vida.

Considero essa a fagulha que direcionou o meu olhar sociológico para o que, posteriormente, seria o meu projeto de pesquisa. Embora eu já trabalhasse com noções de modernidade, desenvolvimentismo, vulnerabilidades sociais e feminismo em sala de aula, como professora, ainda não tinha problematizado profundamente tais implicações de modo simultâneo, considerando aquela conjuntura. Foi desse modo que parti em busca de referenciais que me permitissem entender a conformação histórica e a posterior importância estratégica daquela região no cenário capixaba. O material levantado convergiu em determinados aspectos, o que trouxe realce aos objetivos do projeto de pesquisa que delinee, e sinalizou outros que ainda não haviam sido aventados, remodelando os aspectos iniciais da pesquisa.

Ao retratar o desenvolvimentismo⁵ (ROCHA; COSSETI, 1983; BITTENCOURT, 1987; ROCHA; MORANDI, 1991; SIQUEIRA, 2009; ZORZAL E SILVA, 2010; RIST, 1997; LEFF, 2012) e pensar suas formas de apresentação em Barra do Riacho, identifica-se toda uma série de eventos e arranjos políticos e econômicos que corroboraram para a transformação daquela localidade, genuinamente pesqueira

⁵ A discussão foi feita não só em termos bibliográficos, como também a partir de uma entrevista exploratória realizada com a Professora Dra. Marta Zorzal e Silva, professora aposentada do DCSO, atualmente integrante do PGCS/UFES. Entrevista concedida em 14 abril de 2020, de forma remota, via Skype, devido ao distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19.

tradicional, num importante complexo industrial e petroquímico, que, se por um lado, prometia o desenvolvimento econômico, prosperidade e a consequente diminuição das desigualdades na região, na verdade acaba por desencadear uma série de novos problemas, acirrando inclusive a pobreza e as desigualdades⁶.

Alguns trabalhos fundamentados em experiências de outras regiões, como documento publicado pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul — PACS, descrevem algumas ações que exemplificam os problemas, afetações e resistências sofridas por comunidades tradicionais como Barra do Riacho, impactadas por megaprojetos. O referido Instituto, por exemplo, produz estudos que pretendem: “Colaborar no fortalecimento das coletividades [...], por meio da organização e Educação Popular, da pesquisa, da crítica e da incidência, na busca pela construção cotidiana de práticas e estratégias políticas que viabilizem relações emancipadoras.”⁷

Em matéria publicada no site do Instituto PACS, em 21 de fevereiro de 2020, intitulada “*Corpo, território e terra: a invisibilidade dos impactos dos megaprojetos na vida das mulheres*”, vários relatos evidenciam e dão voz ao trabalho do instituto. Em um dos relatos no Pará, mais especificamente a região do rio Xingu, Marina Praça, educadora popular e coordenadora do PACS, fez uma fala denominada “Meu corpo, meu rio”, abordando a perspectiva do “corpo-território-terra” atingido por essa lógica de modelo de desenvolvimento:

Quando a gente sofre um impacto no território, a gente sente no corpo também, é físico e emocional. Tudo que a gente vive fica marcado nos nossos corpos e quando a gente se permite sentir isso pode ser muito penoso, mas traz uma potência do corpo-sentido, da dor transformada em re-existência. (Marina Praça)⁸

⁶ No Ranking IDHM Municípios 2010 (nos dados dos Censos 1991, 2000 e 2010) Aracruz ocupa apenas a 508ª colocação dentre as cidades brasileiras, mesmo sendo o 137º no ranking do PIB nacional (colocação também de 2010), estando entre os dez maiores PIBs do país em 2012, conforme noticiado na imprensa nacional. Fontes: PIB_ <http://www.deepask.com/goes?page=aracruz/ES-Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio> ;IDH_ <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html> e notícia <http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2012/12/duas-cidades-do-es-estao-entre-os-10-maiores-pibs-capita-do-pais.html>

⁷ Mais informações: <http://pacs.org.br/>

⁸ Ver mais em <http://pacs.org.br/2020/02/21/corpo-territorio-e-terra-a-invisibilidade-dos-impactos-dos-megaprojetos-na-vida-das-mulheres/> (acesso em 15/03/2020).

Já na cartilha “*Mulheres e conflitos ambientais*” de Furtado; Seabra; Praça (2017) várias questões são discutidas no intuito de explicitar as lacunas presentes nas discussões desenvolvimentistas, sobretudo pensando nas vidas das mulheres. A obra traz uma importante contribuição - a ideia “impactologia” -, ou seja, a necessidade de afirmar e visibilizar as estratégias de resistência por parte das mulheres diante de todas as transformações tão ofensivas às suas vidas, em contextos de megaprojetos.

Também o trabalho de Catullo (2018) aponta para as diferentes formas de afetação sofridas por mulheres durante um processo de realocação, em consequência da instalação de megaprojetos, que podem repercutir por muito tempo após a construção e instalação desses projetos. Enfatiza que diferentes afetações ocorrem a partir das diversas alocações e condições de vida, e que se sobressaem aspectos como o próprio gênero, classe e faixa etária, bem como, etnia, orientação sexual e religião, que atravessam o tecido social.

Partindo dessas premissas, desdobro os objetivos específicos dessa dissertação que consistem, primordialmente, em: conhecer e acompanhar duas das mulheres intituladas aqui como “mulheres da Barra”, e dar visibilidade as suas histórias, suas práticas sociais, políticas e econômicas; lançar luz aos relatos de histórias de vida dessas mulheres, num contexto tangenciado pelas lógicas desenvolvimentistas e falocêntricas, simbolizadas pela presença marcante dos megaempreendimentos; ao analisar as interpretações dessas mulheres a respeito do cenário desenvolvimentista e como este interferiu e interfere em seus cotidianos, busco refletir sobre as desigualdades de gênero, bem como sobre os aspectos e questões que circundam o cotidiano de tantas outras mulheres, entrelaçando analiticamente as perspectivas micro e macrossociológica.

A metodologia aplicada é a história de vida, por considerar ser o caminho que melhor permitiu acessar as trajetórias de vida das mulheres da Barra com a profundidade necessária para acessar suas subjetividades e as estruturas sociais vigentes, a partir do olhar e das significações dadas por elas próprias. A história de vida, no formato de relatos de histórias de vida individuais, como preconiza Becker (1999), Do Carmo Souza (2017) e ainda Silva et. al. (2007) ocupa importância significativa no trabalho ao permitir relacionar, de maneira elucidativa, as questões

levantadas, trazendo a compreensão do aporte teórico e das experiências vividas a partir da interpretação (GEERTZ, 1978) e do significado das ações narradas por essas mulheres, desde o âmbito particular até o coletivo.

Súmula dos Capítulos

No capítulo um apresento a metodologia empregada na pesquisa, bem como alguns fatos que aconteceram no desenrolar do trabalho que alteraram os contornos do estudo e conseqüentemente os ajustes metodológicos, sobretudo quanto à discussão de gênero, num cenário que reúne as lógicas de progresso, tecnologia e desenvolvimento e que ignora as afetações socioambientais na localidade e, mais intensamente, a vida das mulheres. A investigação se dá a partir de análise bibliográfica, de dados estatísticos e história de vida, metodologia que será pormenorizada também por ocasião dos capítulos três e quatro, momento em que as histórias de vida serão analisadas. Trago também uma ambientação geoespacial de Barra do Riacho, de modo a tornar próximo ao leitor os aspectos que procuro problematizar aqui.

No capítulo dois aprofundo o debate teórico sobre os temas do desenvolvimentismo e do progresso no Espírito Santo, e seus ecos significativos em Barra do Riacho, principalmente a maneira como tais circunstâncias repercutem na vida local e no cotidiano de suas mulheres e no meio ambiente. Para problematizar tais conformações pauto minhas reflexões a partir do arcabouço teórico feminista e ecofeminista (os quais desdobro nos capítulos seguintes) para confrontar a realidade histórica e cotidiana das mulheres e, em especial, as mulheres de Barra do Riacho, com um ideário que possibilite tê-las no centro da discussão e não mais à margem.

Nos capítulos três e quatro discorro, respectivamente, sobre as “mulheres da Barra”: Jóeci Miranda e Nádia Mattos Rodrigues, moradoras de Barra do Riacho que se destacam por suas ações de protagonismo num ambiente que se mostra demasiadamente hostil às mulheres, tanto pela estrutura patriarcal machista, quanto pelo acirrado contexto que envolve relações de poder a partir da lógica desenvolvimentista. Opto por fazer uma descrição detalhada da aproximação do campo, das mulheres e da reflexividade instaurada no trabalho a partir do

entendimento das afetações múltiplas envolvidas, como parte importante do processo de escuta, análise e interpretação das histórias dessas mulheres que protagonizam e são o cerne dessa pesquisa.

Por último, apresento os resultados das reflexões em torno dos dados, do referencial teórico e das histórias de vida das mulheres da Barra, que de forma simbólica representam a vida e os corpos de outras muitas mulheres na sociedade, nos seus campos de disputa e afetações diversas. Procuro, ao término dessa investigação, sublinhar não só as respostas encontradas, bem como as inquietações que permanecem latentes sobre o tema gênero e megaempreendimentos na sociedade.

CAPÍTULO 1: CAMINHOS METODOLÓGICOS

A partir do estilo de vida ditado pela modernidade, na Europa do século XVII, conforme Giddens (1991), temos não só um rompimento drástico com os estatutos e instituições da antiga ordem, hegemônicos até ali, mas a preeminência crescente da razão e do conhecimento científico como pilares norteadores de nossas ações e pensamento.

Nos quadros do que se convencionou chamar de modernidade ocidental, a ciência, o desenvolvimento e o progresso tornam-se termos recorrentes. A nova ordem que se instaurou trazia uma outra forma de ver o mundo, na qual a história seria dirigida por um movimento progressista em direção ao futuro, no sentido de um aperfeiçoamento e de superação do passado. Assim, modernidade e riqueza se opunham ao que era visto como atraso e miséria. Tratava-se da emergência de uma racionalidade econômica e instrumental, na designação de Leff (2006; 2010; 2012).

Enrique Leff (2006; 2010; 2012) ao descrever a racionalidade econômica dominante a apresenta como pertencente a um conjunto de ações atuando para o domínio do homem sobre a natureza, em conjunto com as ciências do conhecimento que pautaram tecnicamente os meios para o que o autor denominou de processo civilizatório. Dentre outros elementos, Leff aponta para os seguintes fundamentos dessa racionalidade: superexploração da natureza, lucro e acúmulo de capital por uma minoria, concentração de renda, exploração da mão de obra do trabalhador, racionalidade instrumental como ferramenta da eficiência produtiva, etc.

No que tange à história da “invenção” do conceito de desenvolvimento, nos moldes que serão problematizados nessa pesquisa, o estudo feito por Rist (1997) encontra no pós Segunda Guerra, e nos múltiplos eventos políticos resultantes, a sua origem. Essa invenção é simbolicamente marcada pelo “Ponto 4” do discurso do Presidente norte americano Harry Truman, em 20/01/1949, já que os Estados Unidos da América seriam os grandes financiadores da reconstrução Europeia. Nesse discurso, lemos a seguinte mensagem, que explica o porquê do “Ponto 4” ter ficado marcado no referido discurso:

No final de 1948, a política externa americana estava em ebulição, sendo forçada a enfrentar as grandes mudanças que ocorriam mais ou menos em

todo o mundo. Ao mesmo tempo, o redator dos discursos presidenciais estava tentando definir alguns pontos claros que poderiam estruturar o discurso de posse que o presidente Truman deveria fazer em 20 de janeiro de 1949. Uma reunião inicial surgiu com três ideias que logo ganharam apoio unânime: os Estados Unidos continuariam a apoiar a nova Organização das Nações Unidas; manteria o esforço de reconstrução europeu por meio do Plano Marshall; e criaria uma organização de defesa conjunta (OTAN) para enfrentar a ameaça soviética. Em seguida, um funcionário público sugeriu acrescentar que a assistência técnica já concedida a partes da América Latina seria estendida aos países mais pobres do mundo. Após alguma hesitação, a ideia foi aceita como um truque de relações públicas, contrastando com os primeiros três pontos bastante convencionais. Como era de se esperar, as manchetes principais da manhã seguinte foram todas sobre o 'Ponto Quatro', embora ninguém - nem mesmo o Presidente ou o Secretário de Estado - pudesse dizer mais sobre isso do que o que todos leram. (RIST, 1997, p. 70 tradução minha).

Gilbert Rist (1997) ainda discute a polissemia do termo *desenvolvimento*, desde a sua transformação de terminologia comum das Ciências Naturais às abordagens com viés Político e de Sociogênese. O autor apresenta as conformações históricas que fizeram com que o conceito de desenvolvimento se transformasse de uma premissa produtivista ocidental em uma verdadeira crença global, a partir da qual se legitimam as narrativas e as ações estratégicas no campo da política, economia e sobre o condicionamento do futuro de muitas nações.

O tom da narrativa desenvolvimentista inaugurada simbolicamente numa dimensão global, a partir do discurso do presidente norte americano Truman, carrega um esvaziamento da história e das condições impostas aos países explorados pelo colonialismo, ou seja, uma nova forma de se implementar o imperialismo que nessa nova narrativa ignora o fato de que as condições históricas de exploração e desigualdade não desaparecem simplesmente.

No bojo das políticas modernizadoras, ainda no pós Segunda Guerra Mundial, é que se inaugura a terminologia “subdesenvolvido. Esse é o modo como passam a ser enquadrados aqueles países que deveriam alcançar o almejado desenvolvimento. A designação, que carrega um teor hierárquico e etnocêntrico, foi atribuída pelo Presidente Truman, a partir de uma referência aos padrões dos países industrializados e economicamente “prósperos”. Não se trata mais de uma oposição entre nações, mas de etapas ou estágios que deveriam ser seguidos (por meio de pacotes econômicos dirigidos aos países considerados não desenvolvidos, ou subdesenvolvidos) e geridos pelos países do Norte global, a fim de garantir o progresso e a aceleração do crescimento, tendo como objetivo preencher as lacunas

do “atraso”. Nessa lógica, o desenvolvimento passa a ser sinônimo de riqueza que cresce e jamais se esgota, de recursos mobilizados em contínua ação. Enquanto subdesenvolvimento significa pobreza, deficiência, ausência de causa, que produz vítimas oprimidas pela fome, doença e desespero.

Assim é que o progresso torna-se o projeto almejado pelas sociedades europeias, cuja tendência à expansão de seus efeitos simbólicos e práticos chegará até nós pelo viés das ações modernizadoras (e a busca incessantemente das economias em prol do chamado desenvolvimento). Se no cenário nacional brasileiro isso não é tão diferente, no âmbito local tampouco, pelo menos no que tange ao Espírito Santo. Identificamos e problematizamos as pretensões capixabas no cenário nacional e internacional, e como toda essa pretensão esbarra e por vezes atropela as conjunturas, interesses e necessidades locais mediante as imposições do mercado internacional, ocasionando grandes problemas estruturais e socioambientais, que repercutem a curto, médio e longo prazos.

O ideário desenvolvimentista que tem regido o Espírito Santo (assim como o Brasil) – bem como suas consequentes narrativas e ações - configura o cerne das análises problematizadas aqui nesse trabalho. Nesse sentido, as clássicas dicotomias acerca do que é tradicional e moderno, ou ainda do atraso e do progresso, como também o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, constituem questões importantes a serem examinadas e postas em avaliação crítica. Trata-se, pois, do ideário que marca em definitivo o processo histórico que traça os caminhos e planos de ocupação e a consequente utilização do território capixaba.

A ideia de progresso, preponderante nas diversas áreas de conhecimento na modernidade, foi construída “a muitas mãos” e com muita eficiência. Enquanto símbolo do novo, do moderno e desenvolvido, agenciado pelo vapor das indústrias que intensificavam e radicalizavam os processos de transformação da natureza em matéria-prima, o progresso ficou associado à preeminência do desenvolvimento no sentido econômico, num viés crescentista — ideário reconhecidamente masculino de domínio, reiterado inclusive no campo acadêmico. A respeito dessa construção acadêmica, Trigueiro e Knox (2013) apontam para a responsabilidade da própria Ciência Social: “os expoentes da Sociologia (e o próprio campo instituído dessa

disciplina), assim como os seus sucessores, foram importantes agentes na produção desse imaginário” (TRIGUEIRO; KNOX, 2013, p. 3).

Barra do Riacho e seu entorno, sua espacialidade terrestre, marinha e sua riqueza socioambiental, estão inseridos nessa marcha do progresso a partir do que se convencionou designar o modo capixaba de experienciar o desenvolvimentismo. Essa versão é caracterizada pelo rápido processo de transformação territorial, pela alta destrutividade ambiental e pela significativa produção de desigualdades sociais, sob a forma de mudanças nos modos de vida.

Trata-se de um cenário fortemente marcado por riscos cumulativos, isto é, por uma condição em que incertezas e ambiguidades são multiplicadas por inúmeros fatores de risco (BECK, 2011), aos quais uma população está vulnerável. Os riscos ambientais, geralmente estudados isoladamente nessas situações, são permeados por riscos econômicos, culturais e políticos que rompem com a segurança ontológica⁹ de um indivíduo ou grupo. Os impactos são ambíguos, podendo ocasionar novas oportunidades de vida e precarização das condições de existência (GIDDENS, 1991). Na discussão sobre segurança *versus* perigo e confiança *versus* risco, Giddens afirma que:

A modernidade (...) é um fenômeno de dois gumes. O desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem de uma existência segura e gratificante que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Mas a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou aparente no século atual. (GIDDENS, 1991, p.17).

Esse lado sombrio do que Giddens (1991) denomina modernidade pode ser observado nos reflexos verificados em Barra do Riacho, relacionados com o cenário de rápidas mudanças (social, econômica, ambiental, etc.) vivenciadas pela comunidade, sobretudo com a chegada dos grandes empreendimentos a partir da década de 1970 e as repercussões que estes trouxeram para o lugar. Isso gerou a transformação das práticas tradicionais de vida, que envolviam diversas formas de interação, tanto na esfera relacional e do trabalho, como ambiental.

Destaco a seguir os principais empreendimentos de Barra do Riacho, sua principal atividade e seus respectivos anos de instalação:

⁹ Em linhas gerais trata-se de condições materiais e imateriais que sustentem uma continuidade e estabilidade acerca do cotidiano dos indivíduos - mais detalhes ver Giddens (1991).

| Empreendimento | Ano de Instalação |
|--|--------------------------|
| Aracruz Florestal (atual Suzano) — Produtora de Celulose de eucalipto e papel. | 1967 |
| Imetame Metal — Construção de módulos para plataforma de petróleo e Navio Sonda para perfuração e extração de petróleo. | 1980 |
| Portocel — Porto exclusivo para embarque de celulose. | 1985 |
| Estaleiro Jurong — Estaleiro para construção e reparos navais. | 2010 |
| Terminal Aquaviário Barra do Riacho — recebimento e estocagem de gás e gasolina (Pertence à PETROBRÁS). | 2012 |

Tabela 1: Principais empreendimentos de Barra do Riacho
 Fonte: TRIGUEIRO; CREADO; ZANETTI, 2018, p. 6-13.

A rotina da comunidade foi significativamente modificada nesse cenário a partir da expropriação de seus territórios e a consequente interferência em suas lógicas de vida e trabalho. Confrontados por dispendiosos investimentos econômicos empresariais e circundados pela promessa de desenvolvimento, e geração de emprego e renda (o que não necessariamente veio a se concretizar para os grupos locais, em especial, as mulheres), Barra do Riacho tem acumulado problemas de ordem difusa: desemprego, crise hídrica, impactos decorrentes do desastre da Samarco (ocorrido em 2015 com o espalhamento da lama tóxica de minérios ao longo da bacia do rio Doce, chegando ao oceano Atlântico), vulnerabilidades sociais, ambientais e de saúde (TRIGUEIRO; CREADO; ZANETTI, 2018).

De acordo com Ribeiro (2008), a instalação de projetos que envolvem altos investimentos, denominados por ele de “Projetos de Grande Escala” (PGE), é marcada por uma relação dicotômica que envolve principalmente dois distintos grupos de agentes: o primeiro grupo compreende os grandes empresários (que conta com grande suporte do aparelho estatal, como promotor e viabilizador das ações desenvolvimentistas), enquanto o segundo grupo seria a própria comunidade local. Nesse sentido, meu enfoque está situado na comunidade, mais especificamente nas mulheres, suas ações, conflitos e violências sofridas, a partir dos reflexos provocados por uma dinâmica desenvolvimentista que é estruturada a partir do trabalho ou da promessa de trabalho predominantemente masculina, que na prática se resume (na localidade) à figura do “peão” em grandes obras.

Nesse encontro entre desenvolvimentismo e comunidade local, o espaço de moradia e trabalho das pessoas comuns, vivendo seus cotidianos, passa a ser planejado e dominado pelos interesses globais dos grandes investidores. Desse modo, é possível caracterizar o momento de instalação e posteriores atividades destes PGE a partir da noção de “dramas desenvolvimentistas”, segundo abordado por Ribeiro (2008), sendo esses:

[...] tipos complexos de encontros que juntam atores e instituições locais a outsiders. O fato de outsiders pretenderem planejar o futuro de uma comunidade é indicativo do seu poder diferencial no encontro. Em tais circunstâncias, instala-se uma dicotomia. Por um lado, há os objetivos e racionalidades dos planejadores; por outro lado, o destino e a cultura das comunidades. Antes da existência de um projeto de desenvolvimento, populações locais dificilmente poderiam conceber que seu destino era suscetível de ser sequestrado por um grupo organizado de pessoas. Na realidade, planejamento — isto é, a determinação antecipada de como uma certa realidade será — implica a apropriação, por parte de outsiders, do poder das populações locais de serem sujeito dos seus próprios destinos. De sujeito de suas próprias vidas, essas populações se tornam sujeitas a elites técnicas prescientes (RIBEIRO, 2008, p.122).

Os dramas desenvolvimentistas conceituados por Ribeiro (2008) também podem ser observados em Barra do Riacho, por se tratar de uma localidade que representa um marco da inserção de megaprojetos no estado do Espírito Santo, especialmente no que diz respeito aos problemas sociais provenientes da introdução rápida e desordenada desses empreendimentos. Considerando que as relações entre comunidades e grandes projetos são extremamente importantes tanto no âmbito da economia quanto no âmbito socioambiental, delimito essa situação como significativa para a minha investigação.

1.1. CARACTERIZANDO O LUGAR E OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Conhecer a realidade social das mulheres de Barra do Riacho, na voz das (aqui intituladas) “mulheres da Barra”, por meio das suas histórias de vida, assim como as possíveis afetações provocadas pela presença dos grandes empreendimentos e todo corolário socioeconômico e ambiental que envolve esse contexto desenvolvimentista moderno, é o foco a ser explorado nesta pesquisa. Para tanto pauto minhas análises na perspectiva feminista e ecofeminista, considerando que

ambientes como o aqui retratado refletem o que Kuhnen¹⁰ (2017) explicita ao afirmar que a abordagem ecofeminista: “tem mostrado que o processo de dominação da natureza é parte do sistema capitalista patriarcal mundial, associado à ideia de modernização, progresso tecnológico e desenvolvimento”.

Interesso-me em ouvir e priorizar aquelas que foram desconsideradas e silenciadas social e academicamente. Sublinho o lugar de fala dessas mulheres, tal qual Djamila Ribeiro (2019) nos aponta, e busco conhecer suas trajetórias de vida e as redes de relações estabelecidas que ocorreram concomitantemente ao período conhecido como os tempos “de ouro” de Barra do Riacho, momento de intensificação dos investimentos na região, passando por momentos de crise econômica e ambiental, até o ressurgimento desses investimentos. E desse modo pretendo identificar como suas vidas foram e são continuamente atravessadas por um sistema masculinista (que é modernizador, progressista e técnico) que pretende ditar o ritmo dos acontecimentos locais.

Sendo um bairro do município de Aracruz, Barra do Riacho está localizada próximo ao município de Fundão, a cerca de 77 Km¹¹ do município da Serra, que é vizinho da capital Vitória. Segundo o censo de 2010, o IBGE aponta que Barra do Riacho teria 6.042 moradores (a população masculina, representando 2.968 habitantes, e a população feminina, 3.074 habitantes¹²), porém na oportunidade de pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento — GEPEDES/UFES, os moradores entrevistados já tinham uma outra percepção, estimavam a população em cerca de 10 mil habitantes. (TRIGUEIRO; CREADO; ZANETTI, 2018).

¹⁰ Trabalho “A crítica ecofeminista ao paradigma do desenvolvimento: a necessidade de repensar a relação humana com a natureza”, apresentado no 13º Congresso Mundos de Mulheres (MM) — encontro internacional e interdisciplinar de e sobre mulheres — conjuntamente ao Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 (FG) entre 30 de julho e 4 de agosto de 2017 em Florianópolis, SC, Brasil, no campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - <http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/>.

¹¹ Informação: Google Maps (serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite da Terra gratuito na web fornecido e desenvolvido pela empresa estadunidense Google).

¹² http://populacao.net.br/populacao-barra-do-riacho_aracruz_es.html Não existem informações censitárias mais recentes. Último acesso em Setembro/2020.



Figura 01: Brasil, Espírito Santo, Aracruz.
 Fonte: IJSN Adaptado por Có (2013¹³).

Iniciei o trabalho de campo ainda em 2019¹⁴, com algumas visitas à Barra do Riacho, bairro que, por uma série de confluências políticas e econômicas, se tornou referência de instalação dos megaempreendimentos no estado, conforme já foi citado. Um lugar literalmente cercado por várias grandes indústrias dos setores petroquímico, celulósico, de gás, logístico e de insumos. Aqui cabe contar um pouco mais sobre esses primeiros contatos.

No segundo semestre do ano de 2019 ultrapassei a etapa de leituras e estudos e iniciei o processo de aproximação com o campo de pesquisa. Num primeiro momento, meu interesse em Barra do Riacho se concentrava nos Grandes Empreendimentos, em especial o Estaleiro Jurong Aracruz — EJA e os impactos sociais, ambientais e econômicos, advindos de sua instalação que afetavam toda a comunidade. Acessei trabalhos que tratavam dessa questão, conversei com pessoas que se dispuseram a ajudar e a participar da pesquisa, surgiram interlocutores que poderiam colaborar com o entendimento das relações ali estabelecidas.

A primeira incursão me trouxe distintas percepções, além da própria novidade da materialidade do campo que repercutiriam profundamente e redimensionariam a pesquisa. Naquela oportunidade me reuni com a pescadora e presidente da

¹³ Dissertação de Mestrado: CÓ, Jorge L. Coqueiral de Aracruz-ES, de bairro-empresa a núcleo satélite. UFES, 2013.

¹⁴ As inserções no campo se deram de agosto a outubro/2019 e serão mais detalhadas no decorrer do trabalho.

associação dos cultivadores de Algas da Orla de Aracruz (ACAOA), Jóeci Lopes Miranda, que após uma longa tarde de conversa me apresentou de forma pormenorizadamente toda Barra do Riacho, os limites do bairro, algumas empresas, as terras de comunidades indígenas, as obras de intervenção na bacia hidrográfica (comportas, bombeamento, desvios, represamento, canais) que cercam o bairro, e as consequências no saneamento da cidade.

Pude já nessa primeira visita caminhar nas ruas do bairro e interagir com alguns moradores, que, na praia, observavam a localmente conhecida “boca da Barra”¹⁵ fechada e me explicaram do que se tratava, ao reclamar que o serviço disponibilizado pela prefeitura com tratores para “abrir” a “boca da Barra”, era insuficiente. Vieira (2012) descreve como obras realizadas na bacia hidrográfica da região beneficiaram as grandes empresas em detrimento da comunidade local e prejudicaram o acesso (entrada e saída) dos barcos pela foz do rio Riacho, o que atinge diretamente a prática da pesca local.

Para fins de melhor ambientação e entendimento da conformação geoespacial, algumas fotos ilustram esse trabalho. Abaixo (figura 2) segue foto de relatório técnico de 2007¹⁶; vê-se como já era flagrante o problema do fechamento da foz e a necessidade de uso de máquinas para reabrir a ligação do rio com o mar, uma das maiores dificuldades para a comunidade pesqueira, sobretudo para a pesca artesanal.

¹⁵ Boca da Barra é a forma como é conhecida a foz do rio Riacho, que devido ao assoreamento é constantemente “fechada” pelos bancos de areia, o que impossibilita o trabalho dos pescadores artesanais e também represa a água (inclusive o esgoto da comunidade que é dirigido ao rio) que desaguaria no mar. Mais informações Vieira (2012).

¹⁶ Relatório técnico de Teixeira et al (2007) “Levantamento e sistematização de informações para criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Foz do Rio Doce — ES”.



Foto 01: Máquinas da Prefeitura de Aracruz e da empresa Suzano S/A (então Aracruz Celulose) abrindo a barra do rio Riacho para passagem das embarcações, Barra do Riacho. Foto: Bruno de Laquila, 2007.

Na fala da Jóeci, interlocutora já citada, o que sobressai como um dos maiores problemas ocasionados pela especulação econômica e ambiental em Barra do Riacho é a questão da água. Questão que remete às intervenções de desvio e de represamento do curso dos rios para utilização em processos industriais, realizadas por outro grande empreendimento, a Suzano S/A (antiga Aracruz Celulose e Fibria S/A), para o processo de produção e de branqueamento da celulose para exportação. O trabalho de Santana (2018) é marcante ao tratar da questão da gestão da água realizada por esta empresa, que, por meio de comportas instaladas no rio Riacho, controla a vazão do fluxo da água, direcionando-a para o abastecimento do processo industrial, produzindo problemas como os já narrados: assoreamento do rio, fechamento da foz e crise de abastecimento local. Gomes e Overbeek (2011) também compilam vários trabalhos que discutem não a utilização, mas, nos termos dos autores, a apropriação da água e de outros recursos naturais por parte dos projetos de grande escala no município de Aracruz.

Ao final dessa primeira visita à localidade, algo já me inquietava. O que mais me saltava aos olhos, e também aos ouvidos, não remetia ao que a princípio eu havia formulado em minha pesquisa. O campo havia me feito perceber outras questões que não estavam no meu planejamento de pesquisa inicial.

No decorrer do tempo, durante esse contato com o campo, as inquietações aumentaram. Além das minhas conclusões decorrentes das observações realizadas, a partir das conversas com as mulheres de Barra do Riacho emergia a questão de gênero, mais especificamente o lugar e o protagonismo de mulheres num contexto de megaempreendimento e, com isso, uma inquietação surgia: de que forma essas mulheres enxergavam suas próprias trajetórias naquele contexto? Quais eram as maiores afetações diante de todas as transformações locais? Quais forças operavam contra ou a favor desse grupo social que representa tanta experiência de coragem, ao mesmo tempo em que é alvo ou sujeito a tanta vulnerabilidade social?

Outro dado importante captado do campo foi a constatação do ambiente delicado e conflituoso na localidade. Aspecto que já havia surgido nas conversas informais com outros pesquisadores que ali trabalharam, mas que pude sentir em falas e experimentar em olhares como, por exemplo, na relação com os primeiros interlocutores das empresas, que haviam se colocado espontaneamente à disposição para colaborar com a pesquisa e, após a minha primeira visita a campo, entraram em contato e passaram a se mostrar receosos e ou até mesmo fechando o canal de comunicação, deixando de responder às minhas mensagens, dando o tom das relações ali estabelecidas. O fato de o declínio de colaborações ter acontecido imediatamente após minha visita *in lócus*¹⁷, pode ter sido a motivação para tais desistências.

Esse momento de análise e escuta, posterior a inserção no campo, foi um período de profunda angústia, de idas e vindas às anotações realizadas, reuniões de orientação, reestruturação da pesquisa e, conseqüentemente, de todo referencial construído até ali. Analisando a trajetória que o campo havia conduzido, as experiências e afetações que vivi, optei por repensar a pesquisa. Os receios quanto

¹⁷ momento em que caminhei por todo o bairro acompanhada de uma mulher que se constituiu como uma liderança em questões locais, e interagi com outros moradores me identificando como estudante e pesquisadora da Universidade Federal do Espírito Santo.

aos prazos e os novos desafios da pesquisa eram menores que a certeza das novas direções sinalizadas pelo campo. Esse processo não foi fácil e tampouco rápido, como as palavras desse último parágrafo podem sugerir. Tateei por outros caminhos antes de encontrar o recorte que imprimisse meu real interesse e que fosse factível com o tempo de especialização que dispunha, passando inclusive pelo processo de mudança de orientação da dissertação já tendo decorrido período significativo para realização da pesquisa.

Uma vez tendo ambientado o leitor e detalhado alguns dos caminhos que fundamentaram os desenhos iniciais e os novos rumos desse trabalho, passarei a desdobrar aspectos mais conceituais da metodologia empregada durante o estudo.

Desse modo, essa pesquisa caracteriza-se a partir de uma abordagem socioantropológica cuja metodologia é marcadamente qualitativa. Para tanto, inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico e documental, como de praxe. Após o levantamento de obras que explicitam e problematizam a realidade local, como monografias e dissertações, além de livros e artigos, que dão conta de conturbadas questões travadas no município de Aracruz, em especial em Barra do Riacho, como conflitos políticos, ambientais, socioeconômicos e culturais, pude compreender o verdadeiro caldeirão de contradições vivenciado ali.

Várias são as faces do levantamento teórico e bibliográfico pertinente que compõem o bojo deste trabalho, com produções de algumas áreas de conhecimento e diversos recortes de pesquisa sobre a localidade, como: Luiz Henrique Vieira (2012); Flávia Amboss Merçon Leonardo (2014); Cisne *et al* (2017); Patrícia Tuma Martins Bertolin (2017), João Paulo Lyrio Izoton (2016); Aline Trigueiro e Winifred Knox (2013), Aline Trigueiro; Eliana Santos Junqueira Creado; Daniela Zanetti (2018). Minha intenção foi solidificar o conhecimento acerca do entrecruzamento de questões delicadas, possibilitando aflorar minhas percepções para melhor captar as relações locais num campo de múltiplos interesses e conflitos (ambientais, econômicos, políticos, sociais e de gênero).

Adentrei o campo de pesquisa com o auxílio de mulheres da comunidade de Barra do Riacho — lideranças e representações políticas, sociais e ainda membros de projetos assistências/sociais — com intuito de analisar a história local, as dinâmicas

sociais e culturais, e assim compreender os processos de interpretação das possíveis relações e as repercussões das dinâmicas ali estabelecidas. Entendo essa ideia de interpretação a partir da referência à sociologia compreensiva weberiana, que nos permite acessar aquela realidade a partir da forma como as próprias mulheres a racionalizam e dão sentido.

Assim sendo, utilizei como aporte teórico a Antropologia Interpretativa ou Hermenêutica, que tem Clifford Geertz como grande representante. Geertz (1978), ao trabalhar com a perspectiva humana como um ato simbolizante, parte do entendimento de que a cultura é formada por construções significativas que estão contidas num conjunto de símbolos compartilhados. Seu conceito de cultura fundamenta-se no compartilhar de ideias, que ele entende como sendo as “teias de significados”, teias essas que são amarradas coletivamente. O trecho a seguir revela de maneira clara a perspectiva interpretativa de Geertz:

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais, enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 1978, p.15).

A partir dessas narrativas, busquei perceber, ao longo da pesquisa, o processo contínuo entre o coletivo e o individual. Silva et. al (2007) explicitam que ao se apropriar do social, o indivíduo nele inscreve sua marca e faz, em sua subjetividade, uma “retradução” do social, reinventando-o a cada instante. O processo por ele experimentado exprime o psicossocial em que ele está inserido, num processo dialético de construção de sua própria identidade e de reconstrução social – mobilidade da história para a história de vida, e da história de vida para o coletivo.

Considerando que houve uma redefinição do recorte da pesquisa, conforme já apontei, meus objetivos se dirigiram às histórias de vidas de duas mulheres de Barra do Riacho, na discussão sobre suas apreensões, relações e até embates com as ações desenvolvimentistas dos grandes empreendimentos; como já sinalizei são elas: Nádia Mattos Rodrigues, presidente da presidente de colônia Z-7 e Jóeci Miranda, pescadora e ativista socioambiental. Meu desafio metodológico foi acessar as estruturas e afetações nos relatos individuais dessas mulheres, ou seja, na leitura

de suas recordações e interpretações, para alcançar a esfera macro das estruturas sociais em torno da questão de gênero, por meio da história de vida.

Considero, seguindo a proposta de Howard S. Becker (1999), que a metodologia história de vida permite, a partir do relato de histórias de vida individuais, caracterizar a prática social de um grupo e assim, por meio de conversas pormenorizadas sobre seus cotidianos, captar significados e interpretações para acontecimentos, movimentos e ações individuais ou coletivas. Entendendo também que “a história de vida pode ser particularmente útil para fornecer uma visão do lado subjetivo de processos institucionais muito estudados” (BECKER, 1999, p. 108).

Substancio ainda as contribuições desse autor ao recorrer à imagem de mosaico, trabalhada por ele quando da utilização das fontes orais na pesquisa social, imagem interessante em se tratando da trajetória de vida, pois permite articular as fontes orais às outras fontes documentais e procedimentos da pesquisa. Tal alusão será constante durante o trabalho, atuando como um verdadeiro balizador e orientando à trajetória da pesquisa.

Importante expor que foram necessárias readequações também, tanto nas datas e prazos das etapas de trabalho da pesquisa, quanto nos aspectos metodológicos, mudanças essas geradas a partir da pandemia ocasionada pelo Corona vírus, causador da doença Covid-19, responsável pelo colapso estrutural de vários sistemas de saúde no mundo e que, igualmente, aplacou o Brasil desde o mês de março de 2020, fazendo com que os governos estaduais decretassem (em diferentes níveis) o isolamento social, ao qual estivemos submetidos mais rigorosamente durante o citado ano¹⁸, com algumas flexibilizações.

Isto posto, além da questão pragmática de prazos postergados, muito do que se planejou inicialmente captar em campo, nesse período, tornou-se não praticável, forçando um processo reflexivo em torno dos objetivos da pesquisa, e nos obrigando

¹⁸ De maneira geral, no estado do Espírito Santo, as determinações do governo quanto a isolamento social foram estabelecidas a partir de um mapa de risco, orientado por matriz epidemiológica e índices de ocupação de leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), tendo algumas atividades flexibilizadas — Serviços públicos essenciais, atividades industriais e comerciais e outros — a partir dos índices de tal mapa de risco, sob orientações de distanciamento, normas sanitárias e de higiene pessoal — mais detalhes: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-isolamento-social> (último acesso nov/2021).

a repensar estratégias e ferramentas para dar continuidade aos trabalhos, considerando também toda afetação do momento.

Nos capítulos três e quatro, mais adiante, onde as histórias de vida dessas duas mulheres serão retratadas, tais afetações do campo serão pormenorizadas e problematizadas, à luz da teorização que abraçou a pesquisa. Cabe mencionar que uma descrição preliminar precede a história de cada mulher da Barra (nos referidos capítulos), o que poderia ser tomado por miudezas, mas que se apresenta como detalhes significativos dos encontros com essas mulheres, ocasiões pautadas por reflexividade interpretativa constante, elemento constitutivo do processo dialético ao qual me propus.

A seguir, prenuncio a discussão que articula a ambiência desenvolvimentista ligada à concepção de modernidade e modernização a que Barra do Riacho foi submetida mais contundentemente que outras regiões do estado do Espírito Santo, localizando-a historicamente na conjuntura econômica e política. Concomitante a esta discussão, desenvolvo a noção imperativa masculinista dessa mesma modernidade, germe daquilo que resulta, de forma macro, em vulnerabilidade social à mulher em vários contextos, mas que aqui é analisado como agravante naquelas circunstâncias específicas de massiva presença de megaempreendimentos.

CAPÍTULO 2: OS MUROS DO DESENVOLVIMENTISMO CAPIXABA

Descrever o percurso histórico de acontecimentos e transformações aos quais Barra do Riacho foi sujeita, implica necessariamente em discorrer sobre relações de poder, nesse caso, o cenário político, econômico e empresarial que impulsionou não só a dinâmica capixaba, mas o conjunto de políticas desenvolvimentistas nacionais, desde a década de 1960, marcadas pela ideia de progresso e, como tentarei problematizar, dominação não só econômica, mas principalmente o domínio sobre os recursos do ambiente que é inerente às disputas de poder que repercutem muito fortemente sobre a mulher. (SOUZA; MARTINEZ, 2018).

Importante enfatizar que esse percurso de acontecimentos não findou, já que esse enredo continua atuante em todo cotidiano socioeconômico capixaba. Na verdade, passa por momentos de maior ou menor evidência, a depender das conjunturas políticas e econômicas locais, nacionais e internacionais, o que não significa pensar que movimentos de profundas transformações não estivessem atuando constantemente mesmo que longe dos holofotes.

No processo histórico de formação econômica espírito-santense, o que predomina por um período de pouco mais de um século¹⁹ é uma economia agrária e familiar, essencialmente fundamentada na monocultura do café (ROCHA; MORANDI, 1991), modelo que se estabeleceu, sem maior diversificação ou dinamismo, o que configura inclusive uma das barreiras para a integração da economia regional com a economia nacional, que mais tarde, repercutiria diretamente na cidade de Aracruz, município da região norte, com localização e características geográficas estratégicas²⁰.

Diferentes autores problematizaram os elementos constitutivos da formação histórica das bases econômicas capixaba (ROCHA; COSSETI, 1983; BITTENCOURT, 1987; ROCHA; MORANDI, 1991; SIQUEIRA, 2009; ZORZAL E SILVA, 2010). Em seus trabalhos apontam para a forte presença da ideia de desenvolvimentismo industrial agindo como mecanismo de crescimento e desenvolvimento econômicos, para superar o longo período de estagnação econômica do Espírito Santo, o que,

¹⁹ Cerca de 1853 até 1962, quando é instituída a política de erradicação do café.

²⁰ Após a crise do café e a consequente erradicação, uma política de incentivo de novas culturas foi implantada no Espírito Santo, e a região propícia escolhida para o plantio em larga escala de eucalipto para a indústria de celulose, foi exatamente o município de Aracruz, ver: GOMES, H. "A viabilização da Aracruz Celulose pelo Estado brasileiro". Aracruz credo, v. 40, 2011.

enquanto produz bons índices econômicos, negligencia aspectos importantíssimos da realidade social.

Zorzal *et al* (2001) chama a atenção sobre a relevância da aplicação do adjetivo “desenvolvimentista”, forma com a qual fundamentamos a problematização dessa narrativa. A autora esclarece que tal designação é dada aos Estados onde os processos de mudança política e de modernização econômica em busca da industrialização se deram de forma tardia.

Em entrevista remota (realizada no dia 14 de abril de 2020) com a professora Dra. Marta Zorzal e Silva, estudiosa das questões da economia capixaba, ela inicia sua fala contextualizando o enredo da história econômica espírito-santense, para em seguida discorrer mais detidamente sobre os principais personagens que fundamentam as articulações que promoveram mudanças significativas nessa estrutura econômica. Sua fala remonta os ciclos econômicos capixabas, totalmente distintos quanto às suas bases produtivas. Inicialmente, o que era considerado um grande problema, qual seja, o atraso sedimentado por quase um século de manutenção da monocultura cafeeira e ausências de outras estratégias econômicas e, posteriormente, a corrida desenvolvimentista instaurada no estado.

No primeiro ciclo, a cafeicultura, de base agrária e familiar de produção, é a única estratégia traçada, não há investimento em diversificação ou ainda modernização do setor produtivo, realidade que compreende de meados do século XIX até a década de 1950. Siqueira (2009) enfatiza o quanto a economia capixaba era estagnada e como seus índices de crescimento eram pequenos relacionados às médias brasileiras.

Já no segundo ciclo econômico, a industrialização e urbanização ganham destaque e moldam todo o contexto regional, a partir do suporte de políticas nacionais, onde mudanças estruturais nas cidades capixabas são proporcionadas para (e, em seguida, pelos) grandes projetos, que nesse período passam a encontrar forte incentivo empresarial e estatal no Espírito Santo. A erradicação dos cafezais improdutivos, redirecionaram as estruturas econômicas do estado para um padrão industrial.

O fomento à indústria de *commodities*²¹ marca o incentivo aos grandes projetos, já que os interesses do empresariado (local e nacional) passaram a agir coadunado aos interesses políticos, com movimentos coordenados para serem beneficiados por políticas de Estado — ambientadas numa economia globalizante.

No que diz respeito a esses interesses e movimentos, Gomes e Overbeek (2011), ao retratar a história da Suzano S/A (então Aracruz Celulose) em “*A viabilização da Aracruz Celulose pelo Estado brasileiro*”, detalha a forma com que os arranjos desenvolvimentistas foram orquestrados aqui, desvelando o empenho do Estado na desregulação ambiental, de modo a atrair investimentos, e a relação permissiva do Governo com essas corporações empresariais; via de regra é assim que se configura o cenário e o enredo da instalação de megaprojetos.

Elenco ainda alguns elementos que para Zorzal *et al* (2001) são fundamentais na análise das narrativas históricas dos eventos de transformação socioeconômica, política e de modernização capitalista no Espírito Santo, quais sejam: a crise da economia cafeeira capixaba; a trajetória e estratégia de expansão da Companhia Vale do Rio Doce — CVRD, no mercado transoceânico de minério de ferro (responsável pelo modelo de modernização capitalista no estado), e as repercussões das estratégias da estatal para o estado; a ligação entre a reestruturação capitalista e a esfera política, com especial atenção a dita economia retardatária e os regimes autoritários. (ZORZAL ET AL, 2001).

Siqueira (2009) responsabiliza esse processo de desenvolvimento modernizante pela aglomeração das periferias das cidades, ou ainda pela crescente e acelerada ocupação desordenada do espaço urbano, resultando em precariedade e favelização dos seus núcleos centrais, muitas vezes.

A seguir, apresento um breve panorama histórico do contexto econômico e político local/nacional, projeções internacionais, principais personagens e seus interesses atrelados aos respectivos governos que fundamentalmente compõem a dinâmica

²¹ Produtos em seu estado bruto, de origem extrativista, que funcionam como matéria-prima (mineral, vegetal etc.), produzidos em larga escala; geralmente se destina ao comércio exterior e seu preço deve ser baseado na relação entre oferta e procura — com grande expressão no Espírito Santo: minério, celulose, petróleo e gás, entre outros.

dos planos de propulsão da então emergente economia capixaba²². Não ambiciono discorrer minuciosamente sobre todos os personagens dessa história, pois não é o objetivo deste trabalho. Porém, considero pertinente remontar os arranjos dessa “visão eldoradista” espírito-santense (ZAVALETTA, 1986) ou essa ilusão de desenvolvimento que, tal como proponho analisar, são preponderantemente masculinistas.

A análise de tal panorama reforça a minha argumentação pela necessidade de evocar os princípios ecofeministas como guias de interpretação, considerando que estamos diante de uma conjuntura local onde prepondera o domínio sobre os recursos do ambiente, bem como intrínsecas disputas de poder que compõem a construção da economia capixaba e seus desdobramentos sobre a vida das mulheres; grupo este que possui peculiares ligações de trabalho, cuidado e resistência com esse mesmo ambiente.

2.1. FACES DA GENEALOGIA DESENVOLVIMENTISTA NO ES

Zorzal *et al* (2001) chama de “*processo de simbiose*” o movimento de articulação entre as elites empresariais nacionais, as corporações multinacionais, as tecnoburocracias públicas (Executivos Federal e Estadual) e empresas estatais que objetivavam a construção da dita sociedade industrial moderna brasileira, movimento esse mediado e articulado pelas corporações estatais. Essa simbiose envolvia especialmente a Companhia Vale do Rio Doce²³ — CVRD (atualmente Vale S/A),

²² Fundamentado principalmente nos apontamentos da Dra. Marta Zorzal, em entrevista e material de aula da própria professora, que por sua vez tem Pereira (1998) como referência basilar e outros materiais, que por ocasião, são mencionados.

²³ Breve e elucidativo histórico da CVRD: Estatal criada pelo presidente Getúlio Vargas, (Decreto-Lei nº 4.352), em 1942, por meio de arrendamento da Companhia Itabira de Mineração e da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia para produção de minério de ferro para a indústria bélica norte americana. “Apesar de ter sido criada oficialmente em 1942, o início da CVRD se deu em 1908, quando dois engenheiros ingleses consultaram a então Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas (CEFVM) para saber sobre a possibilidade de transportar, por ela, minério das jazidas de ferro de Itabira, em Minas Gerais. Com a confirmação da viabilidade, foi criada a Brazilian Hematite Syndicate, que em 1911 viria a se tornar a Itabira Iron Ore Company, primeira empresa autorizada a explorar ferro na região.

Em 1939, Percival Farquhar, dono da Itabira Iron Ore, e seis brasileiros, fundaram a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia. Como além de produzir, eles precisavam escoar o minério para venda, a empresa obteve a permissão para incorporar a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas. Em 1941, um grupo de empresários sócios de Farquhar fundou a Companhia Itabira de Mineração, com o objetivo de explorar as minas da Itabira Iron Ore - esta empresa foi a escolhida por Getúlio

que ocupa papel preponderante nos rumos da economia capixaba, responsável por introduzir o Espírito Santo no mercado nacional, já que abriu caminho e moveu esforços para a instalação de outros grandes projetos no estado.

Importante salientar que a nova dinâmica capitalista do Estado brasileiro (de ações interventoras diante de um regime autoritário) implementou um padrão estratégico desenvolvimentista e de crescimento econômico que não abria espaço para a participação da sociedade civil (na construção dessas estratégias). Os impactos não demorariam transparecer principalmente nas regiões e também nas pessoas, de modo mais profundo e diretamente aplacado por tais estratégias, como é o caso da população de Barra do Riacho e conseqüentemente das mulheres.

Para nos aproximarmos do que representou esse contexto histórico e de como as ações do período se apresentaram de tal modo articuladas, de maneira a propiciar os arranjos entre as esferas pública e empresarial, apresento alguns dos principais movimentos ocorridos no estado do Espírito Santo, que caracterizam essa simbiose identificada por Zorzal *et al* (2001). O eixo que estrutura esse levantamento se dá a partir de uma organização cronológica dos governadores capixabas e algumas das ações que simbolizam a postura de suas políticas de Estado em consonância com as políticas nacionais.

No segundo governo de Jones dos Santos Neves (1951-1955)²⁴ começamos a ver surgir os primeiros traços do quadro que mais tarde apresentaria tons mais fortes e vibrantes na construção de uma modernização. Ainda que de forma sutil, já podemos destacar, por exemplo, a instituição do Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo, gestado em sua campanha e articulado desde o início da gestão Santos Neves, estabelecido exatamente nas demandas de infraestrutura, especialmente voltado para reaparelhamento de portos, estradas e produção de energia.

No ano de 1958 nasce a Federação da Indústria do Espírito Santo — FINDES, formada por grupos de interesse do empresariado espírito-santense, temos nesse

Vargas para junto à Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia criar a Companhia Vale do Rio Doce.” Informações do sitio oficial da empresa: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>.

²⁴ O primeiro governo de Jones dos Santos Neves foi como interventor federal, de janeiro de 1943 a outubro de 1945.

órgão um importante agente de mobilização local, o governo era de Francisco Lacerda de Aguiar (1955-1958), que ainda pensava a industrialização somente como uma atividade complementar a agricultura (PEREIRA, 1998).

Já no governo de Carlos Lindenberg (1959-1962), surge o que é considerado o primeiro diagnóstico socioeconômico do estado do Espírito Santo, por meio do Conselho Técnico da recém-criada FINDES. O “Seminário de Pró-desenvolvimento do Espírito Santo”²⁵ rendeu o documento: “Desenvolvimento Municipal e Níveis de Vida do ES”. Aqui também há a criação do grupo de trabalho estadual incluindo representantes do governo, do FINDES, Federação do Comércio (Fecomércio) e Federação das associações rurais (FAR), o qual busca articular interesses das instituições privadas em uma política de desenvolvimento, temos ainda, o olhar voltado para a infraestrutura, visando uma diversificação econômica.

No contexto nacional temos a implantação do plano de integração produtiva do mercado nacional, que consistia em investimento do Governo Federal em infraestrutura (energia, estradas e portos), muito importante para o Espírito Santo, principalmente no suporte do setor portuário. Nessa conjuntura, as obras do Porto de Tubarão, por exemplo, em 1962, proporcionaram a Vale S/A (então CVRD) receber os subsídios necessários para a obra (SILVA, 1986).

Nesse período, com a formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do ES (CODEC), há uma significativa mudança no discurso governamental e nas ações de incentivo, como, por exemplo, o plano diretor de desenvolvimento, o crédito rural e a isenção de impostos para indústrias que se instalassem no estado (PEREIRA, 1998).

De 1963 a 1966 foi o período do segundo governo de Francisco Lacerda de Aguiar²⁶. Esse período foi um tanto conturbado, tanto pelas ações do governo estadual que se opunha às propostas da FINDES, quanto pelo cenário nacional, de instabilidade política, com a renúncia de Jânio Quadros e a interrupção do regime democrático com o golpe 1964.

²⁵ Seminário realizado em 1961, um movimento que tinha como objetivo um preciso diagnóstico das esferas socioeconômicas do estado.

²⁶ Governo concluído pelo vice, Rubens Rangel já que Francisco Lacerda de Aguiar renunciou por estar envolvido em denúncias de corrupção.

O Espírito Santo, no regime militar, mantém-se sob o governo de Cristiano Dias Lopes (1967-1970), cujo projeto político tem como premissa o “Diagnóstico para o Planejamento Econômico do Estado do Espírito Santo” — elaborado pela FINDES em 1960 — o qual possui dois objetivos principais: reforma administrativa e estrutura para o desenvolvimento. Aqui, ao falar de estrutura, leia-se: planejamento para captação de recursos e financiamento. De maneira mais explícita a prioridade era dada ao fomento de um complexo industrial em Vitória, voltado para a siderurgia e exportação de minérios, para tanto, realizou estudos preliminares para viabilizar tal projeto.

Nesse período, marcado por uma grande mobilização dos interesses locais voltados para possibilitar e estimular a industrialização, identifica-se a primeira, de três fases do conjunto de estratégias da política Industrial Capixaba (1970 – 1993), tendo a FINDES como protagonista no aporte da agroindústria e seus insumos, e uma série de outros órgãos, conselhos e fundos, criados com a finalidade de promover e coordenar as ações desenvolvimentistas. (PEREIRA, 1998).

Abaixo apresento tabela descritiva com alguns dos órgãos e suas respectivas funções, no intuito de dimensionar o tamanho dos esforços coordenados pelas ações do Governo do Estado rumo ao almejado desenvolvimento econômico.

| ORGÃOS | AÇÕES |
|---|--|
| BCA / BANESTES — Banco de Crédito Agrícola □ Banco do Estado do ES. | Reestruturação do Banco de Crédito Agrícola, que passa a se denominar BANESTES |
| CODES / BANDES — Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo □ Banco de Desenvolvimento do ES. | Uniam esforços na criação de intermediários financeiros vinculados à economia capixaba |
| FUNDAI — Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial do ES. | Aporte, planejamento e viabilização financeira agroindustrial. |
| FUNDAP — Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias. | Aporte, planejamento e viabilização da estrutura portuária. |
| FUNRES — Fundo de Recuperação Econômica do Estado do ES. | Assistência via operações de crédito e participação acionária a empreendimentos industriais e agropecuários no estado. |
| GERES — Grupo Executivo para Recuperação Econômica do estado. | Voltado para concessão de incentivos fiscais para recuperação econômica do estado, pós, crise do café |
| SUPPIN — Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial | Órgão defendido pela FINDES. |

Tabela 2: Órgãos estatais e respectivas funções.
Fonte: Pereira (1998)

Em suma, o que moveu e potencializou a política industrial e de investimentos no Espírito Santo foi o financiamento subsidiado do investimento privado²⁷. O modelo de financiamento com participação societária restringiu o acesso e utilização dos recursos, excluindo o empresariado de pequeno e médio portes.

A renúncia fiscal, como parte da política de industrialização, foi um poderoso mecanismo de concentração de patrimônio em favor do grande empresário, ou seja, o investimento desse grande empresário acabava sendo muito baixo em comparação com o investimento e a renúncia do estado. A política industrial de investimento contava ainda com “Bonificação de ICM”²⁸, criação do Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT), na Serra, e com obras de infraestrutura para instalação de indústrias, estudos sobre as áreas adjacentes aos projetos.

Não só o pequeno e médio empresariado eram deixados ao largo nas estratégias econômicas, mas toda a sociedade civil. E, em conformidade com esses interesses, outros personagens do estado passaram a ocupar lugar de destaque, como, por exemplo, o Movimento Empresarial “Espírito Santo em Ação” (criado em 2002)²⁹, assim como políticos de projeção regional e nacional, que atuaram de modo fundamental nas ações de iniciação capixaba no *script* desenvolvimentista, tanto nas grandes negociações, quanto na junção de interesses que encontraram no município de Aracruz a ambiência ideal para suas grandes ambições e negócios. As relações de troca permeavam o dito Movimento Empresarial, já que os interesses econômicos e políticos privados dos seus componentes eram sistematizados em planos de ação e sinalização de investimentos, prontamente atendidos pelo Estado na forma de financiamentos e políticas públicas.

As ações diversificadas e síncronas do governo do Estado e do empresariado local visavam a superação do considerado atraso estrutural, industrial e econômico local. Chamo atenção para o que os estudos³⁰ apontavam: demonstravam preocupação com a geração de empregos, intentavam a interiorização do desenvolvimento e o

²⁷ As transferências de recursos do setor público para o setor privado, no sentido de financiamentos atingiu, no período de (1970-1983), nas fases da política industrial capixaba a cifra de US\$ 590.000.000 (PEREIRA, 1998).

²⁸ Decreto-Lei 880 de 18.09.1969.

²⁹ Mais informações sobre o movimento empresarial Espírito Santo em ação, ver Rainha (2012).

³⁰ Refiro-me aos diagnósticos, seminários, entre outros documentos elaborados pela FINDES, FECOMÉRCIO e outras entidades a pedido do empresariado e governo do Espírito Santo.

apoio às micro e pequenas empresas. O discurso imprimia a ideia de que a solução para esses problemas de ordem econômica e social seria alcançada via concretização do projeto de modernização ou reestruturação em pauta.

A preocupação com a geração de empregos é mote reiterado no ideário desenvolvimentista. Seja em qual etapa ou ciclo do projeto de modernização, ou ainda, no próprio discurso de implantação dos grandes projetos, a pretensa geração de emprego sempre ocupou lugar de destaque. Cabe aqui provocar alguns questionamentos: quais os tipos e condições desses empregos? Qual a política de acesso? Para quem eles são pensados e principalmente para quem não são pensados?

É no período reconhecido como segunda fase da política industrial capixaba, já em meados da década de 1970, quando novos ramos do processo produtivo industrial são alçados, que as grandes indústrias passam a ter destaque no cenário capixaba. Sobretudo em torno da indústria siderúrgica e de celulose, elas ganham espaço e relevância e, em pouco tempo, elevam o crescimento industrial especializado do setor.

A essa altura, CVRD e a Aracruz Celulose³¹, símbolos *sui generis* das engrenagens mega no estado do Espírito Santo, já implementavam e expandiam seus projetos industriais a “todo vapor”, se valendo da expropriação de terras de povos indígenas e tradicionais para concretizar seus planos de forma estrutural e socialmente, reorganizando os espaços e as vidas da localidade eleitas para tanto.

A terceira fase da política industrial, na década de 1980, tem o abandono do governo federal como elemento desarticulador, já que não houve uma política industrial nacional nesse período, sendo assim, perde-se muito no planejamento e coordenação da política de desenvolvimento regional. Nesse contexto o BANDES

³¹ A instalação da (então) Aracruz Celulose teve suas primeiras articulações na década 1960 e envolveu uma série de ações políticas, governamentais e ambientais contraditórias. A começar pela substituição da Mata Atlântica por plantio de eucalipto, afetando significativamente as populações tradicionais (indígenas e quilombolas) que se sentiram “ilhadas”, conforme aponta Maracci (2011). Já em 1975, com a construção das três fábricas da Aracruz Celulose, revelou-se a necessidade de quantidades exorbitantes de água e as articulações empresariais para justificar e autorizar a apropriação quase que total da bacia hidrográfica por parte da empresa, situação retratada por Meirelles e Calazans (2011) e retomada por Maracci, estendendo as afetações para a comunidade pesqueira e demais moradores da região.

lança o Plano Estratégico (1987), visando estimular a ampliação e modernização dos ramos da indústria já existentes, com especial atenção à área da celulose e siderurgia, bem como busca estimular a implantação de indústrias intensivas de novas tecnologias.

O Historiador e Sociólogo Leonardo Bis dos Santos ao retratar as áreas protegidas no Estado do Espírito Santo do período de 1940 a 2000, no livro “*De ação de Governo à Política de Estado*” (2018), alinha em seu bojo componentes da conjuntura histórica política e econômica capixaba e a questão ambiental. O autor pautou a narrativa de sua obra na costura de cada capítulo, divididos em recortes de 20 anos, com o contexto sociocultural, econômico e político capixaba do período em análise. Na estrutura de cada capítulo o autor parte do cenário mundial, seguido do cenário nacional e local, num minucioso trabalho de pesquisa que serviu de fonte dessa pesquisa e também parâmetro para constatar que não seria possível alcançar toda gama de problematizações possíveis contidas na discussão que proponho, forçando-me a buscar ser sucinta nesse levantamento histórico que apresentei.

Ao fim dessa breve compilação conjuntural, e ao vislumbrar esse multifacetado enredo na vida das mulheres de Barra do Riacho, aproximo essa narrativa histórica à análise que Maristela Svampa (2012) faz desses modelos de modernização, característicos na América Latina, por considerar que as temáticas problematizadas pela autora – em sua abordagem feminista e ecológica - vão ao encontro da ambiência e dos objetivos dessa pesquisa.

Svampa (2012) classifica as estratégias de modernização como consolidação de um estilo de desenvolvimento extrativista, ou ainda, uma reprimarização da economia, que cada vez mais condiciona economias locais a produtos e tecnologias de importação. Nesse sentido, o que predomina nada mais é do que o fortalecimento do modelo monoprodutor em detrimento dos arranjos e vivências territoriais locais, que destroem a biodiversidade e aprofundam desigualdades, que reflete no modelo não só capixaba, mas de toda América Latina.

O Consenso de Commodities (SVAMPA, 2012) impacta sobremaneira as mulheres que, em suas lógicas de vida, não priorizem o “*modo operandi*” que rege o estilo extrativista implementado pelas megacorporações, ou seja, o olhar produtivista.

Qualquer outro modo de vida que destoe desse modelo fortemente consolidado, é desconsiderado e desvalorizado, o que torna os corpos e territórios (dissonantes na lógica produtivista) dispensáveis, ao valorizarem outros aspectos da vida e sociabilidade.

Detalharei adiante outros aspectos da segunda fase da emergente política industrial capixaba e sua intrínseca relação com os megaempreendimentos. Adensarei os detalhes que fizeram de Barra do Riacho, pequeno bairro localizado no município de Aracruz, a região com um dos maiores, senão o maior número de megaempreendimentos no estado, assim como as empresas, circunstâncias e mecanismos que têm atuado para conformar esta localidade como região que concentra polos industriais ou grande número de indústrias contaminantes que afetam de maneira singular a saúde das comunidades locais, de maneira a configurar uma discriminação social num tipo de *zona de sacrifício*, nos termos de Acsehrad:

(...) uma concentração de práticas ambientalmente agressivas, atingindo a população de baixa renda. Os moradores dessas áreas convivem com a poluição do ar e da água, depósitos de resíduos tóxicos, solos contaminados, ausência de abastecimento de água, baixos índices de arborização, riscos associados a enchentes, lixões e pedreiras. Nestes locais, além de presença de fontes de risco ambiental, verifica-se também uma tendência a sua escolha como sede de implantação de novos empreendimentos de alto potencial poluidor. (ACSELRAD, 2004, p. 12).

Trigueiro (2020) discorre em *Vidas afetadas, saberes localizados: notas metodológicas de projetos realizados junto às populações pesqueiras (Espírito Santo, Brasil)*, sobre sua experiência como pesquisadora das comunidades pesqueiras do litoral capixaba, apresentando dados de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento (GEPPEDES). A autora sistematiza no trabalho as principais afetações sofridas pelas comunidades pesqueiras do Espírito Santo, com as quais manteve contato, e seus respectivos desdobramentos. Reproduzo o quadro em que tais dados são retratados:

| Quadro 1: Sistematização dos principais problemas vivenciados pelas comunidades pesqueiras no ES e seus desdobramentos. | |
|--|--|
| AFETAÇÕES | DESDOBRAMENTOS |
| 1) GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO | <ul style="list-style-type: none"> -Geram deslocamentos, expulsões e/ou alterações dos modos de vida pesqueiro. -Perda dos territórios pesqueiros, obliterados pela fixação dos empreendimentos. -Vulnerabilidade, condição de risco e injustiça ambiental (contaminação do ar, solo e corpos hídricos, com comprometimento para a saúde física e emocional das populações atingidas). |
| 2) PESCA INDUSTRIAL (TRAINEIRAS) | <ul style="list-style-type: none"> -Atividade insustentável ambientalmente. -Alto nível de investimento tecnológico, produção de larga escala e técnicas de captura que comprometem o estoque pesqueiro. -Quando avança em direção aos territórios pesqueiros dos pequenos pescadores e pescadoras, aniquila a vida marinha e compromete a pesca artesanal. -Competição desleal com a pesca de pequena escala. -No quesito relações de trabalho, gera a proletarização do pequeno pescador e alteração das formas tradicionais de transmissão de conhecimentos (<i>o saber-fazer</i>). |
| 3) DESASTRE-CRIME AMBIENTAL NA BACIA DO RIO DOCE | <ul style="list-style-type: none"> -Vazamento da barragem de Fundão (Mariana, MG) e espalhamento da lama de rejeitos na bacia do rio Doce, por ação da Samarco, Vale e BHP, no ano de 2015. -Produziu e continua produzindo consequências sociais, emocionais e ambientais para as comunidades afetadas: alterou radicalmente as práticas de trabalho, lazer, alimentação, laços familiares, formas locais de reciprocidade, etc. -Tem gerado mobilizações político-sociais em prol dos direitos dos atingidos. -Vulnerabilidade, condição de risco e injustiça ambiental. -Proibição da pesca entre Aracruz e Linhares (na faixa marítima inferior a 25 metros de profundidade). -Instilou formas difusas de sofrimento social. |
| 4) CRIAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS | <ul style="list-style-type: none"> -Unidades de Conservação (sobretudo as de uso integral, que impedem a presença de humanos nas áreas circunscritas) são criadas em áreas tradicionais de pesca. -Reservas ambientais <i>versus</i> atividade da pesca: embates assimétricos. -Deslocamento das populações e perda de territórios pesqueiros. |
| 5) POLÍTICA PESQUEIRA | <ul style="list-style-type: none"> -Historicamente favorece a pesca industrial. -Pouco reconhece ou valoriza os(as) pequenos(as) pescadores(as). -É burocrática e ineficiente: complica, por exemplo, a retirada da licença de pesca e da carteira de pesca. -Comumente, utiliza como forma de chancela a tutela do(a) pescador(a). |
| 6) LEGISLAÇÃO AMBIENTAL | <ul style="list-style-type: none"> -Desconsidera o saber acumulado das comunidades pescadoras artesanais e privilegia o conhecimento técnico-científico na formulação de políticas ambientais, tal como na política do defeso. -Na prática, durante as ações de fiscalização executadas pela polícia ambiental, os(as) pequenos(as) pescadores(as) tendem a ser mais penalizados pelas infrações que cometem do que o grande armador de pesca (industrial). |

Tabela 3: Sistematização de Problemas e desdobramentos
 Fonte: Trigueiro (2020).

Cada um dos tópicos elencados revela distintas formas de constrangimentos, angústias, dificuldades materiais, econômicas, sociais ou psicoemocionais relatados pelas comunidades; em cada uma dessas afetações poderíamos listar tantos outros

desdobramentos a partir das especificidades de gênero e suas vulnerabilidades flagrantes. Considero, a partir das entrevistas realizadas e leituras sobre mulheres pescadoras, que antes mesmo de lidar com afetações assinaladas por Trigueiro (2020), as mulheres ligadas à pesca precisam superar:

- A dificuldade no reconhecimento legal das atividades como pescadora;
- A dupla ou tripla jornada de trabalho;
- A desconsideração da experiência, sabedoria e do lugar da mulher na pesca;
- O desprestígio da atividade de limpeza de peixes e mariscos;
- O determinismo preconceituoso da impossibilidade da pesca em alto mar;
- As vulnerabilidades econômica, social e de segurança alimentar familiar que afetam de sobremodo a mulher, etc.

Leitão (2012), ao resumir as dificuldades enfrentadas para a realização do trabalho das mulheres na pesca, confirma e acrescenta outras afetações:

A falta de equipamentos e de produtos, as más condições de trabalho, as variações sazonais entre inverno e verão, a poluição ambiental, os riscos relacionados à saúde que afetam a atividade, inclusive riscos de morte, decorrentes deste trabalho; A dupla jornada de trabalho (doméstico, da pesca e às vezes de outras atividades complementares) e, em alguns casos, a ausência temporária dos maridos que muitas vezes trabalham muitos dias no mar; A presença significativa de mulheres chefe de família, ficando com elas a responsabilidade de criação e sustento dos filhos; As dificuldades relacionadas ao acesso ao Registro Geral da Pesca, a receberem os seguros – defeso ou piracema, a se aposentarem; As pescadoras ao falarem sobre o trabalho da pesca sempre estabelecem relação com a saúde, a família, a alimentação e as políticas públicas. (LEITÃO, 2012, p. 23).

Reforçando tal percepção, a seguir, apresento mapa elaborado pelo geógrafo Jerônimo Amaral de Carvalho, a partir de oficina realizada pelo próprio GEPEDES, especificamente em Barra do Riacho, mostrando um panorama da situação local, cercada pelos grandes projetos.

dessas circunstâncias. Também o trabalho de Rosa *et al* (2020) acentua o modo como os riscos e desastres advindos dos grandes projetos de desenvolvimento têm sido desigualmente distribuídos, e como estão comumente atravessados por uma lógica espoliadora dos direitos sociais, das vidas e das condições ambientais de determinadas localidades. Os autores ressaltam:

Como área semiperiférica da modernidade, o caso brasileiro ilustra o modo pelo qual sua matriz se expandiu por meio de grandes projetos desenvolvimentistas, visando melhores condições de integração econômica no mercado global. Esta dinâmica de caráter econômico termina por contribuir para a construção de vulnerabilidades, expondo, conseqüentemente, diversas populações ao enfrentamento de riscos e de desastres. (...) [T]al matriz se apropria de territórios e promove, entre outros resultados, a espoliação de seus habitantes e de seus ecossistemas nativos, desrespeitando as dinâmicas socioambientais locais. Há, portanto, uma relação intrínseca e complexa entre a expansão de projetos desenvolvimentistas em áreas periféricas do sistema mundo e o processo de construção das vulnerabilidades e dos riscos. (ROSA, *et al*, 2020, pp. 11-12).

A partir da ótica da pesca artesanal, especificamente no litoral capixaba, Trigueiro (2020) discute outros mecanismos de operacionalização da injustiça ambiental ao retratar a situação das populações pescadoras e como as várias faces de ação e relações capitalistas nos espaços sociais e produtivos atingem essas comunidades, desde os impactos da pesca de grande escala até a expansão da dita economia de *commodities* nos territórios pesqueiros tradicionais (mar-oceano e continente). São interferências e ocupações do território também “por meio da construção de plataformas de petróleo, oleodutos, gasodutos, minerodutos e portos, voltados para o escoamento internacional dessas mercadorias”. (TRIGUEIRO, 2020, p. 91).

Ainda nesse mesmo trabalho a autora discorre sobre o termo “ser afetada”, que remonta o conceito utilizado por Favret-Saada (1991), ampliando o seu sentido, a fim de discorrer a interpretação buscada em sua análise. Faço uso similar do termo, conforme o que diz a autora: “gostaria de imaginar que o sentido de afetado poderia ser esgarçado, para interpretar as experiências vividas em contextos marcados por desastres” (TRIGUEIRO, 2020, p. 107), considerando que o “ser afetada” situa uma

discussão metodológica ao mesmo tempo analítica e reflexiva do pesquisador; ressalta a autora:

Assim, sugiro que a ideia de ser afetado(a) poderia ser utilizada para entender as vidas de sujeitos humanos que, de um momento para o outro, são deslocados de suas histórias, memórias, lugares, cotidianos e inseridos num turbilhão de sentimentos e incertezas, numa condição espaço-temporal que reverbera e se multiplica no devir, outras vezes se encolhe na lembrança do passado, colocando essas pessoas tal como se estivessem sob um tipo de efeito de suspensão ou algo similar, do qual não conseguem se desvencilhar nem representar em palavras (muitas vezes), mas que ganha vida nos corpos, no adoecimento psíquico-social, na tristeza, depressão, etc., como marcas, formas de inscrição. (TRIGUEIRO, 2020, p. 107).

Ao deslocar o debate para o recorte das mulheres, especificamente diante dos conflitos ambientais, o Instituto PACS levanta a questão dos riscos de contaminação em determinadas circunstâncias (num contexto de descarte inadequado, acidental ou criminoso de resíduos de mineração, da indústria química ou petroquímica), desde o ato de se expor ao risco ao lavar as roupas de seus maridos, até o fato de serem mais responsabilizadas e também culpabilizadas na manutenção e no bem-estar familiar (FURTADO; SEABRA; PRACA, 2017).

Maluf e Rosa (2011), na parte dois de “*Mudanças climáticas, vulnerabilidade e adaptação*”, discorrem sobre aspectos da vulnerabilidade socioambiental e sobre populações vulneráveis, sinalizando as ‘nuances’ que distintas formas de afetações repercutem na população exposta a desastres naturais:

A vulnerabilidade não se deve, exclusivamente, à pobreza, porém, há consenso de que estão mais expostas aos desastres naturais e, provavelmente, sentirão mais os impactos da mudança global no clima as populações que vivem nos países em desenvolvimento, especialmente, as camadas mais pobres e, entre elas, as mulheres, crianças e idosos. Essa compreensão está expressa no Plano Nacional sobre Mudança no Clima (Brasil-PNMC, 2008). (MALUF; ROSA, 2011. p. 62).

Cabe ressaltar que além das consequências (no ar, na água, nos peixes, etc.) das ações de intervenção geoespacial e hidrográfica ocorridas em Barra do Riacho durante os anos de sucessivas implantações de grandes projetos, a região foi aplacada de maneira significativa pelo desastre-crime da Samarco, no ano de 2015, em que toneladas do que ficou conhecida como “lama tóxica” se espalharam por quilômetros, após rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, na cidade

Mariana (MG), alcançando o Rio Doce e sua bacia hidrográfica, até chegar à foz e ao oceano.

Além das afetações e problemas já apontados, há de se considerar também que as mulheres são as maiores vítimas das violências de diversos tipos, nesse contexto que questões como o sofrimento, as angústias, a infância e a velhice são totalmente ignoradas. Catullo (2018) mostra especial atenção aos aspectos como o “Drama Social” e a “Síndrome da Casa perdida³³”, que dão conta das diferentes formas de afetação — psicológica e emocional — sofrida por mulheres, no que a autora configura como processo de realocação, culminando em depressão e outras comorbidades. As mulheres mais pobres, por sua vez, são ainda mais sujeitas a essas afetações. Ou seja, os grandes empreendimentos e as ações desenvolvimentistas/modernizadoras, ao modo como se assentam em muitas localidades, dentre elas Barra do Riacho, mobilizam problemas que só tendem a se agravar quando analisados sob a ótica de gênero. Aprofundaremos esse ponto mais adiante.

2.2. BARRA DO RIACHO NA DINÂMICA DESENVOLVIMENTISTA CAPIXABA

Inserida num contexto de grandes transformações provocadas pelo segundo ciclo econômico, a comunidade de Barra do Riacho é um interessante estudo de caso por suas características geográfico-ambientais e especialmente pelas mudanças enfrentadas diante da instalação de uma série de megaprojetos, conforme relatam Vieira (2012) e Izoton (2016). As características geográficas e ambientais de Barra do Riacho possuem singularidades que, segundo o discurso desenvolvimentista, favoreceriam a sua vocação à formação do complexo portuário, petroquímico e industrial, mediante a sua configuração hidrográfica (sobretudo pelo seu rico reservatório de água) e geográfica, proximidade com a capital e interesses geopolíticos.

Vimos no Espírito Santo, e com particulares desdobramentos no município de Aracruz, uma narrativa desenvolvimentista acionada politicamente, com base no

³³ Drama Social e Casa perdida são aspectos emocionais e psicológicos de afetações identificadas em mulheres deslocadas de sua localidade de origem, de forma a repercutir nas redes de apoio e nos laços familiares, sociais e de trabalho. Mais informações Catullo (2018).

ideário do mito do desenvolvimento e do progresso³⁴ (já exposto na parte introdutória deste trabalho), que objetivou recuperar o que era identificado como “déficit” de investimento no setor industrial capixaba a fim de explorar mercados internacionais por meio de ações que envolveriam desde estratégias capitalistas globais (como associações em holdings, joint ventures, intensificação na comercialização de *commodities*), até acordos empresário-governamentais, profícuos financiamentos e investimentos públicos em obras estruturais para fins particulares, conforme Gomes e Overbeek (2011). Segundo apontam Marijane e Barros (2009), há a prevalência de um “modelo predatório de desenvolvimento”, que se estabelece com a dominância dos projetos em grande escala, sob a alegação de um necessário ingresso no cenário mundial das relações de mercado.

A partir, tanto do processo de urbanização, quanto de reordenação econômica local e global³⁵, passou a se configurar, no Espírito Santo, um desenvolvimento atrelado à indústria de *commodities*, indústria de base e aos grandes empreendimentos, conforme já desdobramos anteriormente. Essa engrenagem se une ao ideário do mito do progresso que rege a política econômica capixaba desde a década de 1960, com intuito de alçar o estado aos patamares dos índices econômicos dos estados vizinhos do Sudeste (LEONARDO, 2014). Como resultado, o Espírito Santo passou a ocupar um lugar de destaque nessa cadeia global extrativista, cuja base produtiva alimenta os grandes conglomerados industriais voltados à produção de diversos produtos finais, os quais retornaram aos países periféricos do Sul global com preços exorbitantes se comparados aos valores de venda enquanto matérias-primas.

Tal qual a história da Vale, a história da Suzano S/A (antiga CVRD e Aracruz Celulose) ilustra a “união de esforços” com a finalidade de reverter o que era considerado o déficit de desenvolvimento do Espírito Santo, que conforme explicita Zorzal e Silva (1995) incidiria em suprir as necessidades de infraestrutura básica de modo a cumprir um roteiro de empreendimentos que possibilitaria cumprir um cronograma de acelerado desenvolvimento para a Região.

³⁴ Pensemos o *progresso* como uma narrativa criada como justificativa para transformação e dominação de territórios em favor dos interesses políticos e econômicos das nações que detêm o poder hegemônico capitalista.

³⁵ Já que a nova configuração capitalista exigia não só a recuperação do mercado nacional, como a inserção no mercado internacional.

Para melhor dimensão do complexo industrial implementado em Barra do Riacho, abaixo apresento quadro com linha do tempo da instalação dos empreendimentos em Barra do Riacho, e alguns eventos, compilados:

LINHA DO TEMPO DOS EMPREENDIMENTOS EM BARRA DO RIACHO

1962 – Realização de estudo pelos técnicos da Petrobras para identificar a presença de petróleo nessa área.

1967 – Início de atividades da Aracruz Florestal no Espírito Santo e primeiros plantios de eucalipto.

1968 – Construção das fundações da Aracruz Celulose.

1978 – Início da operação da primeira unidade industrial, a Fábrica A.

1980 – Fundação da Imetame Metalmecânica.

1985 – Inauguração do Portocel, porto exclusivo para embarque de celulose.

1991 – 24 de março – Primeira multa na história da Aracruz Celulose pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

1991 – 27 de maio – Início da operação da segunda unidade industrial, a Fábrica B, da Aracruz Celulose.

1997 – Vazamento de 20.000 litros de um "licor" negro contendo soda cáustica e sulfeto de sódio.

1999 – Inauguração da unidade industrial da Aracruz Produtos de Madeira.

1999 – Construção do canal Caboclo Bernardo para desviar os recursos hídricos do rio Doce para o abastecimento industrial da Fibria, na Fábrica C.

2002 – Inauguração da Fábrica C, da Aracruz Celulose.

2009 – Início da operação do terceiro berço de atracação de navios do Portocel.

| | | | |
|--|--|--|--|
| <p>2009 – Nascimento da Fibria, através da incorporação da Aracruz pela Votorantim Celulose e Papel (VCP).</p> <p>– Início das atividades da Imetame Metal, no ramo de apoio ao setor petrolífero, com parceria na manutenção em plataformas da Petrobras na bacia de Campos.</p> | <p>2010 – 17 de junho – Criação da APA Costa das Algas e da Revis de Santa Cruz.</p> <p>– 7 de novembro – Estaleiro Jurong obteve a Licença de Prévia (LP) e, posteriormente, recebeu a Licença de Instalação (LI) do Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA) com 99 condicionantes.</p> | <p>– 16 de novembro – IBAMA aprova a competência para o prosseguimento do empreendimento e delega ao IEMA responsabilidade do licenciamento ambiental.</p> <p>2011 – Início da obra do Estaleiro Jurong na Barra do Sahy.</p> <p>2012 – Começo da operação do Terminal Aquaviário Barra do Riacho.</p> | <p>2015 – Fevereiro – Início da construção do primeiro navio sonda no Estaleiro Jurong, o Arpoador.</p> <p>2016 – 22 de novembro – Lama da barragem da Samarco, que se rompeu no dia 05 em Mariana (MG), chega ao mar do Espírito Santo.</p> <p>2017 – 31 de março – O município de Aracruz entra na lista de atingidos pela lama de rejeitos da Samarco.</p> |
|--|--|--|--|

Figura 3: Linha do Tempo de Instalação de Megaempreendimentos em Barra do Riacho
 Fonte: (TRIGUEIRO; CREADO; ZANETTI, 2018, p. 13-14).

O marco inicial da performance desenvolvimentista envolvendo megaprojetos no município de Aracruz se deu a partir da substituição da mata nativa por plantio de eucalipto, ainda no final da década de 1960, por parte da então Aracruz Florestal S.A. Nesse momento nota-se a prevalência dos interesses empresariais em detrimento do interesse público local e social, caracterizado pela expropriação de grandes extensões de terra e da água (mananciais, lagoas, rios, etc.), em favor da monocultura e beneficiamento do eucalipto. Há que se ressaltar que a intensificação do plantio de eucalipto se deu por financiamento público, e como já explicitado aqui, atendendo a interesses da elite empresarial sob o discurso de atendimento ao bem público e ao bem estar social, obtido pela Aracruz Florestal, via BNDE³⁶ (GOMES, 2011 apud DALCOMUNI, 1990).

³⁶ Hoje BNDES. Na década de 1980 o banco passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, atendendo ao novo modelo de política integrando a questão social à política de desenvolvimento. Fonte: [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia#:~:text=O%20in%C3%ADcio%20dos%20anos%2080,Econ%C3%B4mico%20e%20Social%20\(BNDES\).](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/nossa-historia#:~:text=O%20in%C3%ADcio%20dos%20anos%2080,Econ%C3%B4mico%20e%20Social%20(BNDES).)

Shiva (2003), ao apresentar o conceito de monocultura da mente, mostra como os interesses do sistema hegemônico trabalham em favor das uniformidades desconsiderando a diversidade tanto dos ecossistemas locais, como da sociedade e das formas de saber. Essa monocultura constitui primeiramente um tipo de uniformidade ideológica, age na mente de maneira a naturalizar concepções, comportamentos, necessidades, que *a priori* não seriam consenso e, posteriormente, uniformiza também o solo, as formas de plantar e cuidar da terra, repercutindo de forma degradante para o ambiente e os saberes locais, pois estão fundamentadas em relações de poder, produção e consumo estabelecidas. Aqueles que não acatam ou não se adequam ao estilo proposto são ignorados, invisibilizados, desprezados em sua existência.

Desse modo, o saber científico dominante cria uma monocultura mental ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas de variedades de plantas importadas, que leva à substituição e destruição da diversidade local. O saber dominante também destrói as próprias condições para a existência de alternativas, de forma muito semelhante à introdução de monoculturas, que destroem as próprias condições de existência de diversas espécies. (SHIVA, 2003, p. 25).

No que tange à produção de celulose para a confecção de papel, da atual Suzano S.A em Barra do Riacho, cabe dizer que suas ditas florestas homogêneas de eucalipto, em substituição à Mata Atlântica, engendram o “deserto verde”, propiciando um ambiente inóspito inclusive para animais, já que toda biodiversidade e fauna são atingidas drasticamente³⁷, sobretudo pela crise hídrica gerada pela forma como os corpos d’águas locais foram direcionados à produção de celulose. Além de desconfigurar geográfica e espacialmente a região — seja no próprio bairro de Barra do Riacho, ou ainda, junto às populações ameríndias ali ambientadas, como os povos Tupiniquim e Guarani — a produção de eucalipto em larga escala acabou se tornando parte de uma cadeia produtiva maior, que se insere desde a produção da pasta de celulose e seu branqueamento até a sua exportação, por meio

³⁷ Sobre o deserto verde ver: BONILHA, P. Um fim para a cultura do consumo excessivo; FERREIRA, S. B. A degradação socioambiental no Sapê do Norte, trabalhos que versam sobre a redução da biodiversidade verificada no manto orgânico, quantidade de espécies e biomassa animal); MARACCI, M. T. A re-significação da água pelo uso industrial, que trata do território nativo substituído por reflorestamento comercial e os impactos ambientais na comunidade local). In. Aracruz credo, v. 40, 2011.

da construção de três fábricas e duas unidades logísticas (portos: Portocel I e Portocel II).

Desse modo, a “floresta” plantada com fins unicamente comerciais, começou a fornecer a matéria-prima necessária à primeira fábrica da então Aracruz Celulose, que iniciou seus trabalhos em 1978, para a produção de celulose branqueada, que foi possibilitada graças a utilização de quantidades descomunais de água³⁸. A expansão da monocultura de eucalipto no norte do ES (avançando pelo Sul da Bahia) é um exemplo do que discute Shiva (2003). Assim como o eucalipto, os megaprojetos promovem também um tipo de monocultura, desta vez da mente, por meio do aniquilamento dos saberes e práticas locais, da usurpação de lares e ambientes. A empresa Suzano deixa desde o início, com as suas intervenções na região, a marca da expropriação abusiva e criminoso dos recursos ambientais, tanto da terra como na usurpação da água.

Para facilitar o entendimento ou a visualização de parte dessa dispendiosa apropriação de recursos naturais que resultou numa vultosa reestruturação geoespacial, apresento abaixo um breve registro fotográfico das intervenções feitas pela Suzano na configuração hídrica e hidrográfica de Barra do Riacho:

³⁸ O site da Suzano apresenta em sua Central de indicadores 2020 o registro do consumo de água nas operações industriais, que está descrita em megalitros por ano: consta que em 2019 o consumo foi de 5.708,83 (ML) e em 2020 o consumo foi de 5.928,26 (ML). Já a quantidade de água captada nas operações industriais está descrita em (m³/t) ³⁸: em 2018 a quantidade de água captada foi de 29,8 (m³/t), em 2019 a captação foi da ordem de 29,4 (m³/t) e em 2020 um total de 28,6 (m³/t). Mais detalhes em <https://centraldeindicadores.suzano.com.br/temas-materiais/agua/> e <https://centraldeindicadores.suzano.com.br/metas-longo-prazo/agua-na-industria/>



Foto 2 e 3 — Estrutura para sucção e bombeamento da água do rio Riacho, comportas para represamento e utilização das águas por parte da Suzano. Autoria: Daniela Aguilar, 2019.



Foto 4 — Represamento das águas utilizadas pela Suzano, conhecida como “Lagoa Azul”. O tom da água deve-se aos produtos químicos utilizados nos processos industriais da empresa. Autoria: Daniela Aguilar, 2019.

As fotos mostram parte do sistema de comportas e represamento das águas, o qual altera o curso do rio para atender a demanda do complexo químico industrial da Suzano. A necessidade de quantidade exorbitante de recursos hídricos pautou, mais uma vez, a agenda pública a serviço dos interesses privados em detrimento da qualidade e do bem-estar ambiental e da comunidade. Posteriormente retomarei essa questão para melhor configurar a situação da comunidade.

No site da Prefeitura de Aracruz encontramos a seguinte descrição historiográfica:

No período da modernização dependente (1964-1990) o município de Aracruz sofreu os vários impactos da vinda da então Aracruz Florestal, e melhoramentos ocorreram na cidade como: Fundação do Hospital São Camilo, a construção da COHAB – Vila Rica, a nova Prefeitura e outros. Em 1972, nasce a Aracruz Celulose e é feita a sagração da Igreja Católica Matriz. [...] De 1975-78, foi feita a montagem da primeira fábrica da Aracruz Celulose e, em 1978, começa o funcionamento da fábrica, produzindo e exportando polpa branqueada de celulose para o mercado internacional. Em 1980, os moradores de Barra do Riacho fundaram sua associação comunitária, a ACBR. Em 1983, foi criado o distrito de Jacupemba e, em 1985, surge o movimento de emancipação da Orla de Aracruz. Para evitar a separação, o Prefeito Heraldo Musso, anexa, em 1990, a área da fábrica ao distrito da Sede, abortando o distrito de Barra do Riacho, já aprovado pela Câmara Municipal de Aracruz, e que tramitava na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, faltando apenas sua homologação pelos deputados. Tal

projeto de emancipação distrital fora atropelado pelo processo de emancipação, de 1985, que tinha prioridade³⁹.

Tal descrição já denota os meios com que a história da região foi construída, em confluência com os interesses econômicos e empresariais. Barra do Riacho que viria a se tornar um distrito, sofre as consequências da “implantação de grandes empreendimentos desde a década de 1970, dentre os quais se destacam: produção de celulose, exploração de petróleo e gás, indústria química e petroquímica, assim como infraestrutura para escoamento da produção” (TRIGUEIRO; CREADO; ZANETTI, 2018. p. 4). Essa sequência de acontecimentos, marcados pela força política e econômica da implementação de um celeiro de empreendimentos industriais de larga escala nos arredores de Barra do Riacho, trazem severas repercussões no cotidiano da população local e revelam elementos que caracterizam uma zona de sacrifício nos moldes citados por Acselrad (2004), como já apontamos. As implicações das condições de acelerada mudança social, em decorrência das transformações ambientais, em um cenário de forte risco socioambiental, são inúmeras para toda a população, e repercutem sensivelmente nas mulheres, por se tratar da parte invisibilizada em uma organização social que as desconsidera enquanto base de desenvolvimento econômico, mas que as faz carregar a responsabilidade do cuidado de si, da casa e da família.

Exposições como a de Meirelles e Calazans (2011) em “*Papel para o Norte, hiperconsumo de água no Sul: hidro-genealogia das fábricas da Aracruz*”, explicitam o quanto a história de Barra do Riacho perpassa a história dos arranjos dos megaempreendimentos no estado, bem como da apropriação dos recursos hídricos que cercam não só o bairro, mas toda região. Esse estudo nos ajuda a compreender toda afetação produzida por esse contexto à população em geral, e, em especial, como procuro apontar, à vida das mulheres daquele lugar.

Na cartilha “*Encontro de Rios e Mar*”, elaborada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento – GEPPEDES, em 2018, fruto de pesquisa de extensão realizada em Regência Augusta (Linhares-ES) e em Barra do Riacho (Aracruz-ES), encontramos dados e sobretudo relatos que muito interessam ao presente trabalho. Na produção citada há muitos relatos da população de Barra

³⁹ Fonte: <http://www.aracruz.es.gov.br/turismo/> (Visita em fev/2020).

do Riacho que abordam os problemas decorrentes das mudanças socioambientais promovidas pelos grandes projetos e pela criação de áreas naturais protegidas. Há uma descrição de Barra do Riacho significativa, que explicita muito bem as vulnerabilidades locais:

O núcleo de Barra do Riacho está comprimido pelas grandes empresas. São pelo menos oito empreendimentos distribuídos num raio de até 2 km da localidade, demonstrando como a comunidade é afetada pelos processos econômicos e pelas atividades industriais e produtivas das empresas, as quais comprometem a qualidade do ar, da água, dos rios e dos córregos da região e a própria atividade da pesca. As condições e os usos das águas doces, inclusive, tornaram-se motivo de muita preocupação dos moradores, com queixas principalmente em relação aos usos da indústria de celulose, pela Fibria [atual Suzano S.A]. No ranking dos 10 municípios com maior Produto Interno Bruto (PIB) do ES, ou seja, dentre os municípios que mais produzem riquezas, no ano de 2015, Aracruz aparece em 6.º lugar. Em contrapartida, o que se observa é que a riqueza gerada pelas empresas localizadas na Barra do Riacho não é revertida em investimentos locais na mesma proporção, nem mesmo garante postos de trabalhos para seus moradores. A população economicamente ativa de Barra do Riacho se queixa de não conseguir se inserir nos postos e atividades de trabalho existentes. O desemprego é apontado como alto e a empregabilidade dos trabalhadores e das trabalhadoras locais é pequena, dadas as exigências de qualificação e formação profissional das empresas. Nem mesmo os inseridos em programas de estágio teriam colocações garantidas. (TRIGUEIRO; CREADO; ZANETTI, 2018. p. 8-9).

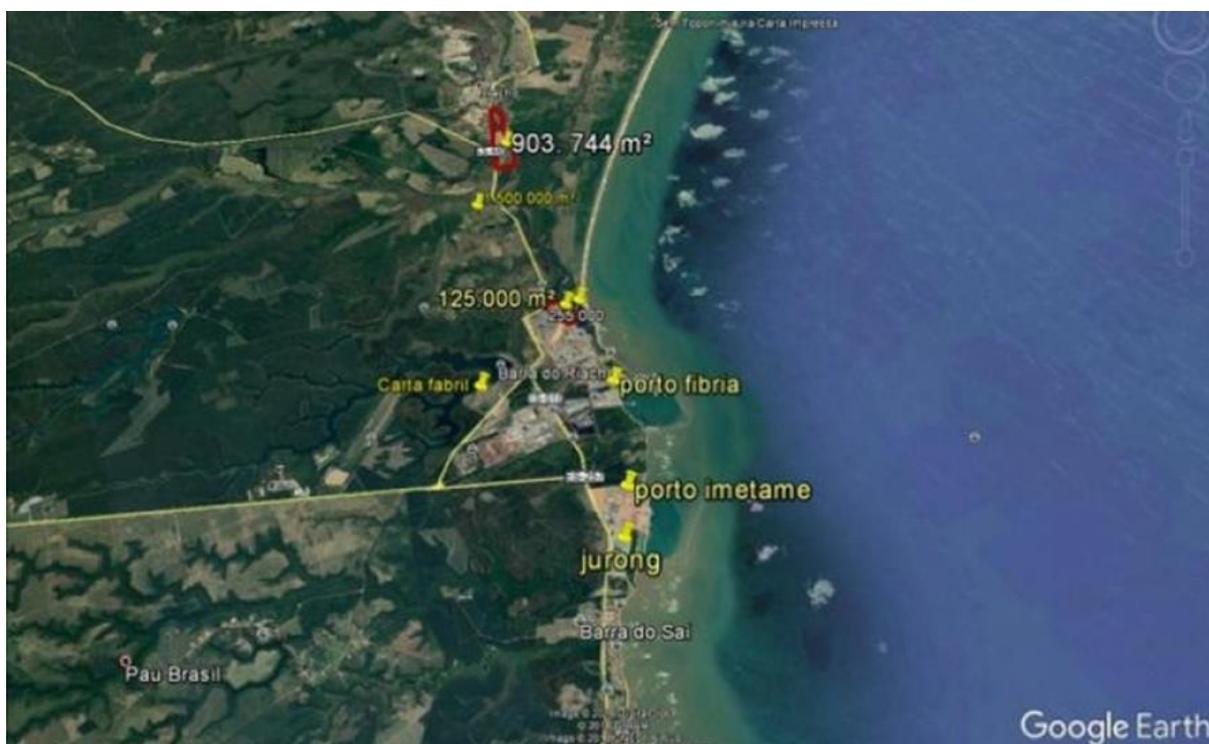


Figura 4: Empresas nos arredores de Barra do Riacho.
Fonte: Google Earth Adaptado

Todas essas questões vivenciadas em Barra do Riacho adensam substancialmente os problemas da população e dão o tom da contradição e da falácia em torno dos

grandes projetos. Izoton (2016) evidencia essas contradições ao contrastar a ausência das políticas sociais básicas para a população de Barra do Riacho (tais como rede de esgoto, serviço de saúde pública e educacional insuficiente, etc.) sob a ingerência do poder público, fato que permite aos grandes empreendimentos (os grupos empresariais) ocupar os espaços públicos e angariar visibilidade local a partir de ações, projetos e outros tipos de “benfeitorias” muitas das quais decorrentes de compensações por danos ambientais produzidos pelas próprias empresas. É assim que as empresas constroem, na visão dos moradores, um poder que deveria ser reconhecido ao poder público, tais como: construção de ferramentas de utilidade pública à população (viaturas, local para instalação de associações e estaleiro para pescadores), ou ainda, na configuração de projetos de ação assistenciais, inclusive junto aos jovens e crianças em idade escolar, de acordo com seus próprios interesses.

Outra questão, fruto da problemática dos grandes empreendimentos que repercute negativamente no cotidiano local, seria a velha máxima utilizada tanto pelos governos quanto pelo empresariado: fomento de vagas de emprego. Sob esse discurso, os prejuízos ambientais seriam negligenciados em prol da geração de emprego. Mediante as alterações na paisagem, redução da biodiversidade e expropriação dos territórios, Leonardo (2014) afirma, que “no discurso desenvolvimentista e modernizador, tais prejuízos seriam compensados pelo progresso e pela geração de emprego e renda que tais atividades supostamente trazem”. (LEONARDO, 2014, p. 40).

No entanto, o destino das vagas de emprego ordinariamente é direcionado aos técnicos especializados de fora da comunidade, não contemplando a maior parte do contingente populacional da localidade, já que a maioria dos postos de trabalho requerem essa alta qualificação, o que não corresponde à realidade da maior parte dos moradores de Barra do Riacho. Assim, o que seria uma promessa eldoradista se traduz em consequências ainda mais precarizadoras para grande parte da população local, como salienta Shiva (2003) “a destruição da diversidade e a criação da uniformidade envolvem simultaneamente a destruição da estabilidade e a criação da vulnerabilidade” (SHIVA, 2003, p. 66).

E se a população geral não se sente contemplada pela geração de emprego, tampouco as mulheres encontram essas oportunidades, pois sofrem com a parca oferta de trabalho formal, com o não reconhecimento de certas formas de trabalho localmente executadas (na pesca artesanal, por exemplo), com a impossibilidade do reconhecimento da mulher como “chefe” de família (em programas sociais governamentais), ou ainda, na prostituição, fortemente evidenciada em regiões com instalação de grandes projetos ou portuárias, que em Barra do Riacho acumula os dois casos.

2.3. A MULHER, OS MUROS E OS MEGAPROJETOS

Pensar e pesquisar a mulher em nossa sociedade (ocidental, moderna, patriarcal e estruturalmente desigual), na academia, ou ainda, a mulher inserida em contextos específicos de força e poder, como os de megaempreendimentos empresariais, exige um esforço de repensar posturas e postulados sociais condicionantes e hegemônicos. Pois, mesmo ao tentar romper barreiras históricas e socialmente impostas, há que se fazer um exercício interno constante para não reproduzir tais concepções tão fortemente arraigadas ao problematizá-las.

Nessa parte da pesquisa pretendo articular mais profundamente a discussão sobre a relação entre desenvolvimento, na figura dos grandes projetos e a mulher sob a perspectiva ecofeminista como nova proposta de construção econômica e social.

Carolina Corrêa Moro e Gabriel Antônio S. Mantelli, em *Narrativas Ecofeministas*, articulam suas reflexões sobre a construção da abordagem ecofeminista com a analogia que Walter Benjamin (1940) faz ao levantar a necessidade de a perspectiva dos vencidos ser evocada a contrapelo da história. Os autores concebem esse movimento contrário e de resistência como narrativas que rompem com o poder do discurso hegemônico desenvolvimentista capitalista. Ao retratar a mulher, é elementar discutir as limitações histórica e socialmente postas ao redor da tipificação dos papéis de gênero, tão arraigados e comumente reproduzidos, onde certas atividades, comportamentos e posicionamentos seriam femininos e outros masculinos. Bem como caberia pôr em relevo a luta e resistência de mulheres no esforço de subverter esse condicionamento social, já que as limitações impostas por

tais condicionamentos se espriam pela vida social e acadêmica e imprimem sua marca masculinista também em toda construção científica e tecnológica.

Por outro lado, Haraway (1995) desnuda o paradigma da objetividade científica na concepção feminista, discutindo antes uma visão parcial como promessa da objetividade, ou em seus termos, o privilégio da perspectiva fragmentada como “Saberes Localizados”. Assim, a objetividade feminista se enquadraria no reconhecimento de uma posição limitada de um conhecimento a partir de uma visão localizada, negando uma construção de perfeição histórica polida sob uma ciência moderna e masculinista, que neutraliza o sujeito cognoscente e parece contemplar uma falsa visão infinita.

Tal problematização remete à gênese da discussão estabelecida acerca do conceito de gênero e como a mulher (ou o seu “papel” social) foi vista historicamente, ou ao menos em parte dessa história, já que apenas em 1791, com a revolucionária Olympe de Gouges e sua *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne*⁴⁰, ou ainda Mary Wollstonecraft, que no mesmo ano publica *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, temos os primeiros documentos reivindicando não somente os direitos da mulher, mas também o fato de serem consideradas aptas a pensar e assim dignas de respeito⁴¹, ou seja, isso ocorreu somente no final do século XVIII.

Cabe salientar que parto do pressuposto de que sexo é uma construção social fruto de uma formação específica de poder e, sendo assim, igualmente gênero é também uma construção social (FOUCAULT, 1985). Tal construção, reproduzida, naturalizada e instituída na sociedade, repercute na vivência e no controle dos corpos das mulheres. Sendo assim, uma epistemologia feminista, sob narrativa ecofeminista de Svampa (2012; 2015), D’Eaubonne (1997) e Shiva (2003), apresenta-se como um caminho de análise pertinente nesse exercício de repensar a história à luz dos corpos silenciados ou negligenciados. Considero que “estas mulheres escovam a contrapelo a história para escancarar as inúmeras formas de a

⁴⁰ “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã.” Documento proposto à Assembleia Nacional da França, durante a Revolução Francesa (1789-1799). Marie Gouze (1748-1793), a autora, adotou o nome de Olympe de Gouges para assinar seus panfletos e petições. Em 1791 ela propõe uma Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã para igualar-se à outra do homem, aprovada pela Assembleia Nacional. Girondina, ela se opõe abertamente a Robespierre e acaba por ser guilhotinada em 1793, condenada como contra revolucionária e denunciada como uma mulher “desnaturada”.

⁴¹ Consubstancia essa discussão de gênero e de papéis generificados, autoras como Judith Butler (2003, 2006), e Marabeth Mead (1999).

mulher se relacionar com o meio ambiente em que estão inseridas” (MANTELLI; MORO, 2017)⁴².

Sendo assim, é no debate sobre as grandes transformações provenientes da instalação dos megaempreendimentos – esse espaço marcadamente masculino - que temos de buscar promover essa escovação da história, a fim de mostrar outras narrativas (de mulheres) e suas propostas, inclusive éticas e políticas, tais como nos propõem o ecofeminismo e suas críticas às formas predatórias do sistema capitalista e à lógica do progresso, marcadamente linear e tecnicista. Essa vertente busca discutir outros modelos extrativos que não oponham seres vivos e ambiente, ao mesmo tempo em que adensam o debate acerca da essência dominadora masculina inculcada socialmente.

Convém explicitar que assim como a teoria feminista possui várias correntes, partindo de linhas teóricas liberais passando por marxistas, até interseccionais ou radicais, a perspectiva ecofeminista também apresenta tal complexidade. Em linhas gerais são três as vertentes teóricas mais expressivas do ecofeminismo desenvolvidas desde meados da década de 1970, quando Françoise d'Eaubonne, feminista francesa, contemporânea e partidária do ideário feminista de Simone de Beauvoir, cunhou o termo “écofeminisme” ao identificar as questões em torno da opressão de mulheres e da natureza, unindo esforços em busca de melhores perspectivas na mobilização política para uma autonomia do próprio corpo feminino (PULEO, 2019).

A preocupação com as estruturas econômicas e a superação do sistema patriarcal também compõem os fundamentos ecofeministas; D'Eaubonne afirma que “A falocracia está na própria base de uma ordem que não pode nada além de assassinar a natureza em nome do lucro, se é capitalista, e em nome do progresso, se é socialista” (TAVARES, 2012 apud D'Eaubonne, 1997, pag. 51). Substanciando esse entendimento, a teórica Vandana Shiva sinaliza no mesmo sentido ao afirmar que “Os pais fundadores deste sistema edificaram um antropocentrismo baseado na separação dos seres humanos e a natureza, e na superioridade destes sobre as outras espécies, para justificar assim o domínio sobre a natureza” (Revista Instituto Unisinos on-line, 31.08.2020).

⁴² MORO, Carolina Corrêa; MANTELLI, G. A. S. Narrativas Ecofeministas. Justificando, 08 mar. 2017.

Tavares (2012) distingue os fundamentos ecofeministas e a partir dessa caracterização, sinalizando para as controvérsias e contestações dentro do próprio ecofeminismo, a partir de suas vertentes:

1) O Cultural/espiritual ou essencialista, ligado ao entendimento dos processos culturais e espirituais na relação das mulheres com a Terra, considera os saberes ancestrais de curandeira ou feiticeira e reitera a importância do sentido da mulher cuidadora e identifica aí, sua postura transformadora das relações sociais (vertente bastante questionada por identificar o cuidado como uma predisposição biológica ou inata para as mulheres); 2) O Social ou Construtivista, não compactua com a ideia de essência feminina ligada à Natureza, mas que, na verdade, as estruturas sociais e econômicas, junto à divisão sexual do trabalho aproximaram a mulher da Natureza, possibilitando inclusive o desenvolvimento de relações afetivas e sentimentos reprimidos nos homens, além de sinalizar para o neocolonialismo presente nos processos de desenvolvimento econômico ocidental; 3) O Crítico, consiste na defesa da ecojustiça e da sustentabilidade, baseada em princípios de igualdade e autonomia e diferentemente das noções anteriores, não parte da ideia de que a mulher seja mais ligada à Natureza do que os homens.

Shiva, física e ativista ambiental é uma teórica ecofeminista construtivista emblemática para o viés adotado nesse trabalho, por exemplo, ao salientar em uma de suas falas: “A criatividade e a produtividade das mulheres são os fundamentos dos sistemas de conhecimento e das economias, apesar de serem invisíveis aos olhos do patriarcado capitalista” (Revista Instituto Unisinos on-line, 31.08.2020)⁴³. Assim, a autora mostra o distanciamento da visão essencialista, embora ratifique noções como a do cuidado, mas provocando o questionamento sobre a invisibilidade do trabalho da mulher na sociedade, já que prepondera o não reconhecimento de seu trabalho, ou ainda a pouca valorização de suas atividades profissionais.

Os pressupostos do Feminismo do Sul, como intitulado por Svampa (2015), ressaltam o papel das mulheres em lutas populares (feminização das lutas, ou a mulher nos processos de auto-organização coletiva), no intuito de alcançar uma

⁴³ Artigo publicado por La Marea, 31.08.2020, com tradução do Centro de Promoção de Agentes de Transformação — CEPAT. Mais detalhes: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602416-ecofeminismo-artigo-de-vandana-shiva>

sociedade sustentável a partir de uma cultura do cuidado, que ressalta a reciprocidade, a cooperação e complementaridade. Trata-se de um novo paradigma. Paradigma esse que ambiciona (tornar-se) uma alternativa de relacionamento com a natureza.

Cabe também no bojo dessa perspectiva o entendimento da crise econômica e crise social como sendo de cunho antropológico, civilizatório e ambiental. Uma crise que questiona a necessidade de domínio preponderante do humano sobre a natureza, que postula um movimento de crítica e a necessidade de uma epistemologia libertadora, que integre a ecologia e questione as relações hierárquicas entre o humano e o não humano, além de reforçar a crítica à visão individualista da modernidade. Nesse entendimento, há uma ecodependência, ou seja, não somos seres dissociados da natureza, mas sim, há que se valorizar a relação de interdependência com o ambiente numa perspectiva histórica concreta. (SVAMPA, 2015).

Ao pensar a localidade de Barra do Riacho, seu parque industrial e as “mulheres da Barra”, penso que tenho uma série de elementos que possibilitam analisar essa realidade a partir de uma epistemologia ecofeminista, como Maristella Svampa apresenta. Temos um bairro com uma pequena faixa territorial com acesso ao mar, ocupada por grandes empreendimentos econômicos, implantados a partir de uma forte articulação política e empresarial, sob um ideário hegemônico de busca da satisfação econômica e das promessas da dita modernidade; local este onde reside a falácia que as tecnologias e o adensamento da exploração da natureza trariam soluções e riquezas suficientes para sanar os problemas sociais e ambientais existentes.

Desde a implementação desse ideário é notória a prevalência da expropriação das terras e dos territórios de povos e culturas que não são considerados modernos pelo discurso vigente. Ao fazerem o uso dos recursos naturais e, conseqüentemente da transformação da paisagem daquela região, o ideário desenvolvimentista promove transformações e expropriações não apenas no âmbito do trabalho, mas inclusive das subjetividades e identidade das mulheres (e homens, jovens e crianças) que vivem ali.

Ao abordarem a visão das mulheres sobre a condição feminina na pesca em São João da Barra — RJ, Souza e Martinez (2018) elencam alguns pontos importantes ao que aqui estou propondo, considerando que a pesca artesanal é uma das atividades profissionais fortemente afetadas também em Barra do Riacho e considerando ainda que duas das mulheres da Barra, que colaboraram com essa pesquisa, são profissionais na pesca. Souza e Martinez (2018) apontam para as dimensões socioambientais - presentes na percepção das mulheres - que estão ligadas aos pequenos conflitos sobre a disputa de apropriação de recursos hídricos, percepção de mudanças sazonais quanto à escassez do pescado ou ainda dificuldade em escoar a produção em associações cooperativas de mulheres. Os autores demonstram as relações e principais problemas enfrentados pelas mulheres, principalmente o não reconhecimento ou a pouca valorização do seu trabalho (dificuldades legais, na obtenção do Registro Geral da Pesca — RGP e selo de certificação do pescado), bem como a consequente invisibilidade do trabalho feminino na pesca e a sua busca pelo reconhecimento e valorização por parte dos outros atores sociais, os homens. No que diz respeito ao domínio sobre os recursos do ambiente (conhecimento/poder), percebe-se que “está inerentemente ligado às disputas de poder” (SOUZA; MARTINEZ, 2018, p.10).

Corroborando ainda com a concepção de desconstrução de postulados desenvolvimentistas hegemônicos, servimo-nos da perspectiva de Escobar e a desconstrução da ideia de desenvolvimento (ESCOBAR 2005; 2010b). Concepção esta articulada por Chizenga e Camana (2016)⁴⁴ que vão ainda mais fundo ao retratar a perspectiva das mulheres. Em trabalho de caráter etnográfico, os autores analisam os efeitos da implantação de megaprojetos e as decorrentes transformações que repercutem no cotidiano e atividades (re)produtivas das mulheres. Em “*Mulher, lugar e inter-relacionalidade, na disputa por desenvolvimento em torno do megaprojeto da companhia Vale em Moatize, Moçambique*” (CAMANA; CHIZENGA, 2016), essas transformações no espaço são vistas de forma a implicar em possíveis rearranjos das atividades e mesmo das identidades das mulheres. O trabalho considera ainda as alternativas buscadas pelas mulheres da região de Moçambique como formas de resistência frente às ações da mineradora e seu modelo de desenvolvimento.

⁴⁴ Desdobramento da dissertação de mestrado defendida por Chizenga (2016).

Abordando questões que podem ser aplicadas ao modelo econômico desenvolvimentista que vigora no Espírito Santo, a partir da abordagem de Svampa (2012), compreendo que aquilo que esta autora chama de *Consenso de Commodities*, como proposta de transição viabilizada pós Consenso de Washington⁴⁵, revela o quanto a América Latina permanece à mercê desse modelo de base extrativista, intensificada pela presença dos megaprojetos. Nomeando-os como *enclaves de exportação*, esse modelo de desenvolvimento gera conflitos e se mantém por meio da ausência de consulta adequada à população, gerando a expulsão dos povos e intensa poluição.

O termo *enclave de exportação* já sinaliza simbolicamente à magnitude e abrangência dos problemas acerca dos megaprojetos, que avançam para além dos seus altos muros, revelando suas formas de territorialização tanto espaciais como simbólicas. Há uma poderosa articulação com estratégias corporativas globais, sob os efeitos de seus discursos produtivistas e sua lógica da eficiência, que em conjunto com a ideia de progresso e desenvolvimento, desqualificam ou mesmo incentivam à desqualificação de outras lógicas de valoração da natureza, dos corpos, do território e da vida.

Nesse sentido, a aproximação que tive com as “mulheres da Barra” requereu um tempo peculiar de escuta sobre as mazelas que cercam a localidade, os modos de expropriação do território e a total falta de diálogo *do* e *com* os megaprojetos, passando pela questão da poluição e contaminação até chegar aos desastres-crimes que envolveram barragens recentemente no Brasil e que repercutiram nas águas de Barra do Riacho. Tais eventos entrecruzam suas vivências e rotinas, seus cotidianos de trabalho, lutas e resistências, demonstrando o quão desfavorável são suas realidades e condições de vida. Antes de iniciar qualquer investigação quanto aos atravessamentos dos megaprojetos em suas vidas, essa escuta foi um momento de aprendizado, de partilha de revoltas, como também de manifestação de estratégias de vida e negociação.

⁴⁵ Consenso de Washington: série de recomendações econômicas, políticas e fiscais internacionais elaboradas em 1989, com viés neoliberal visando combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina.

CAPÍTULO 3: UMA FORÇA CONTRA A CORRENTEZA

Neste capítulo, inicio um momento de maior imersão nas vivências das “mulheres da Barra”, evidenciando o trabalho de escuta e reflexão sobre suas narrativas e percepções do cotidiano social. Abordo a história de vida de Jóeci Lopes Miranda, ativista socioambiental e presidente de Associação dos Cultivadores de Algas da Orla de Aracruz (ACAOA) e no próximo capítulo apresentarei a história de vida de Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia Z-7 Manoel Miranda.

A partir dessas narrativas, busco relacionar tais percepções com a dinâmica ou o *modus operandi* desenvolvimentista em relação à mulher, mais especificamente em como seus cotidianos são, direta ou indiretamente, atravessados pelas conformações propostas pelos rearranjos estruturantes locais, que reverberam de diversas maneiras não só na vida das mulheres destacadas nessa pesquisa, mas de todas as mulheres atingidas de alguma maneira por essas reestruturações socioespaciais, seja no ambiente e na saúde, no trabalho, na família, na sua vida pessoal ou em outros aspectos da vida social.

A análise de suas falas compõe o cerne desse momento da pesquisa, qual seja, mergulhar em seus relatos e destacar as passagens que apontem para momentos de entrecruzamento da realidade vivida com o material teórico levantado, material esse que problematiza a questão da mulher e das relações de poder que as atravessam estruturalmente. Assim, procuro colher nos relatos dessas mulheres, denominadas *mulheres da Barra*, o protagonismo nas ações de existência e resistência frente às dinâmicas hegemônicas de poder, numa localidade de pesca artesanal, porém atravessada pela égide desenvolvimentista, como já foi exposto.

Todo esse material marcado pela escuta e “re-escuta”, possibilitou-me adensar a análise dessa realidade, tendo como prerrogativa o olhar e o discurso dessas mesmas mulheres. A escolha pela metodologia de História de Vida permitiu um contato constante e aprofundado com as interlocutoras, propiciando, inclusive, conforme apontam Quaresma e Boni (2005), que, em tom de confiança, em algumas oportunidades houvesse a liberação de pensamentos reprimidos, ao retratarem suas experiências de vida.

Na mesma direção seguem os trabalhos de Nogueira, Barros, Araujo e Pimenta (2017) e Do Carmo Souza (2017), ao refletirem sobre História de Vida, confluindo com os objetivos que busquei privilegiar no decorrer deste trabalho. Os autores chamam a atenção para o caráter ético necessário ao trabalho do pesquisador, a dimensão da alteridade, bem como a valorização da narrativa para além da informação enunciada. Nos termos de Do Carmo Souza (2017), inspirado por Verena Alberti em *“Ouvir contar, textos em história real”*, é preciso saber “ouvir contar”, ou seja, um exercício que demanda postura investigativa sobre como a informação é transmitida e as minúcias contidas nos detalhes da mensagem transmitida, desde a sensibilidade para perceber o tom da voz do interlocutor, o seu gestual ou ainda os sentimentos expressos na informação recebida.

No mesmo sentido, Nogueira *et al* (2017) ressaltam a necessidade da abertura do sujeito que narra, sendo necessário, para tanto, um encontro permeado por interação e afeto. As autoras de *“O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração”*, cadenciam o debate sobre a fragilidade de lidar com a memória (do outro), além de ressaltar a importância da tríade: condições objetivas, significados atribuídos ao vivido e maneira com que são narradas, como elementares laços que dialogam no contar da vida. Desse modo, o papel do pesquisador ao tratar a história narrada, vai além da mera mensuração e confrontação de dados que geram resultados, mas um conjunto de fundamentos objetivos e subjetivos que garantem a veracidade do trabalho.

As especificidades do recorte dessa pesquisa, que reúne a um só tempo uma conformação socioespacial e histórica peculiar⁴⁶, junto à percepção das transformações e afetações oriundas dessa conformação na vivência de mulheres da localidade, e por último a interpretação sociológica advinda desse conjunto de fatores, levaram-me a optar pela história de vida como recurso metodológico, por considerar que, trazendo amiúde os aspectos locais e as histórias dessas mulheres, seria a melhor opção para o aprofundamento do trabalho.

⁴⁶ Conforme já foi apresentado: uma localidade quase absorvida pela presença massiva de grandes empreendimentos e pelas reverberações do desastre da Samarco, de 2015, com a chegada da lama de rejeitos e seus problemas decorrentes.

Becker (1999) apresenta a história de vida como não possuidora de “dados”, nos moldes tradicionais da pesquisa em Ciências Sociais, e menos ainda uma mera autobiografia convencional. Ela seria, antes, um lugar que articula análise de materiais plausíveis para teorização sociológica no nível macro em conjunto com um trabalho interpretativo de narrativas subjetivas, em contextos particulares reais que, quanto mais encontrem proximidade com o sensível (o sujeito e suas subjetividades) e a “dramaticidade dos enredos ficcionais” (a trama tecida ao seu redor e como é lida), mais trariam fidelidade dos fatos, tornando valorosa e interessante a pesquisa.

Nesse sentido, a microssociologia Weberiana e a teia de significados de Clifford Geertz, coadunam com o sentido empregado à condução dos trabalhos metodológicos realizados. Ambos autores enfatizam em seus métodos a importância das motivações e das ações na perspectiva compreensiva (QUINTANEIRO, 2003) e dos significados contidos nas simbologias das interações sociais, como sugere Geertz (1978). Portanto, a aproximação e a condução dos encontros (ou entrevistas) que permitiram a “recontação” das histórias de vida, foram de grande importância para a percepção desses sistemas particulares de significâncias nas relações sociais.

Decerto, a inspiração para o percurso metodológico do meu trabalho ganhou robustez ao conseguir vislumbrar meus objetivos de pesquisa, conectando-os às leituras realizadas sobre História de Vida, com o estudo que Norbert Elias fez em *“Mozart: a sociologia de um gênio”*⁴⁷ (ELIAS, 2010); também foram referências importantes as proposições provocativas da escritora Jane Austen, em suas obras ficcionais repletas de críticas sociais, susceptíveis de análise sociológica, aliadas ao corolário ecofeminista e às afetações do campo de pesquisa já esboçados aqui.

A reflexão proporcionada a partir da confluência de todo esse referencial, permitiu-me tornar mais tangível, ou sensível, a história de vida, tal qual Becker (1999)

⁴⁷ Nessa obra, Norbert Elias apresenta de maneira única, a leitura da trajetória do músico Wolfgang Amadeus Mozart, considerado gênio (após sua morte), mas que em vida enfrentara toda a diversidade de reveses a que seu tempo, sua condição econômica, social, sua arte e temperamento poderiam lhe acarretar. Dentre tantos aprendizados, a microssociologia de Elias explicita a importância dos significados e dos contextos, aponta que as simbologias são comuns a nosso tempo e lugar, e podem ser inexistentes ou inexpressivas em outros tempos e lugares. Aspectos psicológicos ou da personalidade também são elevados ao patamar de reconhecimento social e não meramente estéticos ou de menor relevância, ao serem tratados à luz das relações sociais estabelecidas.

propõe, cuidando em respeitar a aproximação e o contato com as minhas interlocutoras, bem como me auxiliando no controle do *bias*⁴⁸ da pesquisa, de modo que pudesse tornar expressivos os elementos gerais por meio das particularidades estudadas.

Mirian Goldenberg (2011), a respeito da obra Elisiana sobre o músico e compositor austríaco citado, no livro a “*A Arte de Pesquisar*”, enaltece a relevância do estudo ao apontar como Elias nos ensina que o conceito de *gênio* é aplicado ao músico com os “olhos do presente”, já que tal conceito só passou a existir após a morte de Mozart, no período do Romantismo. A autora salienta também o quanto o indivíduo constituiu-se em parte por suas práticas e pelas condições propiciadas por seu contexto histórico; desse modo, “Norbert Elias ajuda a compreender a vida não só de Mozart, mas a trajetória de outros indivíduos considerados gênios, revolucionários, heróis ou loucos” (GOLDENBERG, 2011, p. 41).

A partir dos ensinamentos apontados pela autora, o desafio que se apresentou foi o atentar para as experiências narradas pelas minhas interlocutoras, considerando todos os aspectos peculiares dessa pesquisa e, com isso, contar sobre essas histórias, pensando-as quase ao modo de um mosaico, o que nas palavras de Becker reveste-se como uma imagem ou padrão artístico (BECKER, 1999, p. 104).

A imagem do mosaico é útil para pensarmos sobre este tipo de empreendimento científico. Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. Quando muitas peças já foram colocadas, podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e as pessoas que estão no quadro, e sua relação uns com os outros. Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. Nenhuma das peças tem uma função maior a cumprir, se não tivermos sua contribuição, há ainda outras maneiras para chegarmos a uma compreensão do todo.

As faces do mosaico pintado aqui se compõem no detalhado exame das falas, percepções e interpretações das *mulheres da Barra* que protagonizam este trabalho; é esse o *motivo* do presente estudo, que embora seja feito recolhendo as pequenas

⁴⁸ Em Becker, uma tendência à distorção na maneira de observar, de julgar ou de agir na pesquisa, que pode ser controlado enquanto exista a exposição e o detalhamento dos parâmetros do trabalho, devendo, inclusive explicitar resultados negativos dos estudos e mostrar as dificuldades (GOLDENBERG, 2011).

partes (histórias de vidas individuais), busca visibilizar a trama dos efeitos mais gerais que perpassam a vida de mulheres, mães, trabalhadoras, habitantes de comunidades afetadas pela presença de grandes empreendimentos e suas difusas repercussões. Busco perceber, sempre que possível, a imagem do todo a partir dos recortes particulares deste mosaico.

3.1. JÓECI — “ESPÍRITO LIVRE!”

“A pesca pra mim era liberdade, o artesanato, pra mim, é liberdade. Então eu busquei assim, trabalhar naquilo que pudesse me dar liberdade e que não me sentisse presa e nem submissa a ninguém.”

Conheci Jóeci com o auxílio de contatos articulados entre os colegas de pós-graduação. Assim que apresentei a minha proposta de pesquisa à turma, durante uma aula no PGCS, surgiram conversas com interessados em saber um pouco mais a respeito e pude interagir com outros estudantes que conheciam ou trabalhavam na região de Aracruz e puderam me fornecer contatos de possíveis interlocutores⁴⁹.

Ainda no primeiro semestre de 2019 comecei a entrar em contato com os nomes que haviam sido sugeridos como fontes locais, de modo a marcar encontros e conhecer melhor o bairro, e Jóeci foi um desses primeiros nomes citados. O primeiro contato com ela foi feito via aplicativo de mensagem⁵⁰. Apresentei-me brevemente e perguntei da sua disponibilidade para marcar um encontro, a fim de conversarmos melhor. Ela prontamente se dispôs, e ficamos de nos encontrar em alguns dias.

A ida para o município de Aracruz era relativamente tranquila, o percurso realizado de carro é de cerca de uma hora e vinte minutos, da minha casa, no município da Serra, em condições normais. Das incursões realizadas, e foram três no ano de 2019, apenas em uma oportunidade enfrentei chuva muito forte, o que tornou a viagem um pouco mais apreensiva, devido às condições de visibilidade e trânsito.

⁴⁹ Cabe salientar que nesse momento do trabalho, ainda em 2019, a pesquisa tinha outros contornos e objetivos.

⁵⁰ Nesse momento ainda nem imaginava o quanto as tecnologias de comunicação seriam imprescindíveis para a realização da pesquisa, devido ao afastamento social em decorrência da pandemia da Covid-19, no ano de 2020 e 2021.

A rota até Aracruz é realizada em grande parte pela região litorânea, vários trechos margeiam extensões de praia ou bairros residenciais **bem** próximos às praias. Nas proximidades do município de Aracruz a paisagem é drasticamente alterada, sobretudo pela vegetação que agora se mostra em extensas áreas de plantio de eucalipto. Nesse caminho também é comum observar o fluxo contínuo de ônibus intermunicipais de transporte de funcionários das empresas instaladas naquela região, bem como o transporte de máquinas, produtos e equipamentos pesados.

Nas cercanias de Barra do Riacho avista-se um grande muro — tanto em extensão quanto altura — muro este que anuncia as atividades do Estaleiro Jurong Aracruz, empresa que impressiona pelo seu tamanho e pela grandiosidade dos equipamentos de sua estrutura, parcialmente visíveis ainda na estrada.

Vencida essa parte do trajeto, o viajante que não conhece muito a região precisa ficar atento, pois é facilmente possível passar da entrada de Barra do Riacho, devido a sua má sinalização, o que inclusive acabei fazendo em uma oportunidade, só me dando conta do deslize ao me deparar com a placa anunciando o bairro vizinho, Vila do Riacho. O fato se explica devido a entrada de Barra do Riacho se confundir com a entrada de uma das empresas, dada à proximidade entre ambas, como que aludindo a um desses portais de “boas vindas” naval, petroquímico e industrial.

Jóeci marcou nosso encontro em sua própria casa, localizada no centro de Barra do Riacho. Antes de encontrá-la parei nas ruas próximas de algumas empresas e caminhei um pouco pela região central do bairro, contei com a ajuda de alguns moradores para localizar o endereço e a casa correta.

O encontro foi bem amistoso, apesar de nunca termos nos conhecido pessoalmente. Jóeci se mostrou muito solícita em falar sobre Barra do Riacho e sobre a sua vida ali. Cheguei em sua casa no início de uma manhã e imaginei que passada uma ou duas horas de conversa ela já estaria ansiosa em dispensar a visita inquisidora. Mas na oportunidade, não só conversamos durante toda àquela manhã, como seguimos pelo almoço e posteriormente ela se ofereceu a me acompanhar numa visita exploratória ao bairro.

Jóeci contou sobre sua vivência desde muito jovem no ambiente da pesca devido, conforme palavras da própria Jóeci, às origens indígenas e quilombolas de sua

família. E por ocasião já de sua vida adulta relatou episódios de ações em busca de melhorias das condições de vida em Barra do Riacho, exigindo ações do poder público ou protestando contra intervenções dos megaempreendimentos.

Sou moradora de Barra do Riacho há 45 anos desde que casei eu moro aqui neste lugar. Sou filha de pessoas de famílias tradicionais rurais e pescadores então famílias tradicionais da região de Aracruz, João Neiva, Fundão...[...] sou mãe de duas moças e um rapaz, avó de um neto lindo [...]. Trabalho desde os anos 80, eu venho auxiliando na comunidade como liderança trabalhando na associação, as comunitárias no setor pesqueiro, nos movimentos sociais, sempre aparece devido aos grandes empreendimentos que vem chegando no nosso território... aqui enfrentamentos com relação à moradia, transporte, educação, saúde. Então tudo isso eu levanto a bandeira do nosso território. (Entrevista realizada com Jóeci Miranda, pescadora e ativista socioambiental, 31/12/2020).

Ainda na adolescência um episódio de alagamento no terreno da casa dos avós, em Acióli, no interior do estado do Espírito Santo, teria marcado significativamente a vida da Jóeci e despertando o interesse para a questão ambiental, bandeira que ela passou a se identificar ao se envolver com replantio e conservação desse terreno familiar e que, se estendeu posteriormente no engajamento em movimentos comunitários e sociais. Na vida adulta seu ativismo remonta desde episódios em que subia em caminhões para promover o fechamento da rodovia em protestos colocando fogo em pneus, enfrentamento policial, até viagens internacionais para expor condições irregulares à representantes de organizações ambientais e/ou empresariais.

Desde aquele primeiro contato, sua fala ressaltava a importância que ela dava a sua liberdade conquistada, algo inegociável em sua vida. Já aos quarenta e cinco anos, a mulher que se mostra forte e segura de si, teve uma trajetória repleta de percalços impostos a ela, assim como a tantas outras mulheres em nossa sociedade, com os agravantes preconceituosos àquelas que não aceitem os estereótipos e conformações exigidos socialmente, como um lugar adequado ou correto a ocupar.

Além de expor as dinâmicas de problemas socioambientais e econômicos que cercam a comunidade, como toda a poluição do ar e da água, o assoreamento dos rios, da boca da praia, o desvio da rota natural dos rios para beneficiar as empresas e o não atendimento mínimo de água potável para a comunidade, bem como todo o desemprego e subemprego em decorrência dessas situações impostas, as falas da

Jóeci eram repletas de exposição de conflitos internos⁵¹ existentes ali (mais adiante detalharei, inclusive com imagens, tais dinâmicas de intervenções locais por parte dos megaprojetos). Conflitos esses que decorrem das expectativas em torno do papel social esperado dela, enquanto mulher e mãe, que contrasta com suas atitudes e personalidade de mulher e mãe que transita e é atuante em ambientes de relações de poder, exercendo representação em Associação dos Cultivadores de Algas da Orla de Aracruz e também voluntariado em organizações não governamentais, que agem em favor de questões socioambientais.

Quando perguntada se já havia sentido alguma sujeição mais específica nos ambientes públicos que ela transita, ela diz captar olhares que a julgam como “uma mulher que não tem o que fazer”. Aspectos da vida privada, ou as expectativas do seu papel social enquanto mulher, esposa e mãe, aparecem mais facilmente, até que, o seu “*espírito livre*”, como ela mesma define, uma vez tendo conseguido sua independência, não permitiu que ninguém mais a condicionasse a nada.

Quanto à sua trajetória de estudos, foi preciso interromper em algumas oportunidades; ela até concluiu o ensino médio com algum atraso, devido a necessidade de desenvolver um ofício ou colaborar em afazeres domésticos. Por duas ou três oportunidades chegou a se matricular no início do ano letivo, porém as dificuldades de conciliar o trabalho com as atividades escolares a fez desistir de concluir o ano letivo. Desempenhou ofícios como funcionária de serviços gerais, em empresa da região, por exemplo, mas não se adaptou devido às exigências que a função exigia, como horários e hierarquias a respeitar.

Com experiências ruins nos campos de trabalho formal possibilitado pelas grandes empresas às mulheres, que limitam as oportunidades aos serviços de limpeza ou ainda serviços gerais, cada vez mais manifestava o desejo de seguir com os trabalhos a que ela mantinha contato desde pequena, devido aos laços familiares, como a pesca, o trato com o pescado e também trabalhos artesanais. Trabalhos que, ao seu ver, permitiam uma certa autonomia. O trabalho possui significativa representação quanto ao seu desejo de independência, a pesca para ela é percebida como sinônimo de liberdade:

⁵¹ Conflitos como divergências latentes entre os representantes de associações, lideranças representativas da comunidade, dos megaempreendimentos e do poder público.

Ah. Aqui assim, como eu te falei não tinha muitas oportunidades. Então é, eu trabalhei em peixarias, é; pescar mesmo, ir pro mangue pescar. Entendeu? É, trabalhar. Cheguei até a trabalhar em uma empresa como auxiliar de serviços gerais, mas eu não gostava porque tinha que ficar presa e tinha que fazer o que os outros mandava. Nunca gostei de trabalhar e fazer o que os outros mandam, eu gosto de trabalhar e fazer o que eu gosto de fazer. Entendeu? Então a pesca pra mim era liberdade, o artesanato, pra mim, é liberdade. Então eu busquei assim, trabalhar naquilo que pudesse me dar liberdade e que não me sentisse presa e nem submissa a ninguém. Então minha vida assim foi nesse sentido. (Entrevista realizada com Jóeci Miranda, pescadora e ativista socioambiental, 27/02/2021).

Esse relato me fez recordar a célebre frase “Trabalho, logo existo”, e a obra homônima organizada por Margaret Maruani. Foi com essa frase que, em dezembro de 2015, Angela Davis⁵² iniciou o seu discurso em cerimônia de conferência inaugural, em Paris, na Sorbonne, em ocasião da celebração de 20 anos da rede internacional e pluridisciplinar de pesquisa *Marché du Travail et Genre* (Mercado de Trabalho e Gênero — MAGE) criada em 1995.

Naquela ocasião a professora e filósofa estadunidense pediu licença ao pai da filosofia moderna, René Descartes, ao recorrer à parte de sua célebre frase resignificando-a, justificando em seguida a apropriação dos termos, dada a relevância do trabalho nos processos sociais e o quão intrínseco e dialético é o ato de pensar.

Mais tarde, os pesquisadores do MAGE acrescentaram as “perspectivas feministas” àquela frase inicial do discurso de Angela Davis e publicaram os resultados destes vinte anos de diferentes análises do trabalho e do emprego masculino e feminino. A questão em foco era a recusa da pesquisa centrada no masculinismo ou na neutralidade de gênero, já que “O trabalho está no centro das relações de gênero. E, inversamente: as lógicas de gênero são indispensáveis para a compreensão do funcionamento das atividades ligadas ao trabalho.” (MARUANI, 2019, p. 13).

Em alguns dos estudos reunidos em “Trabalho, logo existo: perspectivas feministas”, encontramos traços das falas e do sentimento de Jóeci, essa mulher que busca sua independência, sua liberdade, e que para tanto entende que o caminho é o do mercado de trabalho.

⁵² Filósofa, escritora, professora e ativista estadunidense, que desde a década de 1960, atua politicamente na luta pelos direitos da população negra e das mulheres.

Politicamente, o trabalho é central porque é por meio dele que se organiza o exercício do poder em nossas sociedades. Ele é, portanto, um poderoso instrumento de dominação. Contudo, é também pelo viés do trabalho que podemos colocar o problema da emancipação. Como dizia Jean-Marie Vincent (1987), o trabalho é uma atividade paradigmática. (MARUANI, 2019, p. 288).

Porém, Jóeci não consegue acessar facilmente as oportunidades, já que a forma com que esse mercado de trabalho se apresenta a ela é restrita, os campos de atividade profissionais são, normalmente, pré-selecionados, negando-lhe alguma possibilidade de sucesso. Concomitante a luta por sua sobrevivência no mundo da pesca, Jóeci amplia o significado da noção de trabalho, para além da atividade profissional ou empregatícia. Ao tomar consciência dos problemas ambientais promovidos pelos grandes empreendimentos e as conseqüentes repercussões na atividade pesqueira e na comunidade, Jóeci relaciona ambas questões como intrínsecas e essenciais na sua vida em Barra do Riacho.

Bem, olha só, é, a gente acorda, né, pra vida, apesar de estar no contexto, a gente tem que acordar. Uma vez que a gente depende da natureza e do meio ambiente pra tudo, né? Então, a gente vê aí os rios sendo contaminados, as matas sendo queimadas, né? O ar sendo poluído. E a gente está no meio disso, o ser humano está no meio desse todo tentando sobreviver de algo que seria naturalmente, é, criado por Deus para todos nós, né? Sem precisar de sofrer tanto. Então vendo essa situação eu me liguei a algumas ONGs, né, que faz parte, que trabalham exatamente nessa área, pra poder, junto com eles, estar defendendo o nosso meio ambiente, defendendo a nossa natureza, né? (Entrevista realizada com Jóeci Miranda, pescadora e ativista socioambiental, 17/01/2021).

A partir de 2020 até meados de 2021, manteve contato com Jóeci via aplicativo de mensagens, “chamadas de voz” e vídeo, devido à pandemia de Covid-19 (já explicitada nesse trabalho). Um desafio enorme para conseguir manter os laços de trabalho e confiança estabelecidos, que embora tenham se mostrado muito promissores desde o primeiro contato, ainda se mostravam frágeis, devido às poucas oportunidades de contato pessoal, já que o trabalho de campo estava previsto originalmente para ser realizado com mais profundidade em 2020.

Os contatos em período de pandemia se revelaram um grande desafio, devido às inconstâncias e problemas que o período trouxe para todas as pessoas, e no caso

da Jóeci, que realiza trabalho voluntário para ONG⁵³, viajando constantemente, trouxe a dificuldade da manutenção de um contato mais frequente. Em algumas ocasiões ela estava “na estrada”, ou em localidades de difícil conexão, mas mesmo com as dificuldades conseguimos manter contato.

Quanto às interações remotas, por vezes sentia precisar tornar-me menos formal no papel de pesquisadora, para conseguir me aproximar mais da mulher que estava diante de mim, contando detalhes de sua vida e em outros momentos me questionava se não estaria me excedendo na informalidade. Essa foi uma preocupação constante durante a realização do trabalho, até perceber que não se tratava de algo que eu mantinha um controle absoluto, que na medida que o trabalho era desenvolvido os laços estabelecidos ganhavam tónus.

Tal inquietação era acompanhada de perto do desafio proposto por Jeanne Favret-Saada (1991), em “*Ser Afetada*”, em que a etnógrafa discorre acerca da importância de se deixar ser afetada por seu trabalho e seus interlocutores, das certezas científicas mais bem estabelecidas serem esmaecidas a partir das particularidades e da densidade que pode surgir dos materiais recolhidos, da maleabilidade modificada pelo contato sensível com o campo.

Consciente do quão precário e insuficiente é o papel do pesquisador ao adentrar uma realidade a qual ele não domina, desde as sutilezas da comunicação verbal e não verbal até as vivências cotidianas do imaginário social, a ideia de me deixar afetar para assim mergulhar nas palavras dessa interlocutora e capturar o inobservável, ganharam o protagonismo que o trabalho antropológico e etnográfico por vezes cooptou.

Desse modo, ao sentir que a interação via chamadas de voz e de vídeo promoviam um distanciamento além do físico e espacial, percebi uma necessidade de permitir uma maior informalidade no contato já estabelecido até então, para continuar a pesquisa no formato remoto. Trazendo também notas minuciosas das conversas estabelecidas, para serem interpretadas posteriormente, como meio de “revisitar a

⁵³ Atualmente Jóeci colabora com duas organizações não governamentais a 350.org <https://350.org/pt/> e a fase <https://fase.org.br/>. Além de ser profissional da pesca e exercer representação em Associação de Algas.

cena” para aprofundar os detalhes que podem não ter sido percebidos totalmente no momento da conversa.

Jóeci, a princípio, concentra os seus relatos em suas lutas e embates na defesa da questão ambiental e das desigualdades em Barra do Riacho e, como toda aproximação que marca essa metodologia das histórias de vida, demorou até que se sentisse à vontade para contar suas memórias e vivências particulares. Não porque ela se negasse a fazê-lo, mas porque sua fala se mostrava preponderantemente combativa ao denunciar os crimes cometidos pelas megaempresas, os desafios de suas ações que contrariam os interesses e provocam conflitos locais, assim como as conquistas de uma vida dedicada à defesa socioambiental.

Sua história em Aracruz começou no final da infância e início da adolescência, em Vila do Riacho, localidade vizinha à Barra do Riacho. Ali como filha-mulher, buscou no casamento uma forma de conseguir mais liberdade, já que muito do que gostaria de fazer não lhe era permitido exatamente por ser mulher. O próprio ato de namorar só era permitido para a finalidade iminente de constituir matrimônio “na marra”, como ela relata:

(...) aí veio a fase do namoro, veio a fase de ter que casar na marra – “namorou tem que casar”- as ideias, né, dos pais, né, era assim. Principalmente da minha mãe, né. Então é... foi um periodozinho difícil. É, como eu te falei, eu sempre me senti uma pessoa livre, né. E quando eu tive que me sentir amarrada por um casamento e pelo fato de ter filho essas coisas assim, isso me atrapalhou, me deixou muito... muito amarrada. (Entrevista realizada com Jóeci Miranda, pescadora e ativista socioambiental, 27/02/2021).

A ideia de casar se abriu como um campo de possibilidades, na expectativa de conseguir mais autonomia e liberdade, ocasião que ela deixou a casa dos pais para morar pela primeira vez em Barra do Riacho, já casada. Porém, a realidade que se impôs foi completamente contrária. Assim que se casou, ela passou a ter de cumprir um papel de obediência e submissão dentro de casa, as ocasiões de negligência emocional, afetiva e de desrespeito se seguiam na exigência de um papel de esposa, dona de casa e de mãe, embora não tenha relatado situações de violência física.

O primeiro casamento definitivamente deixou profundas marcas sendo lembrado por episódios de tristeza e dor causadas por seu primeiro marido. Ela relata um episódio

em que ao passar por sérios problemas de saúde bucal, quando mesmo com dor e com filhos pequenos, era deixada só em casa, enquanto o então marido saía para o “fórró”, ou ainda como não podia sair de casa sozinha, ou mesmo dar de mamar para o filho em público, pois não podia “mostrar o seio”, até a situação se tornar insustentável.

Após anos dessa sujeição imposta, Jóeci deixou o marido e buscou um meio que garantisse o que nem era uma renda mínima, mas uma fonte de alimentação para si e para os filhos, que a essa altura já tinha (a filha criança e o filho recém-nascido); encontrou essa ajuda em sua rede de apoio única — a sua mãe — que conseguiu um local onde ela pudesse se abrigar, voltando assim a morar no terreno da casa de sua família, construindo alguns cômodos.

Esse ato foi um marco em sua vida, por ter sido subestimada por seu ex-marido que chegou a afirmar que ela voltaria, pois “jamais viveria sem ele”, ou que voltaria se humilhando. Essas palavras então se tornaram a gota d’água que a fez reunir condições materiais e emocionais para planejar a reconstrução de sua vida, longe dali, regressando à casa dos pais em Vila do Riacho com dois filhos pequenos.

Interessante observar que o que Jóeci nos conta não está distante de um debate antigo na literatura feminista, mas ainda necessário, por descrever as formas de opressão impostas à mulher. Nos dois volumes de sua obra “*O Segundo Sexo*”, a filósofa Simone de Beauvoir suscita o debate a respeito da concepção da mulher, questionando as teorias que até então embasavam o entendimento hegemônico que assinalava a inferioridade da mulher. A autora fundamenta uma teoria que refuta essa inferioridade por essência ou natureza, apontando os elementos da construção social do *ser mulher*, desconstruindo de maneira minuciosa e densa, cada conjectura sustentada, não por acaso, para submeter a mulher. Sob a perspectiva da moral existencialista, Beauvoir resgata os mitos de uma “essência da mulher”, contestando as bases pretensamente biológicas, psicanalíticas e materialistas que sustentam sua subalternidade.

Assim, a diferença física do sexo não justifica a noção de inferioridade, a fragilidade e dependência subsiste a partir de um discurso que tem e pretende considerar apenas o ponto de vista histórico do homem; ainda na introdução do volume um,

temos: “A fim de provar a inferioridade da mulher, os antifeministas apelaram não somente para a religião, a filosofia e a teologia, como no passado, mas ainda para a ciência: biologia, psicologia experimental, etc.” (BEAUVOIR, 2016a, p. 20). Desse modo, o determinismo biológico como postulado científico corroborou com a operacionalização discursiva da dominação falocêntrica em nossa sociedade, tal qual sua atuação em favor de teorias supremacistas e racialistas.

Outros pontos elencados nessa obra clássica, que substanciam a construção social, como o próprio processo de socialização, ainda repercutem bastante na voz de autoras contemporâneas, como Marcia Tiburi, por exemplo, em *Feminismo em comum*. Nessa obra, a filósofa dialoga bem com outros pontos que gostaria de realçar, a começar pelo que ela denomina “*Ideologia do amor de devoção à família*”, ou seja, como desde criança nas dinâmicas escolares, como por exemplo no dia das mães, somos levados a homenagear “a rainha do lar”; conforma-se um discurso pacificador e romantizado do que, na verdade, se apresenta como a rotina de um lar exaustivo e até mesmo conflituoso.

Tiburi compartilha a experiência da sua infância, momento que mesmo reconhecendo a sorte de não ter vivido em um lar com violência física, admite que ali coabitava uma violência elementar, em suas palavras “uma violência mais básica, aquela que se sedimenta, e impede transformações e a mais ínfima emancipação, estava lá.” (TIBURI, 2018, p. 20).

A trajetória de Jóeci ecoa os primórdios da bibliografia feminista, que equivocadamente poderia ser considerada ultrapassada ou superada por alguma vertente teórica. Porém as primeiras reivindicações feministas, estão longe (ainda) de terem sido alcançadas, dentro das várias vertentes que a teoria feminista apresenta na atualidade, a interseccionalidade⁵⁴ explica que dentro do próprio bojo da categoria mulher as desigualdades são muito significativas. As perspectivas de classe e de raça, quando entrecruzadas, demonstram as disparidades existentes (tais desigualdades serão apresentadas em dados estatísticos a seguir). Porém, tais questões continuam latentes no seio social, impactando aspectos estruturais da

⁵⁴ Dentro do Feminismo a interseccionalidade se apresenta como corrente teórica que relaciona ou sobrepõe múltiplos sistemas de opressão que afetam a mulher. Essa abordagem desponta, sobretudo, na tradição teórica do feminismo negro. Mais informações Akotirene (2019).

nossa própria sociedade, da condição e lugar da mulher nessa estrutura, sobretudo das mulheres da classe trabalhadora.

Outrossim, as exaustivas atividades domésticas não reconhecidas e não remuneradas, recaem sobre os ombros não só da “rainha do lar”, mas da filha, da sobrinha, da irmã, da avó que normalmente assumem (ou são obrigadas a assumir) as responsabilidades de cuidadoras, principalmente em lares em que algum familiar cai em enfermidade, ou ainda, em tantos outros lares de mães solo, ou em caso de abandono paterno do lar, são elas, *as mulheres*, que assumem o destino da família e o seu sustento.

3.2 “EU AGIA COMO SE FOSSE UM HOMEM” — O desejo de liberdade versus as condições impostas

“É... eu agia como se fosse um homem, entendeu? Eu não agia como mulher.”

Jóeci, desde os primeiros encontros, deixa evidente em sua fala a importância que tem para ela um “espírito livre”, porém esse desejo foi constantemente reprimido pelas imposições e cobranças no âmbito familiar quanto a resiliência exigida à filha-mulher, ou na esfera do trabalho formal ao ter de acatar ordens e, ainda, no casamento à submissão esperada da mulher casada.

Tal posicionamento transparece uma mulher forte que não se deixa enredar pelo discurso hegemônico instituído por nossa sociedade, que mostra sua face em qualquer grande metrópole e, de maneira ainda mais impactante, numa localidade que mistura aspectos interioranos e também de grandes centros, como Barra do Riacho, dada a localização e características daquele bairro-indústria e a grande circulação flutuante de profissionais não só do estado, como do Brasil e de todo o mundo.

Em seus relatos, nota-se que a vida da Jóeci é atravessada por uma série de exigências sociais e morais que a faz, em determinados momentos, comparar seu comportamento ao dos homens, ou ainda, com que ela enxergue esse julgamento por parte da sociedade. Tais momentos revelam quantas marcas são deixadas em

mulheres que fazem esse movimento de “agir a contrapelo”, ou de não reproduzirem os pensamentos e comportamentos referentes a um papel social feminizado, sendo normalmente julgadas num sentido duplo: num primeiro momento por conta do seu modo de agir fora do papel social que lhe fora atribuído, posteriormente comparando o seu comportamento “como se fosse o de um homem”.

Quanto a essa eliminação da subjetividade da mulher, Beauvoir (2016) discorre sobre a categoria do *Outro*, que remonta desde as discussões de dualidade nas sociedades antigas e mitológicas e trata a divisão Sol-Lua, Dia-Noite, Bem-Mal, etc. Enquanto o corpo do homem teria um sentido em si, o corpo da mulher seria destituído de significação, se não se evoca em contraponto ao do macho: “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é Sujeito, o Absoluto, ela é o *Outro*.” (BEAUVOIR, 2016a, p. 12).

Destarte, a dimensão incômoda da comparação “como se fosse um homem”, ganha uma dimensão ainda mais cruel, abrange não somente a esfera do julgamento de valor para ganhar um peso ainda maior, o do desprezo e apagamento da subjetividade da mulher.

Examinando mais detidamente podemos verificar que, enquanto filha, Jóeci não se encaixava num ambiente que reduzia sua existência, desejos e possibilidades; sua condição era de ter que cumprir um papel de silenciamento, inclusive quanto às suas escolhas afetivas, às muitas regras e pouca permissão de transitar em outros ambientes sozinha e, em caso de namoro, já ter de assumir compromisso ou matrimônio. Essa fase de sua vida é relatada com bastante angústia por ela, quando ressalta que, com o apoio da mãe, conseguiu se separar e sair da casa onde morava com o então marido, decidindo que nunca mais se sujeitaria a tal situação. Dois fatores foram de singular importância nesse momento, o apoio da mãe que permitiu que ela reconstruísse sua vida agora na casa materna, como já apontei acima, e também o dono de um estabelecimento de Vila do Riacho que lhe ofereceu trabalho em sua residência e também no comércio da família, um mercado. Jóeci realizava as compras dos mantimentos da família nesse mercado e pagava a conta com o seu trabalho.

Jóeci retorna, então, à Vila do Riacho e recomeça a sua vida, construindo alguns cômodos no terreno da família. Uma vez tendo conseguido se separar e recomeçar a sua vida, ela trabalhou em casa de família, em mercearia, vendeu salgadinhos e cachaça em campo de futebol até conseguir montar um pequeno bar, enquanto mantinha atividades na pesca e limpeza de pescado, atividades intrínsecas à vida de sua família materna. E a partir de então decidiu que não se sujeitaria mais a viver em situação como a do seu primeiro matrimônio.

Houve um segundo casamento. Foi aquele que ela identificou como tendo sido com o homem com quem realmente teve um relacionamento de profundo sentimento de amor e troca, porém não viveu essa relação por muito tempo; pouco tempo após ter tido sua terceira filha, fruto dessa união, seu marido faleceu em um acidente automobilístico. Este fato a abalou significativamente e nesse momento ela se viu tendo que recomeçar sua vida sozinha novamente, agora com três filhos pequenos. Jóeci relata que nesse período precisou de acompanhamento psicológico e para tanto tinha que se deslocar para uma instituição em Vitória para fazer esse acompanhamento, por alguns meses.

Tempos depois ela iniciou outro relacionamento que culminou em matrimônio e foi a relação mais duradoura. Seu companheiro era mais jovem e ela justifica o final do casamento por considerar que ele tinha algumas aspirações que correspondiam a sua idade e que ela não podia, nem gostaria de relativizar, como, por exemplo, ter filhos. Jóeci já tinha três filhos e já havia feito o procedimento conhecido como ligadura e desde que se casou o então marido tinha consciência dessa impossibilidade, porém ela acredita que com o passar dos anos ele começou a dar mais importância e nutrir essa vontade. Outros aspectos contribuíram para o fim do seu terceiro casamento, mas nada que, em seus termos, “o desabone”; o desgaste da relação teria sido o principal fator, diferentemente das situações abusivas vividas no seu primeiro casamento.

Embora não identifique abusos nesse último casamento, Jóeci relata que durante seu relacionamento eram constantes as situações que envolviam ciúme do parceiro, sobretudo por conta dos comentários de terceiros a respeito de sua articulação social dentro da comunidade, sua movimentação em vários ambientes e por ter pessoas nem sempre conhecidas a sua procura ou a acompanhando; isso gerava

rotineiro desconforto e até discussões pontuais. Mas a essa altura, ela já “vestia” com mais habilidade os trajes da independência e autonomia que desejava desde a juventude.

Jóeci identifica a força de vontade e a possibilidade de independência financeira como os principais fatores que proporcionaram a ela uma mudança de rumos na sua vida. Quando mais jovem se via como esposa e mãe, sem qualquer auxílio para cuidar dos filhos ou meios financeiros de se manter e de mantê-los. Foi quando conseguiu se manter, e a seus filhos, que ela pode mudar esse rumo.

A essa altura, na visão da comunidade ela era considerada tal como “um homem”, ou ainda ouvia alguns comentários pejorativos, já que, por exemplo, não queria dar satisfação de sua vida para ninguém, diferente de outras mulheres. Sua própria fala aponta tanto para seu evidente desejo de independência, quanto deixa transparecer o quanto as cobranças impostas socialmente a afetavam e refletiam em suas ações.

Eu acho assim que eu pensei, eu queria provar pra mim mesmo que - e pra sociedade também - que eu não era aquilo que a sociedade achava que eu era pelo fato de eu ser uma mulher sozinha com dois filhos, gosta muito de sair à noite. É... eu agia como se fosse um homem, entendeu? Eu não agia como mulher. Porque, na verdade, eu sempre fui o homem e a mulher da casa então na maioria das vezes eu tinha que agir com uma certa autoridade, que a maioria das mulheres é... submissas não têm, né? (Entrevista realizada com Jóeci Miranda, pescadora e ativista socioambiental, 27/02/2021).

A potência da fala dela é muito expressiva, seu relato expõe, em simultâneo, força e fragilidade, a ânsia de enfatizar sua postura autônoma como objetivo pessoal e também como *status* ou reafirmação social. Não é difícil encontrar mulheres que se revestem de uma couraça ou ritualizam seus comportamentos masculinizando-os, de modo a demonstrar força, segurança, altivez. Muitas vezes tais adjetivos são dirigidos às mulheres que nos comportamentos habituais não demonstrem toda delicadeza “esperada”, por isso tornam rotuladas. Tiburi (2018) se expõe ao admitir que durante muito tempo teve vergonha da “condição feminina” e preferiu agir “como se fosse um homem”, quando diz:

O machismo é um sistema de crenças em que se aceita a superioridade dos homens devido à sua masculinidade. No entanto, se a masculinidade aparece em uma mulher, ela é rechaçada e criticada. O machismo reserva a masculinidade para si e age contra as pessoas que não são masculinas. (TIBURI, 2018, p. 63).

No caso de Jóeci, o que a tornava “igual a um homem”, era o seu não condicionamento às regras impostas ao comportamento feminino típico das sociedades patriarcais, machistas e conservadoras, que no caso, priorizam a permanência da mulher no ambiente doméstico, com ações, horários e trabalhos que girem em torno da família e do consentimento do marido.

3.3. CAMPO DE DISPUTAS

“Então, todas essas empresas que chegou aqui no território e começou a trazer mão de obra de fora, a gente teve que fazer algum tipo de enfrentamento, para poder garantir, né? Que as comunidades locais tivessem ali a sua oportunidade de emprego.”

Barra do Riacho tem um pequeno bairro vizinho, chamado Vila do Riacho, a relação entre as duas localidades é marcada por uma certa rivalidade e Jóeci, que viveu parte da juventude e vida adulta no segundo lugarejo, explica essa rixa a partir principalmente da chegada dos megaempreendimentos, na região.

É; tipo assim: Barra do Riacho sempre queria ser a melhor em tudo. Aí, Vila do Riacho era um irmão pobre da Barra, né. O patinho feio. [...] Assim, como eu te falei, era estrada de chão lá nas comunidades, as casas eram bem simples. As pessoas lá viviam realmente do rio riacho, né. Da praia dos comboios, pra poder viver da situação, é: ter sua alimentação, seu sustento. É, muito gado, né. Os fazendeiros. As pessoas tinham que trabalhar nas roças. Então assim Vila do Riacho era. Até o futebol, né? Que tem o futebol da Vila e da Barra. Era... quando tinha que fazer algum jogo era briga... mas era briga feia mesmo. (Entrevista realizada com Jóeci Miranda, pescadora e ativista socioambiental, 27/02/2021).

Os moradores de Vila do Riacho se ressentiam por Barra do Riacho ter recebido toda “sorte de benfeitorias” proporcionadas pela chegada das grandes empresas, conseqüentemente, Vila do Riacho teria a marca de um “primo pobre” da região, sendo cotidianamente comparada ao bairro vizinho. Jóeci expressa essa tensão em alguns momentos: *“Até 1999 - 2000, existia uma grande rivalidade entre Vila e Barra do Riacho. Hoje em dia que as coisas melhoram bastante. Mas existia rivalidade em tudo. Em tudo! Entre Barra e Vila do Riacho”*.

As “benfeitorias⁵⁵” citadas são aquelas proporcionadas pela marca do concreto e pavimentação, a oferta mínima de serviços públicos essenciais e obviamente as possibilidades de emprego. Claro que esse sentimento não considerava proporcionalmente todo o revés intrínseco à presença dessas grandes empresas em Barra do Riacho, que repercutem também no cotidiano dos moradores da vizinha Vila do Riacho.

Mesmo que, nas palavras da própria Jóeci, tais diferenças na estrutura dos bairros vizinhos não sejam mais tão evidentes o que de certa forma atenuaria tal sentimento de rivalidade, cabe um olhar mais detido naquilo que se apresentam como “benfeitorias”, pois podem nos dizer muito sobre as repercussões das relações de conflito estabelecidas em Barra do Riacho que repercutem nos arredores. Retornando à Shiva (2003), cabe lembrar que a autora explica a forma como os sistemas modernos de saber são produtos de uma cultura dominadora, sendo assim, o poder é inerente a ele. Em contrapartida, os sistemas de saberes locais vão desaparecendo, pois não encontram espaço para o seu reconhecimento e valorização. No que diz respeito às ditas benfeitorias, assinaladas mais acima, caberia dizer que fazem parte dessa promessa do desenvolvimento e progresso, ou melhor, desse ideário do saber hegemônico e seu poder intrínseco, tomado por universal. Tudo mais que não compreende os interesses dessa ordem econômica vigente é desvalorizado, esquecido ou desprezado e isso inclui os saberes locais, suas formas de vida e trabalho.

A ligação entre saber e poder é inerente ao sistema dominante porque, enquanto quadro de referência conceitual, está associado a uma série de valores baseados no poder que surgiu com a ascensão do capitalismo comercial. A forma pela qual esse saber é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade. O poder também é introduzido na perspectiva que vê o sistema dominante não como uma tradição local globalizada, mas como uma tradição universal, inerentemente superior aos sistemas locais. (SHIVA, 2003, p. 22).

Com efeito, dentre as possibilidades (que poderiam parecer óbvias) proporcionadas pelos grandes empreendimentos, tem-se, como exemplo mais elementar, a oferta de vagas de emprego, sendo que esta precisou ser requerida pela comunidade, em

⁵⁵ Diferente do passado recente, na percepção da entrevistada, na atualidade Vila do Riacho já conta com uma melhor estrutura para a comunidade, fazendo atenuar inclusive esse sentimento de rivalidade com o bairro vizinho.

ações sistemáticas. Sobre episódios de embate direto ou repressão contra os movimentos de mobilização, ou contra ela própria, Jóeci compartilhou o seguinte depoimento:

Várias atuações ao contrário. E em várias mobilizações, né? Uma delas foi a da mão de obra local, né? Nós somos cercados de empreendimentos, como você sabe. Apesar de Barra do Riacho ser uma comunidade tradicional pesqueira, nós estamos sendo fechados, trancados, né? Rodeados de empreendimentos e em uma dessas situações a gente viu que a comunidade, as comunidades locais aqui, não estavam tendo essa oportunidade de emprego, né? A maioria das pessoas desempregadas e quarenta (40), cinquenta (50), cem (100) ônibus vindo de fora, com pessoas de fora pra trabalhar no local. Então, nós resolvemos fazer uma mobilização para que a mão de obra local fosse contratada. Aí nós tivemos sim uma repressão muito grande por parte das empresas e por parte da polícia militar. Foram chamados tropa de choque para nos tirar, né, do local. Sofremos vários é... ataques com gás, pimenta, bala de borracha... E muitas pessoas foram detidas na época, apanharam, né? Eu mesma tenho marca no meu corpo de bala de borracha dessa época. É... pra nós, foi humilhante, mas, em contrapartida é..., a gente conseguiu o objetivo, né? [...] Então a gente teve essa vitória, mas foi com muita luta e com muito enfrentamento. [...] Foi em 2010, 2011, né? Foi na construção da TABR aqui em Barra do Riacho. Foi uma época muito... muito triste e dolorosa para os moradores. Mas "Gloria à Deus!" A gente conseguiu o retorno. E hoje a gente vive um momento pacífico. É. A partir daí nós tivemos um compromisso firmado com a polícia militar, com as empresas locais, com a prefeitura, né? E... De manter, né? A mão de obra local em setenta por cento (70%) na. É... primeiro. Em primeira instância a mão de obra local. Se não tiver, aí pode buscar de fora. Mas, assim, você sabe que infelizmente esses compromissos é... Eles não são honrados cem por cento (100%). É o que eu te falei sessenta por cento (60%) desse compromisso tá sendo honrado. Não foi completo. Porque a gente vê ainda muitas pessoas vindo de fora. (Entrevista realizada com Jóeci Miranda, pescadora e ativista socioambiental, 04/02/2021).

Múltiplas são as questões que tornam Barra do Riacho e suas cercanias um ambiente conflituoso. Vou detalhar algumas das ditas interferências estruturais dos megaprojetos que adensaram as afetações e as percepções locais. Um dos temas de disputa que tomei conhecimento logo em minha primeira visita exploratória à região, foi quanto à questão hídrica, como já descrito anteriormente. A água, elemento essencial à vida, ganha um protagonismo para além do quesito ambiental e sanitário, torna-se um bem econômico, já que um dos fatores que tornam a localidade excepcionalmente atrativa para os diferentes ramos de negócios desenvolvidos ali é exatamente a abundância de recursos hídricos.

Duas empresas, em especial, aparecem na fala da Jóeci, por conta de suas respectivas transformações no ambiente hidrográfico, que repercutiram

enormemente no passado e de maneira contínua impactaram a vida dos moradores. Uma dessas empresas é a Suzano S/A, responsável pela apropriação da bacia hidrográfica local, que tanto na silvicultura de eucaliptos, quanto em seus processos industriais, utiliza uma quantidade exorbitante de água para produção de celulose de eucalipto (como já explicitado em capítulo dois). Tal operação, afeta diretamente a disponibilidade e a qualidade de água para a comunidade, ao interferir, por meio da construção de comportas, alterando cursos dos rios e os fluxos dos deságues dos córregos, por meio de represamentos, para garantir sua apropriação para uso industrial.

As fotos abaixo permitem uma noção da disparidade da apropriação dos recursos hídricos em Barra do Riacho. Temos, um painel fotográfico que ilustra tal discrepância ao mostrar uma imensidão de águas sendo canalizadas por uma ínfima tubulação, que percorre dezenas de metros até chegar à estação de tratamento e em seguida a direcionada para o consumo da comunidade.



Foto 5 — Sistema de captação da água que será destinada à Barra do Riacho, para estação de tratamento. Autoria: Daniela Aguilar, 2019.



Foto 6 — Percurso da tubulação para a ETA do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz (SAAE). Autoria: Daniela Aguilár, 2019.



Foto 7 e 8 — Entrada e saída da água na ETA do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz (SAAE). Autoria: Daniela Aguilár, 2019.

As consequências dessa apropriação dos recursos hídricos locais renderam todo revés oriundo — dentre outras coisas — da falta, desvio ou ainda da contaminação da água, já detalhados neste trabalho. A contaminação da água que é posteriormente direcionada para o abastecimento do bairro, é um grande problema.

Muitas outras são as afetações, fruto das transformações realizadas pelos interesses econômicos na região, e de certo não conseguiríamos descrever todas elas, tal qual todas as distintas percepções que:

A pior coisa aqui de Barra do Riacho é época vento sul, né, que o mau cheiro da fábrica baixa na nossa vida aqui, de uma tal maneira, que até o cabelo fica com mau cheiro. [...] É época de vento sul. Que aqui é bem raro, né. Que nós temos mar e a viração nordeste do mar ele evita que a fumaça da Barra desça aqui dentro da comunidade. Mas quando é ao contrário só Jesus na causa, viu? É insuportável! E hoje em dia é bem pior, né? Porque, além dos cheiros das turbinas lá das chaminés da fábrica, da Suzano hoje, que antigamente era Aracruz e celulose, posteriormente, FIBRIA e agora Suzano, é: nós temos vários outros empreendimentos que também, né, causam o mau cheiro na comunidade. Então é, com a viração do tempo isso incomoda as pessoas, né? Inclusive o gás, né? (Entrevista realizada com Jóeci Miranda, pescadora e ativista socioambiental, 27/02/2021).

Outra empresa citada repetidas vezes é a Samarco Mineração⁵⁶, empresa responsável pelo desastre-crime ocorrido em 2015, que resultou no rompimento da barragem que despejou toneladas de rejeitos de minérios no Rio Doce, no município de Mariana-MG, e que impactou de sobremodo não só os moradores nas cercanias da barragem, mas toda população que vivia e vive no decurso do Rio Doce e além. A poluição causou um desastre ambiental sem precedente, com impactos na fauna, flora e respectiva repercussão social e econômica. A água continua sendo a protagonista neste cenário, a contaminação agora é por elementos ainda mais nocivos à saúde e ao meio ambiente e os conflitos se adensaram na luta dos direitos da população local atingida pelo desastre-crime.

A exacerbada e criminosa destruição ambiental relatada nesse momento, que extrapola as fronteiras geográficas objetos dessa pesquisa, não poderiam deixar de ser retratadas nas suas significativas repercussões no município de Aracruz e na localidade de Barra do Riacho, já que aludem perfeitamente à discussão levantada com Shiva (2003). O que quero dizer é que a destruição das diversidades social e ambiental, por parte dos projetos desenvolvimentistas, ocorre tal como se estas fossem “ervas-daninhas” que impedem o chamado *progresso*. “Os povos tropicais se tornam um lixo histórico descartável. (...) Em lugar do pluralismo cultural e biológico, a fábrica produz monoculturas sem sustentabilidade na natureza e na sociedade. Não há lugar para o pequeno.” (SHIVA, 2003, p. 33). Nesse sentido, todas as

⁵⁶ <https://iema.es.gov.br/historico>

relações de um ecossistema florestal são desprezadas, quando não apresentam imediatamente alguma ligação com escalas de gerenciamento e produção de lucratividade.

A diversidade orgânica é substituída pelo atomismo e pela uniformidade fragmentada. A diversidade tem de ser erradicada como uma erva-daninha, e as monoculturas uniformes de plantas e pessoas têm de ser administradas de fora porque não são mais auto-reguladas e autogeridas. Aqueles que não se ajustam à uniformidade são declarados incompetentes. A simbiose cede lugar à competição, à dominação e à condição de descartável. Não há sobrevivência possível para a floresta ou seu povo quando eles se transformam em insumo para a indústria. (SHIVA, 2003, p. 33).

Com a atividade da pesca proibida desde fevereiro de 2016, por conta do desastre, muitos pescadores que já tinham suas dinâmicas de trabalho e vida afetados pelos megaprojetos locais foram profundamente prejudicados pela enxurrada de lama vinda de tão longe, bem como as mulheres pescadoras, marisqueiras ou que trabalhavam na limpeza dos frutos-do-mar.

Jóeci atuou (e atua) diretamente nesse caso do desastre. Dedicou-se especialmente às discussões que buscaram reparação ou um mínimo de suporte para as famílias afetadas, e para tanto teve que ampliar suas discussões não só com os representantes da Samarco S/A e da Fundação Renova (responsável pela negociação e implementação de políticas socioambientais de reparação), mas também outros órgãos da sociedade civil e da comunidade. O acirrado nível de conflito existente, no que diz respeito à divergência de valores das indenizações, das condicionantes, as disputas por representatividade local, entre outros, foi relatado. Muitas foram as dificuldades para se encontrar um caminho de diálogo voltado para as reais necessidades da comunidade atingida (e não para os interesses de grupos particulares), além das exigências feitas pela Renova de comprovação de documentos impraticáveis em algumas realidades.

Considerando a literatura acerca do desenvolvimentismo e da perspectiva ecofeminista, uma abordagem crítica sobre o sistema operante em que estamos inseridos - qual seja, hegemonicamente capitalista, androcêntrico e que se funda nas questões de desempenho e produtividade -, não nos admira encontrar relatos que descrevam as muitas dificuldades encontradas pelos afetados pela “lama de rejeitos tóxicos” em conseguir alguma reparação diante do crime ocorrido. Shiva

(2003), usa um termo interessante, ela fala que os pontos “eclipsados” pelos interesses econômicos são muitos, ou seja, a grande luz lançada nesses interesses, faz sombra e lança à margem o cotidiano da vida local, fazendo-os desconhecer o quanto suas vidas foram devastadas pelas repercussões de um modelo extrativista; no caso de Barra do Riacho (e de muitas outras localidades), pela tragédia do rompimento da barragem de rejeitos.

Dentre os episódios de tensão, Jóeci relata circunstâncias de ameaças veladas e explícitas com as quais convive, diz pairar um temor de que ela ocupe cadeiras e posições de destaque na localidade, as quais ela diz não ter interesse algum. Nos últimos tempos a luta pelos direitos dos pescadores, e demais moradores atingidos pelos rejeitos do desastre-crime da Samarco, tem ocupado grande parte das pautas as quais ela se dedica.

Tais ambientes de negociação e reivindicação dos direitos individuais e sociais não são nada amenos ou tranquilos, ao contrário, emergem de um cenário de disputa de poder, com raízes expressivas na desigualdade econômica, social e de gênero. Jóeci tenta seguir e cumprir — diante do que foi narrado — seu próprio lema, que ela insistiu em ressaltar: de “ser um espírito livre”, uma figura que não se permite desistir, mesmo diante das constantes e acirradas tensões.

Jóeci é, portanto, uma *mulher da Barra* que ilustra de forma importante, com a sua história de vida, as muitas maneiras com que as mulheres resistem às condições adversas em um local atravessado por afetações geradas pela presença dos megaempreendimentos. Um lugar predominantemente androcêntrico, já que se presume ser ali um mundo que “pertence aos homens”, tanto nos espaços onde os olhos alcançam os muros do desenvolvimentismo, quanto longe, onde essas barreiras se fazem presentes mesmo que distante do alcance da visão, se revelando assim, em grande medida, um espaço hostil ao protagonismo das mulheres.

Em sua história de vida, encontramos camadas profundas de uma realidade marcada por diversas afetações comuns à realidade da mulher que é filha, esposa, mãe, separada, mãe solo (ou como é socialmente dito *mãe solteira*), viúva, a mulher pescadora, a mulher ativista socioambiental e por fim dessa mulher num ambiente desenvolvimentista. Em comum, o conflito, relacionado às dinâmicas de poder que

perpassam todas essas realidades em simultâneo, e como discutido por mim, aprofundado pelas características do sistema capitalista, acompanhado muitas vezes da negação de direitos (legais ou naturalizados socialmente) e da reação de resistência a contrapelo.

A seguir, me aproximo e lanço luz a outra narrativa de história de vida, de Nádia Mattos Rodrigues, a presidente da colônia de pesca de Barra do Riacho. Impressiona, e cabe citar, que essas mulheres sendo separadas por pouco mais de algumas dezenas de metros de distância, apresentam relatos totalmente distintos e reveladores, de maneira a complementar singularmente este trabalho. Há, certamente, singularidades e semelhanças no conjunto das afetações que atravessam a vida de mulheres e suas existências, considerando os contextos marcados pela presença de megaprojetos.

CAPÍTULO 4: A MULHER NUM CAMPO MAJORITARIAMENTE MASCULINO

Nesse capítulo, apresento a imersão na experiência de vida de outra “mulher da Barra”, que foi minha interlocutora nesta pesquisa, a presidente da Colônia de Pesca Z7, Nádia Mattos Rodrigues. A imersão nessa história aponta para quão diversificadas são as particularidades que afetam as mulheres e os ambientes perpassados por relações de poder, desta vez a partir da narrativa do espaço da Colônia e seus enfrentamentos.

Antes de iniciar a explanação, cabe situar o contexto histórico de criação das colônias de pescadores no Brasil, que está intrinsecamente ligado ao que Cyrino (2018) denomina “aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas”. A pesquisadora chama atenção para as características da política pesqueira, via atuação da Marinha Brasileira (com a criação das colônias de pesca em 1919) e depois via gestão do Ministério da Agricultura (entre 1933 a 1962), seguida da atuação da SUDEPE⁵⁷, todas elas em favor de uma modernização que apoiava a indústria da pesca, em detrimento do reconhecimento e valorização da pesca artesanal.

Em “Aos pescadores, a modernidade! Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal”, Cyrino descreve o cenário onde as colônias foram redimensionando o ideário tradicional da pesca, em um ambiente de forte expressão que reproduz (até a atualidade) sua raiz centrada numa dimensão regulatória e intervencionista. Cumprindo um papel de “monumento nacionalista” a serviço de um ideal de nação, as colônias receberam as “instruções de valores militares, como patriotismo e o civismo, além dos símbolos nacionais fixados nas instalações, como bandeira nacional e brasões militares” (CYRINO, 2018, p. 40).⁵⁸

Tendo esses elementos adicionais, significativos para contextualizar essa narrativa, já que o lugar é parte importante na constituição de uma história de vida, sigo no intuito de encontrar pistas nos relatos das mulheres entrevistadas que ajudem a

⁵⁷ A Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) manteve-se à frente da gestão pesqueira entre 1962 e 1989.

⁵⁸ A autora apresenta muitas outras ações estruturais como disponibilização de serviços educacionais, de saúde, além dos pescadores serem considerados reserva naval e toda uma idealização da noção de civilização e progresso.

revelar como estão entrelaçadas suas vidas à sucessão de acontecimentos desenvolvimentistas locais, repercutindo nas ações que acentuem a desigualdade de gênero, essa realidade social tácita.

Mantive-me imbuída do exercício de escuta ativa, típico do trabalho da História de Vida e tendo em mente os cuidados de permitir coexistir os aspectos metodológicos (que devem ser seguidos) e a importância de garantir espaço às subjetividades intrínsecas a esse modelo de pesquisa. Tal como sugere Do Carmo Souza (2017) quando discorre sobre a postura investigativa ao detectar as minúcias contidas desde a fala até o silêncio, nas pausas e na fluidez do diálogo, na naturalidade do gestual ou na inibição dos movimentos, ou seja, no conjunto dos detalhes que farão a diferença na percepção interpretativa dessas subjetividades narradas.

Sigo acrescentando faces a esse mosaico, aludindo Becker (1999), no intuito de contribuir para uma melhor compreensão do todo, tornando-o não só visível ao destacar os recortes ou os fragmentos, no papel das particularidades vividas por minhas interlocutoras, como também destacando em gradação de tons, notados de diferentes maneiras a partir de cada realidade e percepção vivida.

Cabe registrar que os percalços durante a realização da pesquisa foram diversos e por vezes os fragmentos desse mosaico se apresentaram de tal forma embaralhados que pareciam tornar a concretude dos trabalhos algo distante. Goldenberg (2011) discorre sobre a importância de manter os registros acerca das dificuldades da pesquisa. Por conseguinte, descreverei alguns dos eventos ou incidentes enfrentados durante a realização do campo, para ressaltar o quanto é importante se munir de substância teórico-metodológica para que, uma vez diante dos desafios, tenhamos em mente outros caminhos possíveis a serem adotados, ou ainda, contar com outras sensibilidades dirigidas à pesquisa.

Mesmo antes do que considero como remodelação da pesquisa⁵⁹, alguns problemas se apresentaram de maneira simbólica e me fizeram pensar sobre as ferramentas de trabalho de um pesquisador. No início dos trabalhos da pesquisa, ainda em meados de 2019, eu já construía meu diário de campo, com minhas anotações das entrevistas realizadas e impressões do que vinha conhecendo da realidade do bairro

⁵⁹ Que em tempos de pandemia forçou a realização do término do trabalho de campo em formato online.

e das pessoas da região. No caderno eu registrava as observações das primeiras interações em campo - que no formato inicial da pesquisa compreenderia um número maior de interlocutoras - e, como praxe do trabalho de escrita, esse material já era utilizado nos esboços do que viria a ser o texto da pesquisa.

Pouco antes de vivenciarmos as consequências da pandemia de 2020, fui duplamente surpreendida, negativamente, por intercorrências nas ferramentas de trabalho, quais foram, ao sofrer um assalto tive livros, materiais de estudo e pesquisa roubados, dentre esses materiais o caderno de campo, com as notas de meses de trabalho. Tal perda me afligiu por considerar que muitos detalhes e entrelinhas, que não constavam explicitamente na minha reescrita digital, não teriam mais a possibilidade de análise.

Logo em seguida a esse episódio, começamos a atravessar a pandemia Covid 19. Nesse ínterim, meu equipamento de informática, essencial para o desenvolvimento de todos os meus trabalhos deu defeito, sem salvar as últimas versões dos arquivos já finalizados, levando com ele as minúcias observadas nas conversas com minha segunda interlocutora. Somam-se a esses eventos todas as afetações as quais estão sujeitas uma mulher, pesquisadora e concomitantemente trabalhadora da área da educação, em meio a uma pandemia. Por último, a mudança de orientação na pesquisa, já com pouco mais de um ano de vínculo com o programa de pós-graduação, fato que considero de extrema importância para os novos rumos que a pesquisa havia tomado, o que demandava novos esforços em meio a todas as dificuldades mencionadas.

Faço esse breve esboço, fora das notas de rodapé ou do capítulo metodológico, para evidenciar o processo da construção científica, permeada pelos caminhos inexatos e conflitantes sobre os quais Favret-Saada (1991) nos convida a refletir quando discorre sobre a importância de se deixar afetar pelo trabalho de campo, e ainda Haraway (1995) ao criticar o modelo científico moderno da perfeição, centrado na visão masculinista e que, em alguns momentos, como o da imersão nas histórias de vida, ganha maior projeção ou condições de ser destacado.

4.1. NÁDIA — “EU TENHO O RESPEITO, MAS...”

“Só que é claro que eles me olham mais assim como: a neta do Milton, né? Que era o meu avô; a funcionária do seu Antônio, né? A filha do Bené”.

Meu primeiro contato com Nádia não contou com intermédio de quem quer que fosse, na verdade, seu nome já havia surgido em alguns diálogos estabelecidos com moradoras, mas não encontrei um caminho para ser apresentada e o contato telefônico que haviam me fornecido, que facilitaria de sobremodo, em tempos de interações virtuais e via aplicativos de mensagens eletrônicas, não estava correto.

Numa tarde, após a visita ao espaço da associação de artesãos de Barra do Riacho, a CRIARTE, localizada na parte central do bairro e sendo informada que a casa da presidente da colônia de pescadores estaria nas proximidades, resolvi tentar o contato, antes de encerrar os trabalhos do dia. Embora a ideia de ser apresentada a ela por alguém pudesse amenizar os primeiros constrangimentos de um contato exacerbadamente formal, preferi não contar com encaminhamentos de terceiros, por considerar que poderiam pesar negativamente, exatamente por considerar o ambiente de tensões que se apresentava ali na comunidade.

Chamei na casa que me foi indicada e tão logo fui atendida; pedi um minuto de atenção me apresentando de maneira sucinta, e os motivos que me levaram até ela. Nesse primeiro momento, perguntei se poderíamos marcar uma conversa com mais calma em outra ocasião, e embora Nádia demonstrasse estar pouco à vontade naquela abordagem inesperada, foi solícita e se dispôs a colaborar com a pesquisa, fornecendo seu contato telefônico para combinarmos posterior encontro. Porém, a reunião pessoalmente não chegou a acontecer devido às restrições instauradas pela pandemia. Todas as circunstâncias de instabilidade social dificultaram a realização das entrevistas no formato remoto e seguiu-se um período de tentativas de agendamento, mas tão logo a gravidade da pandemia foi atenuada, consegui realizar as entrevistas via vídeo chamadas por aplicativo de mensagens ou ainda chamadas de voz.

Em nosso encontro, Nádia se mostrou receptiva e disposta a relatar suas experiências de vida, o que a princípio supus que seria um obstáculo a superar. Por conta do formato remoto, isso se mostrou, na verdade, algo já muito “familiar”,

devido as constantes reuniões que tanto Nádia, em suas atividades profissionais, quanto eu, fomos condicionadas a realizar nesse período.

Quando conseguimos finalmente conversar, Nádia falou da sua trajetória de vida até alcançar o posto de presidente da colônia de pesca. Nascida ali e de família tradicional da pesca, envolveu-se logo cedo com o trabalho de limpeza de mariscos e peixes, sob influência da mãe, das tias, avó que se reuniam para fazer o trabalho de limpeza do pescado, fruto do ofício do seu avô e tios: *“É... eu aprendi o ofício da limpeza através da minha mãe e da minha tia, que também é, é... optou em casar com pescador também e permaneceu, né, nessa atividade.”* (Entrevista com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz, 08/01/2021).

Tinha no pai, que trabalhava na prefeitura, uma figura que lhe passava uma grande segurança e cuidados, tanto para ela, quanto para sua mãe e irmã. Na infância e adolescência não era muito de sair ou ficar na rua, teve uma educação mais caseira, sem as obrigações domésticas que normalmente as meninas são impostas; considera ter tido uma infância “cor de rosa”, tendo que se dedicar aos estudos, e identifica uma proteção maior pelo fato de ser a filha caçula.

Estudou na escola “Caboclo Bernardo”, localizada na região central do bairro. Para o lazer lembra com certa nostalgia de frequentar a praia com os amigos no território indígena de Comboios; gostava de papear e “medir a rua” com os amigos (idas e vindas à pracinha do bairro); tinha o futebol, uma discoteca também, mas não pôde aproveitar muito já que engravidou ainda muito jovem.

No período da adolescência não enxergava nitidamente as interferências dos megaprojetos no ambiente e no cotidiano do lugar. O que era perceptível a seus olhos era a situação do rio, ou seja, as constantes variações na vazão, momentos de cheia e outros vazios demais, a ponto de barcos não conseguirem passar. A impressão, por falta de conhecimento, era que se tratava de um evento da natureza, só mais tarde teve a consciência de que, na verdade, se tratava do impacto do acionamento das comportas da Suzano S/A, para o uso das águas.

Posteriormente, o desaparecimento significativo da quantidade de peixes na região se tornou a questão mais expressiva no que diz respeito às consequências sentidas e relacionadas aos grandes empreendimentos.

E... sobre empresas, eu não tenho tanta ligação com empresas, né? Meu pai trabalhava na prefeitura. Então assim, é... nunca tive tanto contato com empresas. É..., e da pesca, o que a gente vê de diferença, né, é a quantidade de pescados que foram desaparecendo aí com o tempo. É..., ficamos quase, quase cinco anos sem ter peroá aqui. Hoje, quando voltou a aparecer, né, voltou menor do que a gente tinha o costume de ter é... E aos poucos também a gente vai perdendo é... a nossa... a nossa renda, né? Foi diminuindo tudo. É, por mais que as coisas se valorizem, o pescado, né? (Entrevista realizada com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz, 08/01/2021).

Como já mencionado, Nádia foi mãe muito jovem, acredita que os rumos da sua vida foram fortemente influenciados pela maternidade. Não ter conseguido dar continuidade em projetos de estudo e carreira profissional, bem como a necessidade de ter que retornar para Barra do Riacho após tentativa frustrada de viver em outro município com o então companheiro, a fez retomar as raízes do ramo profissional da família.

Pouca maturidade na relação, problemas com responsabilidade e ciúmes são alguns dos comportamentos que ela identifica terem contribuído para o fim dos relacionamentos, já que casou mais duas vezes. Por ocasião do término do segundo matrimônio ela detalha alguns obstáculos que enfrentou:

“Então, assim o ciúmes dele era muito assim, muito forte, entendeu? E eu não tinha esse costume de ser presa, né. Eu não fui criada pra ser presa. É, eu fui criada conforme aquilo que estava na minha possibilidade de poder fazer. Mas ele era o tipo de pessoa assim: eu tava trabalhando, se ele me ligasse eu tinha que atender. Quando eu ganhei a [ela cita o nome da filha] eu fui pra lá, ficar com ele lá um tempo. E, e aí, ele não conseguia entender que a gente tinha uma criança, né. E aí ele queria que a gente curtisse da mesma forma que a gente curtia quando namorava: de sair, de ir pra os bares. E eu tinha uma filha de pouco tempo, eu tinha que dar de mamar. Então ele não entendia isso. Pra mim, não podia em nenhum momento, foi na hora que eu preferi escolher viver a minha vida.” (Entrevista realizada com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz, 16/03/2021).

O “viver a minha vida”, mencionado por Nádia, parece ser a frase que marca a decisão de terminar o relacionamento e que carrega um novo sentido, de uma vida que requer agora os cuidados para com sua filha.

As filhas (duas) permaneceram com ela ao término dos casamentos e até hoje, sendo que o pai da mais nova faleceu há pouco mais de dois anos. Nesse caso, não houve a garantia de pensão para a filha devido a problemas na formalização do vínculo empregatício que gerou pendências no INSS (Instituto Nacional de Seguro Social). No caso dessa filha, também não havia o pagamento de pensão em vida, pois Nádia inclusive abdicou judicialmente de pagamentos em atraso, porque o antigo marido tinha alguns problemas de saúde.

Assim como Nádia, inúmeras são as mulheres que, ao fim de um relacionamento, precisam retornar para a casa dos pais (quando existe essa rede de apoio). Outra necessidade é a de conciliar o cuidado dos(as) filhos(as) — ainda bebês — com o exercício de uma profissão, já que normalmente os mesmos permanecem com as mães; nem sempre há o fornecimento de uma estrutura que garanta as mínimas condições para essa mulher e suas crianças, como o pagamento de uma pensão.

Os dados quantitativos também evidenciam a desigualdade de gênero e confirmam a forte cobrança social posta sobre as mulheres, e também a pouca oferta de serviços e atendimento às suas necessidades básicas específicas.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE publicou recentemente a versão 2021 do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, os dados sinalizam, em sua segunda edição, o conjunto de informações essenciais para análise das condições de vida da mulher no Brasil. Dados como participação em atividades produtivas, formação escolar, participação em vida pública, aspectos da saúde, média de horas dedicadas aos cuidados e afazeres domésticos, ocupação de cargos gerenciais por raça e classe, etc., são alguns dos índices que compõem o relatório.

Alguns desses dados nos ajudam a compreender a real condição da mulher na sociedade brasileira:

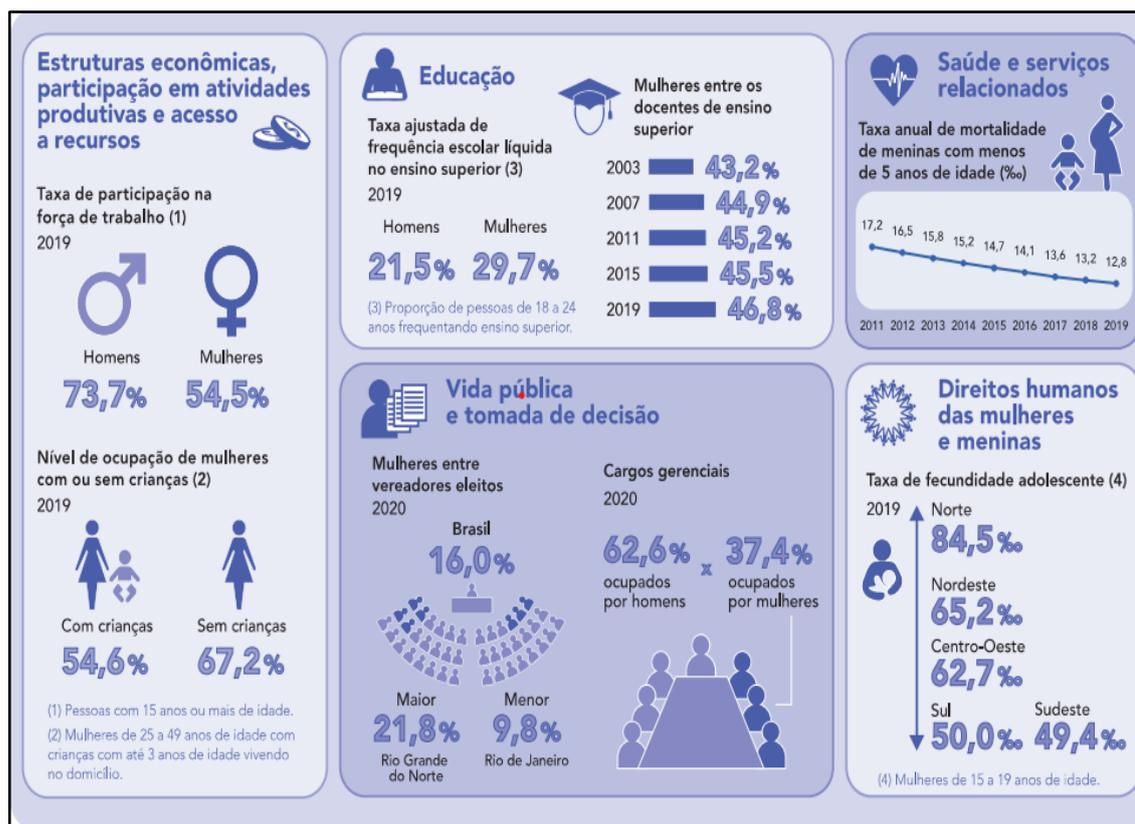


Figura 5: Estruturas econômicas, sociais e participação política.

Fonte: IBGE — Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021)

Considero significativo ressaltar alguns aspectos do referido estudo estatístico. Se o faço neste momento é para salientar o aspecto simbólico de pôr em evidência, nesta pesquisa, a história de uma mulher presidente de colônia, sobretudo considerando o que já sabemos sobre a estrutura rígida das colônias de pesca, desde as suas origens (em 1919) com a Marinha do Brasil (CYRINO, 2018). Sabe-se que as colônias são espaços de atuação predominantemente masculinos, e embora a atividade da pesca seja exercida por ambos (mulheres e homens), costuma-se, equivocadamente, dar maior visibilidade e reconhecimento à atuação masculina, em detrimento da feminina.

Foi somente em 1985 que uma mulher ocupou a presidência de uma colônia de pesca, feito de Margarida Mousinho Rodrigues, quando assumiu a presidência da Colônia Z-10, de Itapissuma-PE, após a renúncia do antigo presidente, sendo assim a primeira mulher no cargo de liderança formal de colônia de pescadores. Em 1989 Joana Rodrigues Mousinho se tornou, de fato, a primeira mulher eleita ao posto de presidente de colônia, sendo reeleita em 2005 (FURTADO e LEITÃO, 2012;

LEITÃO, 2019). Por conta disso, parece-me pertinente ressaltar e dar visibilidade a participação de uma mulher como a Nádia à frente de uma colônia em um ambiente como o de Barra do Riacho, atravessado por diversas camadas de disputas de poder.

Conforme se observa nos dados divulgados pelo IBGE, no recorte “vida pública e tomada de decisão” (Figura 10 – quadro central inferior), o percentual de mulheres brasileiras eleitas para cargos políticos do legislativo municipal (como vereadoras) é de apenas 16,0% dentre os vereadores eleitos no pleito de 2020. No que tange aos cargos gerenciais, elas ocupam apenas 37,4% dos cargos. Quando ressalto, portanto, que estes dados demonstram as estruturas hegemonicamente masculinistas que afetam a vida das mulheres, inclusive de Barra de Riacho, estou buscando aprofundar uma realidade desigual e injusta.

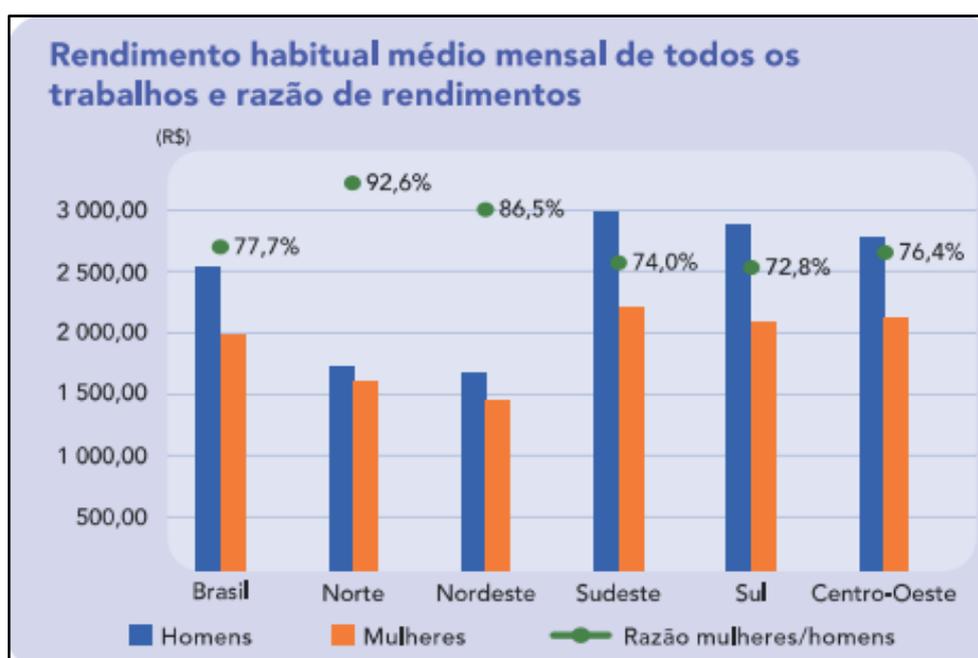


Figura 06: Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos.
Fonte: IBGE - Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021)

Ao examinar o gráfico de rendimentos (figura 07) fica evidente a desigualdade de gênero com relação à renda média mensal. Quando, numa perspectiva interseccional, entrecruzamos dados de desigualdade de gênero, classe e cor/raça

(figura 08), conseguimos vislumbrar as outras camadas⁶⁰ com as quais a desigualdade se apresenta e se acirra.

No Brasil, 62,6% dos cargos gerenciais 13 eram ocupados por homens e 37,4% pelas mulheres, em 2019. A desigualdade entre mulheres brancas e os homens brancos era maior do que entre as mulheres pretas ou pardas e os homens de mesma cor ou raça, em 2019. Tal resultado pode decorrer do fato de que a maior desigualdade por sexo foi encontrada nos 20% da população ocupada com os maiores rendimentos do trabalho principal (77,7% contra 22,3%), em que se concentram as pessoas brancas, revelando, também, que as mulheres estão ainda mais sub-representadas em cargos gerenciais mais bem remunerados e com potencialmente mais responsabilidades. Do mesmo modo, a desigualdade se aprofunda nas faixas etárias mais elevadas. (IBGE, 2021).

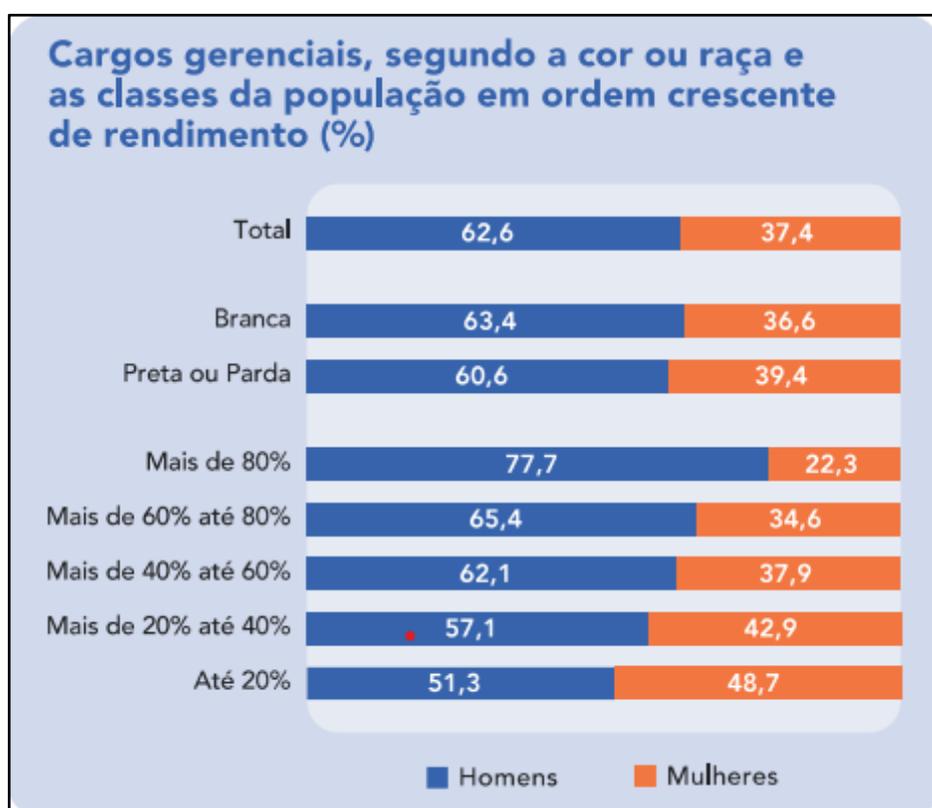


Figura 7: Cargos gerenciais, segundo cor ou raça e as classes da população em ordem crescente de rendimento.

Fonte: IBGE - Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021).

Já de volta à casa dos pais, um triste acontecimento fez Nádia desistir de outros projetos profissionais⁶¹: a morte de seu pai. Essa perda trouxe o sentimento de ter

⁶⁰ Uso a ideia de “camadas” por considerar que expressa exatamente o sentido desejado, tanto para demonstração das diferentes formas de poder e dominação, quanto de afetação e vulnerabilidade.

que assumir o papel de esteio não só para seus filhos, como também para sua mãe e sobrinhos - mais adiante retomarei esse ponto de sua vida e problematizarei as noções que giram em torno dos cuidados e trabalhos domésticos. Quanto às dificuldades em se manter só do ofício da pesca e os incômodos da limpeza, sobre isso ela relata:

Eu não tinha digital. Eu comecei a ter digital depois que... Tanto que a minha identidade ela é de 2005. Foi quando eu entrei na Colônia (risos). Aí que eu comecei a ter digital. Porque eu não mexia mais com isso e, aí, pude tirar a minha identidade que até então eu não conseguia fazer a identidade. Então assim, a gente caleja muito a mão, entendeu? É, é... a gente fura o camarão. [...] Que constantemente a gente tá se furando e tal. É, às vezes, um acidentezinho de faca e tal, pela limpeza, né. Você tem que tirar as escamas. [...] Então, depois que eu tive as minhas filhas, que eu trabalhei, né, com a teoria - saí um pouco da prática, fui pra teoria - eu me apeguei muito com a pesca. Então, hoje, hoje eu não me vejo fazendo outra coisa fora da pesca. (Entrevista realizada com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz, 08/01/2021).

A Colônia de pesca aconteceu em sua vida em 2005. Seu trabalho inicial foi como secretária na antiga gestão e somente em 2017 assumiu a presidência da colônia, estando à frente ainda hoje (2021), já que a pandemia impossibilitou a realização de novas eleições. Com cerca de 720 filiados (dados de 2016), atendendo toda Aracruz, Santa Cruz e Assentamento, Nádia é a mulher à frente da Colônia de Pesca Z-7. Tendo assumido as funções na colônia de pesca sua trajetória ficou mais inclinada às questões administrativas, como ela acentua em seu relato.

Dentre os desafios que enfrentou no posto de presidente da colônia, está a desconfiança por ser uma jovem mulher, de 38 anos. Essa desconfiança se expressa pela constante validação da sua presença relacionada a alguma figura masculina da sua trajetória, seja por laços de parentesco, ou ainda profissionais: “*Eu tenho o respeito, mas é muito por esse lado: é a filha do Bené; é a neta do Milton; é a sobrinha do Guedes, né? Vamos ouvir porque hoje ela está ali. Mas, assim, eu sei que é uma coisa assim: se ela gritar aqui, a gente não vai. Entendeu?*” (Entrevista realizada com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz).

⁶¹ Na juventude, chegou a fazer curso de turismo e já na vida adulta sentiu desejo de voltar aos estudos e cursar psicologia (que poderiam ter mudado os rumos de sua vida e até impedido que ela ascendesse ao posto de presidente de colônia de pesca).

Desde o início de sua presidência teve que lidar com processos jurídicos herdados da antiga gestão e mesmo conseguindo resolver tais pendências (algumas ainda em andamento), sente que alguns não a “engolem” até hoje. Por outro lado, afirma adotar uma postura de muito respeito sobretudo para com os mais antigos, tendo um comportamento mais reservado e de escuta, nos debates na colônia ou com os grandes empreendimentos e os órgãos públicos.

Outro questionamento presente após assumir a presidência da Colônia diz respeito ao fato de Nádia ser uma pescadora de rio e de barragem, tal qual a maioria das mulheres da localidade⁶² e não de alto mar. Seu relato expõe as nuances da subjugação da mulher e de suas capacidades, especificamente no mundo da pesca e da pesca artesanal. Suas capacidades eram questionadas pelo fato de ser mulher, jovem e uma pescadora considerada, pelo olhar dos homens pescadores, de certa forma “incompleta”.

Beauvoir (2016), ao resgatar, desde Aristóteles, os ideais de opressão que fundamentaram a imposição da inferioridade da mulher na sociedade, apresenta a visão de São Tomás, que afirmou ser a mulher um “homem incompleto”, um ser ocasional, remetendo à história de Eva no livro de Gênesis. Ou seja, essa é mais uma imagem e um argumento que reforçam a ideia equivocada da existência da mulher como subordinada ao homem.

Nádia assevera não ter ido para a pesca em alto mar, pois seu aprendizado desde pequena foi na pesca artesanal, em rios ou ainda barragens. Além disso, por ser efetivamente um trabalho mais pesado e por “balançar” demais, não cresceu tendo sido acostumada às características do alto mar. Ela lembra também que até recentemente era muito presente a concepção de que determinados trabalhos seriam “muito mais para homens⁶³”; tais concepções só foram quebradas mais recentemente. Consegue-se contar nos dedos das mãos quantas esposas de pescadores acompanham seus maridos em alto mar, na pesca de Barra do Riacho.

Quanto às suas vivências na pesca, o seu trabalho na Colônia teria proporcionado uma função, a seu ver, mais teórica também: “*Depois [...] que eu trabalhei, né, com*

⁶² Segundo a própria Presidente da Colônia, apenas 3 (três) pescadoras realizam a pesca em alto mar em Barra do Riacho.

⁶³ Naturalização típica, discutida nesse trabalho em várias faces.

a teoria, saí um pouco da prática. Eu me apeguei muito com a pesca. Então, hoje, hoje eu não me vejo fazendo outra coisa fora da pesca.” (Entrevista realizada com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz).

Já as suas filhas, que não tiveram a mesma vivência que ela no ambiente da pesca artesanal, tal qual os demais jovens da localidade, não esboçam desejo de dar continuidade ao legado da família. Ao ser perguntada sobre como suas filhas enxergam a atividade da pesca, risos surgem de maneira a refletir como a pesca artesanal não encontra prestígio nas novas gerações: *“É. Não. Sem chance nenhuma. (Hanhanhan)... Sem possibilidades! Entendeu.”* (Entrevista com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz, 08/01/2021).

Em ocasião anterior ela já havia dito que muitos dos pescadores antigos não querem mais que os filhos sejam pescadores, dada a falta de apoio e de políticas de incentivo na qual a pesca artesanal se encontra. Ela acentua que existe um grande sentimento de decepção com a atividade pesqueira, devido à perda de espaço do trabalho diante da imposição da presença dos megaempreendimentos e a consequente drástica redução da pesca artesanal, sem mencionar os impactos da “lama da Samarco” com a proibição da pesca e a falta de apoio dos órgãos públicos.

Outra grande insatisfação local se deve ao não cumprimento das inúmeras promessas de ajuda, por parte das grandes empresas aí instaladas. Existem muitos postos de trabalhos, porém em suas palavras e na percepção da população, não existem vagas para os filhos dos pescadores, já que tais vagas exigem formação específica e especializações que não estão ao alcance dos mesmos. Logo, de um lado, existe a dificuldade do exercício da profissão e, de outro, a não colocação ou recolocação dos pescadores artesanais, ou ainda, de seus filhos nas atividades de trabalho vinculadas aos empreendimentos.

4.2. “UM MUNDO MUITO MAIS PARA HOMENS”

“Eu tinha uma pescadora, [...] que era igual um homem mesmo dentro de um barco: ela puxava a rede, ela jogava o espinhel... É. Era um homem mesmo, né? E a bicha fazia tudo.”

Examinando sua história, Nádia se ressentiu de na juventude não ter aprofundado ainda mais conhecimentos sobre a pesca e de não ter se dedicado mais a atividade, pois com seu trabalho na colônia conseguiu acumular algum conhecimento e passou a valorizar mais o trabalho na pesca e a limpeza de mariscos, declara: “Se eu tivesse o conhecimento que eu tenho hoje lá atrás, lá, quando eu tinha os meus 15, 16 anos é, eu acho que me aprofundaria mais. [...] De me desenvolver mais relacionada com a pesca.” (Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz).

Ao falar de outras mulheres que se tornaram figuras representativas no mundo da pesca, ela faz questão de destacar duas mulheres que se tornaram inspiração em seu percurso, pela posição e prestígio que conquistaram na comunidade. É com admiração que ela conta sobre uma antiga pescadora que conheceu, e em sua fala destacam-se elementos que demonstram toda admiração:

Eu tinha uma pescadora, que ela até é falecida, que era assim, era igual um homem mesmo dentro de um barco: ela puxava a rede, ela jogava o espinhel... É. Era um homem mesmo, né? E a bicha fazia tudo. Só que assim, é, eu vou me colocar como exemplo, é; eu fui criada de uma maneira bem mais delicada, né. Com mais cuidado se se cortava ficavam: — Nossa! Então para/ Não sei o quê... Então assim, naquela cupulazinha, né? Então, hoje, eu não encaro o mar. Não encaro. Porque eu não tive essa preparação. Então, é, é... Querendo ou não, a gente vive ainda, né? Num mundo muito mais para homens, né? Pra todos, mas, muito mais para homens. [...] (Entrevista realizada com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz, 08/01/2021).

Esse trecho do diálogo, revela o quão forte é o papel social de gênero estabelecido naquele ambiente, explicitando a supressão de identidades e subjetividades. As falas entrecruzam naturalizações, estereótipos, reivindicações e resistência.

Segundo Leitão (2008a, apud GUIMARÃES *et al* 2019) o universo da pesca, reconhecidamente ‘masculino’, confere grande poder aos homens nas relações de trabalho (ambiente que negou direitos elementares a mulher pescadora historicamente). Conseqüentemente, as relações de gênero reproduzem tais circunstâncias sociais de subordinação, semelhante à de outras esferas da sociedade, evidenciando um “processo em que a desvalorização e muitas vezes invisibilidade do trabalho feminino, dificulta para as próprias mulheres o

reconhecimento de seu papel de sujeito nas relações sociais” (LEITÃO, 2008 apud GUIMARÃES *et al*, 2019, p. 149).

Ainda que exista o entendimento de que, com uma preparação ou instrução adequada qualquer pessoa poderia fazer os trabalhos tidos como “de homens”, como, por exemplo, ir para alto mar, é impossível deixar de notar que ao descrever a companheira pescadora, Nádia evidencia as qualidades no trabalho da pesca comparando-a aos homens, tanto na força quanto na habilidade. Tais valores e concepções imprimem reproduções de naturalizações em nossa sociedade, que estabelecem as condições (ou papel social) socialmente impostas ao fato de ter nascido mulher. O “dever ser”, o esperado e conseqüentemente o que é ensinado para a menina-mulher (enquanto criança ou adolescente), pela família e as instituições sociais, fortemente responsáveis pela formação dos valores, de suas subjetividades, reforçam estereótipos que desqualificam ou cerceiam as liberdades mais elementares dessa menina.

Como já explorado aqui nas literaturas feministas, há um descompasso enorme entre o que é cobrado da mulher e o que é proporcionado a essa mulher; o modo como ela é tratada e como é esperado que ela reaja a esses tratamentos, e ainda as possibilidades e condições materiais necessárias para a sua existência e o que se observa na concretude dos eventos sociais para a sua realização. Temos ainda todas as repercussões possíveis na subjetividade da mulher, em seu bem-estar não só físico como mental e emocional. O quanto todas essas cobranças e expectativas são adoecedoras e afetam de forma distinta as mulheres.

Há uma outra mulher que ocupa um lugar de muito respeito e até de um certo encantamento para Nádia, é Maria da Glória de Araújo Santos, a “Dona Glória”, presidente da colônia de pescadores Z-13, Bernardo Zacarias dos Santos no município de São Mateus, no norte do Espírito Santo. Nádia nutre uma profunda admiração pelos feitos e postura de Dona Glória no exercício de suas funções, chegando a descrever suas ações da seguinte forma:

“[...] a Dona Glória é, mesmo assim com a idade que ela tem, o que eu acho muito interessante nela é que ela assim, além da experiência que ela obtém nessa área, ela tem assim, uma. Porque assim, eu, como eu disse, sou a mais nova de todas, tanto de idade como em tempo de colônia. Então assim, eu tenho o respeito só que. Dos pescadores homens. Só que é claro que eles me olham mais assim como: “a neta do Milton”, né? Que era o meu

a avó; “a funcionária do seu Antônio”, né? “A filha do Bené”, que todo mundo conhecia meu pai. Então eles me olham muito nisso. Então, o respeito é mais ou menos por aí. Ela [Dona Glória], ela tem assim um respeito tão gigantesco com as pessoas que se ela falar, tiver uma reunião, e a pessoa, e começar o “zum, zum, zum”, ela para, ela para de falar e todo mundo fica quieto. Igual aulinha de escola. Quando tá aquele monte criancinha e a professora se cala e todo mundo. Fica aquele silêncio pra ouvir a professora. Então, é igualzinho. Então, eu acho muito lindo uma reunião dela. Eu adoro ir numa reunião que ela promove porque assim é, é... diferenciada. Entendeu? Só que a Dona Glória ela não precisa aumentar nem o tom de voz dela. Ela é tão singela ali, tão mansinha e todo mundo escuta, e tudo o que ela fala eles acatam. Então eu acho. Olha, eu adoro assim o respeito que as pessoas têm à ela, à pessoa dela, né?” (Entrevista realizada com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz, 08/01/2021).

Nádia traz à cena a atuação de outras mulheres presidentes de colônia da região. Sobressai também em seu relato a Marcilente (Pretinha) presidente da colônia de Guarapari, diz que costumam se reunir para tratar de questões comuns ao ambiente da pesca: “*Sim, a gente tem reunião. Até porque [...] a gente tem o problema com defeso. [...] Então a gente tenta junto se reunir e resolver*”, como ela mesma narrou. Mesmo citando outras companheiras presidentes de colônia, Dona Glória sem dúvida é a que provoca sua maior admiração, pois representa uma postura de respeito que desperta consenso e persuasão nos encontros de pescadores, por suas habilidades pessoais e também experiência de vida.

Uma senhora de pouco mais de sessenta anos, que conquistou grande apreço em sua comunidade, estimada por sua sabedoria e também seu trabalho na luta em prol dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca: é assim que Nádia apresenta a presidente de colônia de São Mateus, dona Glória. Sobretudo no que se refere à capacidade daquela senhora de estabelecer o diálogo e reunir a atenção dos demais, mesmo em situação de divergência de ideias ou conflitos.

Ao pesquisar um pouco mais sobre a presidente da colônia de São Mateus, me deparei com algumas notícias, uma delas, no site de uma prefeitura⁶⁴, falava a acerca de uma homenagem concedida a ela, a Dona Glória. Compartilho um detalhe que serve simbolicamente para ilustrar, por meio dos feitos de D. Glória, a leitura de

⁶⁴ Notícia completa em: legislativo concede certificado de congratulação à dona glória da colônia de pescadores. Câmara São Mateus, 2021. Disponível em: <https://camarasaomateus.es.gov.br/legislativo-concede-certificado-de-congratulacao-a-dona-gloria-da-colonia-de-pescadores/>. Acesso em 09/2021).

mundo feita sobre a vida e as realizações das mulheres na sociedade e, especificamente, no campo da pesca.

No mês de junho do ano corrente (2021), Dona Glória foi homenageada pela câmara municipal de São Mateus com o “Voto de Congratulação” pelos relevantes serviços prestados aos pescadores, estando à frente da colônia de pesca. Segue parte do texto que me chamou atenção:

Dona Glória da Colônia, como é conhecida a Maria da Glória de Araújo Santos, nasceu em 28 de março de 1955. Iniciou suas atividades na pesca ao lado do marido. A partir daí, iniciou sua liderança no setor no ano de 2000, quando criou a primeira Associação de Pescadores em Guriri, com aproximadamente 30 profissionais associados. Em 2005, foi convidada para formar a Colônia de Pescadores de São Mateus Z13, com cerca de 300 pescadores, e compôs a chapa como Vice-Presidente. Assumiu a Presidência da Colônia no ano de 2007, entidade que conta hoje com mais de 1400 pescadores associados. (Legislativo concede certificado de congratulação à Dona Glória da colônia de pescadores. Câmara São Mateus, 2021. Disponível em: <https://camarasaomateus.es.gov.br/legislativo-concede-certificado-de-congratulacao-a-dona-gloria-da-colonia-de-pescadores/>. Acesso em 09/2021).

Chama a atenção como apesar de todos os feitos de Dona Glória, ainda assim a descrição de sua breve biografia na pesca se inicia sob a prescrição da validação de um homem, no caso, seu marido. Mesmo uma posição de destaque e reconhecimento social não eximiu a jovem senhora de passar por uma legitimação semelhante àquela que Nádia relatou passar em sua posição de destaque na comunidade.

Digo que esse “flagrante” é simbólico, por ilustrar o quanto as mulheres (diferentemente dos homens) são desigualmente forçadas a mostrar capacidade, força, eficiência e, comumente, são levadas a acreditar que não são suficientes, seja por atitudes explícitas ou veladas. Cabe salientar que mesmo diante do tido comportamento adequado ou possíveis bons resultados em atividades profissionais, tais resultados ainda devem vir sempre acompanhados pela expectativa de traços de amabilidade, delicadeza e generosas doses de características tidas como femininas, que tendem, na verdade, a silenciar e docilizar os corpos para violências ainda maiores.

A estrutura patriarcal parte da noção da incapacidade da mulher, tanto física como intelectual e nesse sentido refuta seu modo de vida e trabalho, desqualificando-a implícita ou explicitamente no trato social. Rebecca Solnit (2017), jornalista e historiadora, em “*Os homens explicam tudo para mim*”, discorre a respeito da personalidade impositiva e arrogante dos homens que a todo tempo explicam coisas para as mulheres, mesmo não tendo certeza do que estão dizendo. A escritora divide com seu leitor um episódio de sua vida pessoal, que beira a comicidade, em que se viu recebendo uma verdadeira aula de um homem, sobre um renomado artigo, mesmo tendo informado ao intitulado homem, portanto, especialista, que se tratava de uma obra dela, Rebeca.

Esse tipo de naturalização afeta de tal modo a autoestima e o psicológico feminino que levanta dúvidas constantemente acerca das habilidades mais evidentes, conforme a fala de Solnit: “Durante a maior parte da minha vida eu teria duvidado de mim mesma e dado um passo atrás”, devotando que seu *status* de pessoa pública e historiadora a teria de certa forma protegido de alguma maneira, mas que nem todas as mulheres encontram tal suporte, seja no âmbito profissional ou pessoal: “deve haver bilhões de mulheres por aí, sendo informadas de que não são testemunhas confiáveis das suas próprias vidas, que a verdade não é própria delas, nem agora, nem nunca” (SOLNIT, 2017, p.19). Quando a subjetividade das mulheres lhes é negada, junto são cerceados seus saberes, seu trabalho, sua existência.

As desigualdades próprias desse “mundo muito mais para homens” repercutem no corpo das mulheres da Barra (e de muitas outras mulheres de outros tantos lugares) quando se trata de questões de saúde, principalmente com relação às doenças sexualmente transmissíveis. Ao retratar a questão de gênero e saúde no cotidiano de pescadores do Pará (região Norte do país), no Ceará, Pernambuco e Paraíba (região Nordeste), e Santa Catarina (região Sul), Leitão (2012) aborda alguns problemas em comum enfrentados pelas mulheres na pesca:

(...) doenças de pele e ginecológicas, a ocorrência de coceiras tanto na pele e principalmente, nas partes íntimas, inflamações urinárias, atribuídas a quantidade de horas que permanecem imersas na água e também devido a poluição nos mangues e marés (LEITÃO, 2012, p. 34).

Nádia, como liderança da pesca, também se mostra preocupada com um dos problemas de saúde mais recorrentes entre a população de pescadora, ao narrar

casos que ocorrem com suas companheiras pescadoras locais: as doenças ou infecções sexualmente transmissíveis. Quando algum mal-estar é identificado entre as mulheres, a maioria busca atendimento médico, porém os homens, de uma maneira geral, não as acompanham nem sequer buscam orientação e quando buscam não seguem o tratamento por completo, tornando-o ineficaz.

Quanto às políticas públicas de saúde voltadas aos trabalhadores da colônia, nota-se de maneira geral uma falta de conscientização, ou simplesmente negligência, por parte dos pescadores homens, já que como dito há pouco, algumas ações são realizadas no posto de saúde local especificamente para as pescadoras, pescadores e suas esposas. Para termos uma dimensão dos cuidados com a saúde dentre os pescadores e as mulheres da Barra, temos o seguinte relato sobre campanhas que são normalmente ofertadas em finais de semana específicos para atendimento dos pescadores, pescadoras e respectivos companheiros:

É. A gente tem muito problema com as doenças sexuais, né? [...] As nossas esposas de pescadores tem muita infecção e, por muita das vezes, é; acaba chegando também outros tipos de doenças porque os pescadores acabam se envolvendo com outras [...] e não tem o hábito de se cuidar, né? Pra fazer exames. Igual, nesse final de semana que eu te falei mesmo, sobre o novembro azul, só foram quatro pescadores pra poder fazer exame. Quatro. Eu tenho dentro da Barra do Riacho cerca de... Entre setenta a oitenta pescadores masculinos, pescadores homens, né? Tanto de mar quanto de rio. E só foi quatro..."[...] Já no outubro rosa, é, só de mulheres, nesse final de semana, foram cento e vinte mulheres atendidas. Cento e vinte. Eles tiveram que remarcar muita gente ainda. Entendeu? (Entrevista com Nádia Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz, 08/01/2021)

Os números impressionam, apesar de o serviço de atendimento médico ser oportunizado em caráter especial no final de semana, dos cerca de oitenta pescadores de Barra do Riacho apenas quatro buscaram atendimento no programa de conscientização da saúde local, enquanto o final de semana dedicado a assistência às mulheres contou com cento e vinte mulheres e fila de espera.

Ao tratar da diferença entre mulheres e homens no cuidado com a saúde, Leitão (2012) reforça a mesma percepção que os números de atendimento acima demonstram, apresentando a visão da Fernanda, pescadora no estado do Pará, quando esta afirma que:

(...) na questão da saúde eu observo que as mulheres são mais preocupadas com a saúde tanto dela, da família dela, quanto do homem, do

marido. Muitas vezes, o marido só vai na hora de olhar para o médico, mas é ela que vai para fila pegar ficha, ela que vai contar o problema para o médico. Ela está mais atenta a saúde dela, da família dela, e principalmente do homem, que não cuida da saúde dele, quando ele vai pro médico a situação já está bem grave (LEITÃO, 2012, p. 49).

Os casos narrados por Nádía e por Leitão (2012) não são os únicos. O comportamento ainda negligente masculino com relação à saúde sexual incide diretamente em problemas médicos vividos por suas parceiras (sejam relações estáveis ou ocasionais), as quais encontram muitas vezes dificuldades para garantir um tratamento adequado, agravando a questão da saúde entre as populações pescadoras. Saliento o quanto as falas reforçam a ideia de responsabilidade e não de fragilidade da mulher, enquanto na verdade quem demonstra certa fragilidade é o homem ao demonstrar uma postura negligente quanto ao seu corpo e saúde.

A prostituição é um tema inevitável de se tratar naquele contexto de Barra do Riacho, justamente por ser um bairro que nasceu e cresceu cercado por portos, estaleiros e com grande fluxo de trabalhadores flutuantes. Nádía diz que atualmente não é tão nítido, não existe mais a atividade de modo explícito quanto já foi um dia, quando a rua dos Eucaliptos (conhecida como “rua do murão”) funcionava como local de prostituição. Hoje, a comunidade local evita falar sobre esse tema. Em linhas gerais o que se depreende é que a nova composição geográfica e social não aceita mais esse tipo de exposição das casas de prostituição como em outros tempos.

Outra questão relevante, que vou me ater a apenas citar, dada a complexidade do tema, é a violência doméstica, que também submete muitas mulheres por dependerem financeiramente dos parceiros. *“Hoje conheço mulheres abusadas, maltratadas que se libertaram e outras que ainda continuam, devido à dependência econômica, abuso de álcool e até religião estão entre as causas comuns”* (Nádía Mattos Rodrigues, presidente da colônia de pescadores de Barra do Riacho/Aracruz).

Ou seja, o cotidiano das mulheres (pescadoras ou não) em Barra do Riacho não parece diferir, em grande parte, daquele vivenciado por mulheres nas muitas periferias do país, ou mesmo em grandes centros. Saliento o conjunto de repercussões sofridas pelas mulheres em decorrência dessa estrutura social falocêntrica e perversa, seja no seu efeito simbólico (muitas vezes por meio de

coações, entre sorrisos, piadas, constrangimentos, até mesmo assédios e outros), ou como violência física, na cruel face dos dados sobre violência doméstica e o feminicídio⁶⁵.

A seguir, irei desdobrar as noções de trabalho e de trabalho em ambiente doméstico considerando as relações sobre cuidados ou *care*. Penso que é preciso discutir circunstâncias outras de trabalho e vida além da pesca por considerar a amplitude da “impactologia” (FURTADO; SEABRA; PRAÇA, 2017) acerca das mulheres da Barra, e reivindicar as várias formas de trabalho pouco ou nada reconhecidas socialmente como atividades profissionais, além de retratar com mais detalhes a sequência de eventos de grandes proporções que as afetam e também ao ambiente.

4.3. CAMPO DE SACRIFÍCIOS

As dimensões de sacrifícios impostas ao meio ambiente e à vida da mulher em Barra do Riacho são distintas. Originalmente o conceito *zona de sacrifício*, ao qual faço alusão, ressurgiu com sentido ampliado. O que em princípio designaria uma segregação e contaminação geográfica/espacial a partir das decisões políticas e econômicas nas esferas públicas e privadas, protagonizadas por quem detém a hegemonia e o poder (submetendo populações a tal condição discriminatória), reposiciono de modo a estender o sentido aos próprios corpos das mulheres. Desse modo, a superposição de desastres ambientais e sociais, reforçam a complexidade das afetações e as repercussões na vida das mulheres a partir do seu caráter multifatorial e multitemporal.

Retratarei a seguir algumas das dimensões de sacrifício que assolam a bacia hidrográfica da região e, por consequência, todo ecossistema e população na esfera socioambiental, para em seguida ressaltar a dimensão que talvez seja identificada como a primeira das camadas de opressão e sacrifício para a mulher: a que diz respeito aos cuidados ou trabalho na intimidade - o *care*.

⁶⁵ Dados do 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2020) mostram 266.310 registros de lesão corporal dolosa contra mulheres em decorrência de violência doméstica e familiar, enquadrados na Lei Maria da Penha, o que representa a média de 729 agressões cometidas diariamente em 2019, ou ainda 30 agressões por hora. Fonte: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/por-dia-729-casos-de-lesao-corporal-dolosa-sao-enquadrados-na-lei-maria-da-penha/> (último acesso: novembro 2021).

A pesca artesanal em Barra do Riacho tem como principal produto o camarão, como explicado por Nádia, tipo de pesca caracterizada por embarcação de porte pequeno, ou ainda atividade desembarcada, cuja produção e venda seguem em regime de economia familiar ou de forma autônoma. A limpeza e a venda do produto garantem aos pescadores (suas esposas, filhos e filhas) e pescadoras, além do respectivo valor da venda, o alimento para consumo cotidiano de suas famílias. Todavia, os eventos sistemáticos de modificação geoespacial da região para instalação dos megaprojetos, a alteração dos fluxos hídricos, conforme já apontados, e o uso e apropriação privada da água, prejudicaram sobremaneira essa pesca artesanal. A quantidade e o tamanho do pescado, além da dificuldade de locais para exercer o trabalho, são problemas sentidos ao longo dos anos.

Por último, mas não menos devastador, cito o desastre-crime da Samarco, que ocasionou a proibição total da pesca na região da foz do rio doce (entre Barra do Riacho, Aracruz, até Degredo/Ipiranguinha, Linhares), desde 2016, trazendo graves consequências para os(as) pescadores(as), que se viram na impossibilidade não só do seu sustento, por meio do trabalho, como também de obter o alimento diário.

Abaixo segue uma breve apresentação cronológica, relacionados ao Desastre-crime da Samarco.



Figura 8: Cronologia de fatos e ações governamentais em torno do desastre crime Samarco
Fonte: Site do lema

A sequência de eventos descrita na figura acima, remonta a cronologia (parcialmente, as ações de 2015 a 2016) das afetações provocadas pelo desastre crime da Samarco, o que possibilita entender o quão impactante foi e continua sendo o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (MG) e a consequente contaminação do rio Doce: desde o desastre e as perdas humanas, a destruição e contaminação ambiental, o espalhamento da “lama tóxica” em todo o curso do rio, bem como o acompanhamento das repercussões socioambientais e os trâmites legais e de fiscalização sanitária e afins.

Pensando numa genealogia dos principais eventos considerados prejudiciais à atividade da pesca artesanal, destacam-se três episódios nos relatos de Nádia (assim como no de Jóeci): 1) a Suzano S/A com sua estrutura de desvio, represamento e controle das águas por comportas, o que altera completamente o curso das águas e consequentemente os locais de pesca; 2) O EJA S/A que, de modo análogo, contribuiu para obstaculizar a atividade pesqueira, tendo sido construído em cima de um pesqueiro tradicional de camarão rosa; 3) o desastre-crime da Samarco, que não só prejudicou o andamento e qualidade do trabalho, mas causou a paralisação da atividade da pesca artesanal e prejudicou atividades relacionadas (a comercialização, por exemplo), devido à contaminação da água e consequentemente do pescado.

Conforme já foi tratado em capítulos anteriores, é possível identificar em Barra do Riacho uma *zona de sacrifício* (ACSELRAD, 2002), com acumuladas instalações de empreendimentos que configuram alto risco ao ecossistema e contaminação do ambiente impactando a saúde dos locais. Evidenciando assim uma condição de vulnerabilidade social e ambiental por conta da presença massiva de grandes empreendimentos.

Retomando o debate a partir das questões que afetam substancialmente a mulher, ficam evidentes a luta e a resistência que acontece não somente nos ambientes públicos ou sociais, mas dentro dos lares, considerando que antes de ser pescadora essa mulher pode ser filha, esposa ou mãe. A figura da mulher é aquela que, na esmagadora parcela dos ambientes domésticos, fica com a guarda dos filhos, ou ainda assume o papel de cuidadora em casos de morte ou invalidez de algum

parente próximo. É a ela que a sociedade atribui o dever de dedicar o seu tempo e a sua vida a esse trabalho, que não é reconhecido ou ainda remunerado.

Nádia elenca já na fase adulta de sua vida, dois momentos cruciais em sua trajetória de vida, ocasiões em que precisou priorizar a família, momento em que se entrecruzaram cuidados com a família e atuação profissional. A manutenção financeira da família se apresentou como prioridade primeiramente por ocasião da sua primeira separação e anos depois ressurgiu com o falecimento de seu pai, já que agora ela se via responsável também por sua mãe e os sobrinhos, filhos de sua irmã que viviam com ela. Ocasão em que passou a se dedicar mais à pesca.

Em termos históricos, caberia também ressaltar um debate no âmbito da sociologia do trabalho francesa acerca da transformação do termo “*care*”⁶⁶, o qual passou a ser difundido, na contemporaneidade, em substituição a palavra “trabalho”, em artigos ligados às áreas da saúde e social, principalmente em pesquisas sobre as mulheres trabalhadoras das classes populares, tais como as cuidadoras, babás e empregadas domésticas (MARUANI, 2019). Tal substituição configurou um equívoco, por não considerar a temporalidade histórica e social em que o termo surgiu.

Considerando que “A noção de *care* foi moldada na Europa no quadro dos debates feministas dos anos 1970, pretendia-se tornar visível o trabalho doméstico realizado gratuitamente pelas mulheres para os seus familiares na esfera privada” (MARUANI, 2019, p. 239). Evidencia-se aspectos como o amor, a benevolência, a afeição que as mulheres dedicam aos membros da família e assim, substituiu-se simplesmente o termo *trabalho* pelo termo *care*, comprometendo significativamente o sentido da atividade profissional ao se apropriar de uma noção da sociologia da família.

Os dados apresentados sobre a média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, realizados por pessoas de 14 anos ou mais, em estudos de gênero IBGE (2021), exprimem que em 2019, no Brasil, as mulheres dispensaram duas vezes mais tempo aos afazeres domésticos que os homens, em uma média de 21,4 horas das mulheres contra 11,0 horas dos homens. Esse mesmo estudo estatístico estabelece que “o maior envolvimento no trabalho não

⁶⁶ A seguir discorro brevemente sobre a noção de “*care*” em termos sociológicos, localizando-o dentro do debate feminista — tanto em sua discussão originalmente europeia, quanto seu contexto brasileiro.

remunerado contribui para explicar a menor participação das mulheres no mercado de trabalho” (IBGE, 2021, p. 3).

Desse modo, Nádia relata que na adolescência chegou a trabalhar como cuidadora de crianças. O trabalho de “babá” foi exercido por um breve período, para complementar renda, essa passagem da vida de Nádia nos permite ampliar o campo de análise para o trabalho habitualmente exercido em âmbito doméstico e alude tantas outras adolescentes que atuam como cuidadora de crianças de seus parentes ou dos vizinhos, pessoas próximas, numa atuação doméstica e/ou profissional (precariedade remunerada) de grande responsabilidade, mas que é normalmente tratada como uma atividade não profissional, em um momento da vida de transição entre a infância e a juventude, onde tais atividades são exercidas convenientemente pelas jovens meninas da família ou vizinhança. O que nos faz compreender, como opera o sistema patriarcal, nas minúcias do apelo aos cuidados e do amor parental.

Assim, retomando a discussão proposta por Tiburi (2018), que diz ser impossível imaginar que essa sociedade, sob as bases patriarcais, abra espaço para o feminismo, o que nos resta a pensar é que há, ainda nos dias de hoje, um grande desafio ao feminismo e sua luta contra um estado de opressão e injustiça. “Isso nos deve levar a pensar que o “lar” nunca é um lugar doce para mulheres, mas um núcleo fundamentalmente capitalista que tem na família um sistema de exploração” (TIBURI, 2018 p. 64).

Para Vandana Shiva, é necessária uma mudança estrutural na dinâmica social e econômica, de forma a desconstruir o ideário que trata o trabalho das mulheres como um não trabalho ao desqualificar, invisibilizar ou ainda romantizar atividades profissionais exercido por mulheres, como cuidado genuinamente familiar, maternal ou feminino. Desse modo a estrutura capitalista hegemonicamente patriarcal subjuga e inferioriza seus corpos e trabalho (Artigo da Revista Instituto Unisinos online, 31.08.2020).

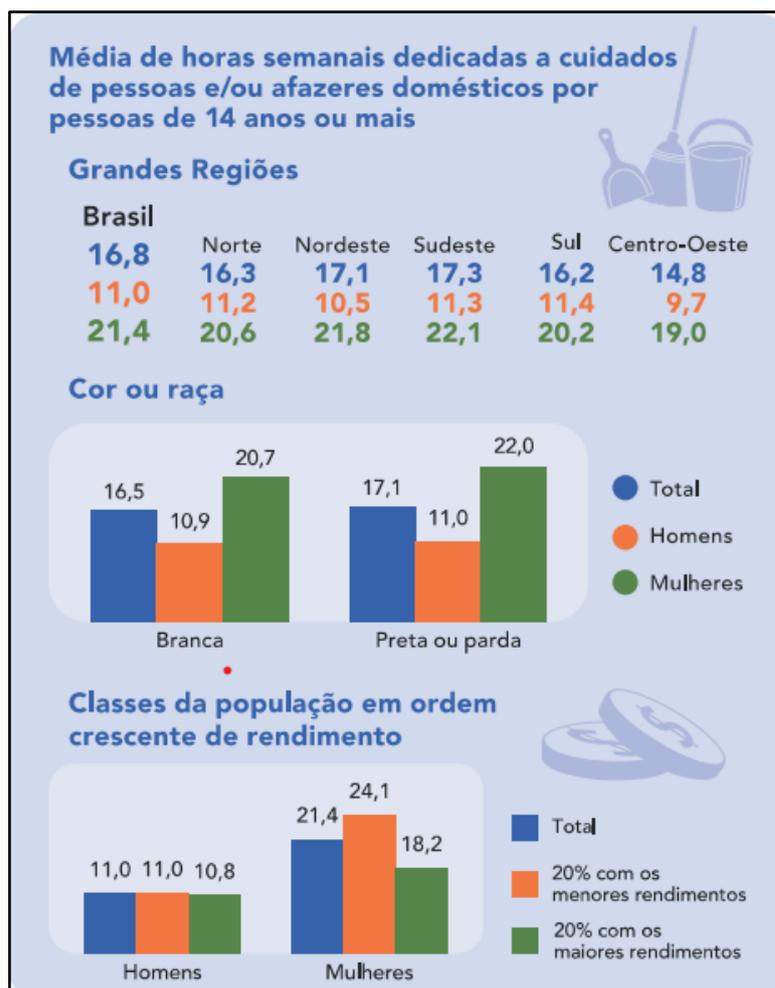


Figura 9: Média de horas semanais dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos.
Fonte: IBGE - Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil (2021)

Quis me deter um pouco mais nessa exposição para relacionar o conceito *care* com um ingrediente da dinâmica que, no Brasil, vivenciamos, particularmente nos trabalhos domésticos. Somente na última década, mais precisamente em 2012, o trabalho doméstico⁶⁷ foi reconhecido como trabalho formal na sociedade brasileira, com os direitos resguardados pela legislação, como: carteira assinada, jornada diária e semanal de serviço, férias, etc.

Nádia é uma *mulher da Barra* que corrobora de forma significativa com a discussão dessa pesquisa, sua trajetória ilustra muitas questões com as quais as mulheres

⁶⁷ Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 66/2012 (que posteriormente se tornou a Emenda Constitucional 72/2013 e que, por fim, originou a Lei Complementar 150/2015). As dificuldades na aprovação do projeto dão o tom do quanto as raízes da atividade doméstica no pensamento social brasileiro, relacionadas não só às origens patriarcais como também ao ideário racista. A exploração do trabalho na nossa sociedade patriarcal e capitalista se vale, como já dito, de diferentes formatos e possibilidades.

precisam enfrentar e negociar em suas atividades pessoais e profissionais. Tais questões suscitam um estado de alerta para as mulheres que precisam provar suas capacidades constantemente, até mesmo em atividades com as quais possuem habilidades reconhecidas. Como suas atividades profissionais costumam ser reduzidas em importância e relevância econômica, elas carregam ainda um estigma de cuidadoras, que desempenham suas funções por amor.

Por meio desse caso particular, articulado como referencial teórico pertinente, foi possível inferir de forma mais ampla as possíveis situações de vulnerabilidade as quais são submetidas as mulheres em ambientes reconhecidamente pautados por disputas de poder, sob uma lógica hegemonicamente masculinista capitalista. Na história de vida de Nádia, observamos as camadas de afetações ocasionadas em uma vida construída num ambiente cercado por cicatrizes, características de uma *zona de sacrifício* (ACSELRAD, 2002).

Nádia nas várias etapas de sua vida e amadurecimento, seja como filha, esposa, mãe, mulher separada, mãe solo (ou como lida socialmente mãe solteira), mulher pescadora, líder de colônia de pesca e finalmente mulher num ambiente desenvolvimentista, carrega não só em seu corpo e trajetória de vida, mas nas subjetividades que marcam sua identidade, essas marcas ou cicatrizes que do ambiente reverberam em sua existência.

Por fim, ao intitular essa seção final de campo de sacrifícios, pretendi através de uma analogia pormenorizar algumas das afetações sentidas e naturalizadas nestes “*campos*”. Uso a palavra no plural, pois trato tanto do lugar, Barra do Riacho, quanto simbolicamente me refiro ao corpo da mulher como esse “campo” de sacrifícios, atravessado de diferentes formas pelas forças do desenvolvimentismo, dos padrões e valores patriarcais e suas representações androcêntricas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos levantados, elencarei brevemente os principais eixos de reflexão proporcionados nesse trabalho que tratou de discutir a questão de gênero a partir da confluência da literatura teórica e histórica pertinentes, junto com a execução do trabalho de campo e, por fim, a análise das histórias de vida.

Para tanto, recorrerei ao quadro imagético proposto por Becker para unir os elementos constitutivos dessa pesquisa como peças de um complexo mosaico, de maneira a realçar as conclusões que alcançamos a partir da análise de todas as suas faces ou como tratei durante a pesquisa, camadas. A moldura desse mosaico foi cunhada na perspectiva feminista, fonte mobilizadora das provocações e inquietudes no intuito de denunciar situações de opressão e desconstruir suas estruturas.

Por meio do referencial foi possível, primeiramente, articular uma fundamentação que permitisse compreender, por meio da história da sociedade, suas heranças patriarcais, que condicionam até a atualidade os corpos e vidas de mulheres em vários contextos, extratos econômicos e sociais diferentes. Posteriormente, coube especificar tal problemática ao contexto desenvolvimentista capixaba, na figura dos megaempreendimentos, coadunando com aspectos da teoria ecofeminista e sua crítica ao paradigma científico moderno.

Nesse sentido, a bibliografia da história do desenvolvimentismo e dos interesses econômicos empresariais e políticos, convergiram junto à crítica ecofeminista propiciando uma melhor compreensão da confluência de fatores que agiram em favor de tais interesses, num verdadeiro movimento de orquestração de financiamentos em favor dos megaempreendimentos, que se sustentam e oprimem sob a égide do falo. No percurso da realização desse estudo, Barra do Riacho e seu ecossistema, sua bacia hidrográfica, sua comunidade pesqueira artesanal e, enfim, as mulheres, surgem como faces do sacrifício imposto pelo desenvolvimentismo.

O suporte teórico das autoras do feminismo, como Beauvoir (2016), por exemplo, permitiu conhecer o confronto inicial da teorização feminista, forjado para derrubar pressupostos sexistas que ligavam a mulher a uma condição de inferioridade biológica, temática que em seguida ganha maior robustez com outras discussões

propostas pela desnaturalização social feminista. Posteriormente, na epistemologia ecofeminista de Svampa (2015) e seu feminismo do Sul, e de Vandana Shiva (2003) com sua discussão sobre as *monoculturas da mente*, depreende-se outro recorte de problematização que adentra os sistemas econômicos e ambientais, para lançar sua crítica do lugar de vulnerabilidade e assujeitamento que a mulher foi alocada no desenvolvimentismo marcadamente masculinista. Esse referencial corroborou também para a confrontação da própria ciência e do fazer científico tratados a priori nesta pesquisa a partir das provocações de Favret-Saada (1991) e Haraway (1995) com suas proposições acerca de se deixar ser afetado e dos saberes localizados.

A História de vida das “mulheres da Barra” possibilitou conhecer melhor os contornos da vivência de duas mulheres, a partir do cenário peculiar no qual estão inseridas, no bairro de Barra do Riacho, e identificar em suas narrativas elementos que substanciam nossa hipótese de “escovação a contrapelo” realizada por elas em suas trajetórias particulares. E foi exatamente na imersão proporcionada na etapa com maior viés etnográfico da pesquisa, que o referencial teórico deixou de ser apenas uma base ou moldura de onde o trabalho foi iniciado, para alcançar um caráter mais robusto, que fez com o que o trabalho ganhasse forma – tal como as várias faces de um mosaico - dando contornos mais definidos.

Jóeci, como pescadora e ativista ambiental, e Nádia como pescadora e presidente de colônia de pesca, subvertem a ordem estabelecida numa localidade que nos permitiu observar e analisar a realidade estrutural/hegemônica como uma realidade tacitamente desigual para as mulheres. Dessa forma, valendo-me do olhar atento à lógica de construção de significados entre os agentes sociais, é que a análise e interpretação das narrativas das trajetórias de vida dessas mulheres da Barra, propiciaram acessar suas vulnerabilidades e afetações, enquanto eu mesma me colocava em uma posição de deixar-me afetar pelo campo e minha ação relacional, num tipo de reflexividade metodológica processual, no decorrer de toda pesquisa.

Ao analisar as histórias de vida de Nádia e de Jóeci, conseguimos identificar em várias passagens de suas trajetórias a maneira como as estruturas patriarcais da nossa sociedade, profundamente entrelaçada com o sistema político e econômico capitalista, atuam desde a muito cedo em suas vidas, condicionando seus corpos e comportamentos a partir do estabelecimento de naturalizações e estereótipos do

papel social da mulher, os quais atuam como violências simbólicas cotidianas e conformam realidades a partir dos interesses desse mesmo sistema.

Essa análise nos revela uma série de afetações que perpassam as subjetividades dessas duas mulheres, a formação de identidades, auto estima, além das condições materiais de existência e sobrevivência, especialmente caracterizados nessa pesquisa frente ao desenvolvimentismo presente em Barra do Riacho. Um sistema predatório que interpreta o ecossistema local como simples matéria-prima e não respeita os saberes locais e os modos de vida, que emprega a lógica fabril da produção e lucratividade, invisibilizando e desprezando tudo que foge de seus interesses econômicos restritos. Logo, a degradação ambiental que caracteriza uma *zona de sacrifícios*, alcança não somente o campo ou a região geográfica daquele bairro, mas também as mulheres e seus corpos são faces desse sacrifício, já que são profusamente afetados pela imposição das ações desenvolvimentistas, na presença dos megaempreendimentos e suas sucessivas ações de violências e exploração socioambiental.

Sob as lentes da cientificidade moderna, imbuída dos valores que acentuam a visão masculina como hegemônica, tendemos a complexificar as questões sociais com elementos cada vez mais abstratos, ao passo que a vida experienciada na sua dimensão micro sociológica expõe de modo muito significativo os dramas e a profundidade das realidades postas. Encontrar nas falas de Nádia, e também de Jóeci, a declaração explícita de que vivemos num mundo “muito mais para homens”, corresponde significativamente às proposições que foram problematizadas e que considero imprescindíveis nesse trabalho.

Diante dos argumentos expostos, após ter percorrido o referencial teórico, as narrativas das mulheres da Barra e apresentado alguns dados estatísticos, posso afirmar que diante dos muros de concreto do progresso e da modernidade, continua sendo muito difícil para a mulher quebrar as barreiras da desigualdade de gênero, inclusive em questões que, para algumas correntes do próprio feminismo, já teriam sido superadas. As mulheres continuam assumindo menos cargos de liderança, tendo menos chances no mercado de trabalho, sendo menos remuneradas, em relação aos homens; são também as que mais se responsabilizam pelos filhos quando da separação, e são em maior número as cuidadoras de entes familiares;

são deliberadamente expostas a enfermidades ligadas a DSTs, por seus parceiros; sofrem cotidianamente múltiplas violências, simbólica (inclusive quando apresentam comportamento autônomo ou assertivo, são consideradas “homens”) e física (as taxas preocupantes de feminicídio). Um estudo mais complexo, de corte interseccional (incluindo questões de classe e raça, além de gênero), certamente apontaria disparidades sociais e raciais ainda maiores.

Uma leitura crítica mais dura, menos sensível à diversidade, ou centrada na ótica da ciência moderna eurocentrada, poderia presumir que *concluir a desigualdade de gênero, não traria a princípio grande novidade*, porém esse tipo de colocação contribui somente com a manutenção das mesmas desigualdades denunciadas aqui, pois se faz necessário reposicionar os olhos, os holofotes, a escrita, a própria mente para as nuances que marcam tais desigualdades tácitas, mas ainda invisibilizadas socialmente.

Um outro tipo de leitura, talvez um pouco mais otimista, poderia supor que em pleno século XXI, algumas pautas feministas já teriam sido ultrapassadas e que deveríamos mirar em outros desafios. Porém os desafios discutidos nos primórdios do feminismo continuam latentes, e não só as histórias de vida nos permitem compreender esse dado, como também se aprofundarmos outros elementos como categorias de classe ou de raça, encontraremos ainda mais nuances da desigualdade de gênero, como já apontei a partir de alguns dados estatísticos.

Penso que o aporte teórico articulado nesta dissertação colaborou para uma compreensão mais crítica dos condicionamentos da estrutura social que querem conformar e promover um assujeitamento dos corpos e das mentes das mulheres, tal qual o sistema capitalista faz com os ecossistemas locais e é tão bem descrito pelo ecofeminismo. A potência da luz produzida pelo poder econômico é tão impactante que produz uma grande sombra, semelhante ao que apreciamos num eclipse dos astros, porém essa sombra é exatamente o lugar reservado na sociedade tanto para a natureza quanto para as mulheres, que após serem exploradas de diferentes formas, são dissuadidas de sua relevância, beleza e condição de existência. Em contrapartida, o discurso hegemônico capitalista desenvolvimentista preponderantemente masculino, opera de forma arditamente conveniente para manter a sua visão como universal e necessária.

As conveniências do mercado capitalista patriarcal corroboram com o *status* de menor prestígio social à mulher, seu trabalho e subjetividades. Do mesmo modo, a defesa e proteção ambiental são convenientemente postos de lado, sob os pretextos do progresso e da oferta de tecnologia, prosperidade e sucesso na modernidade. A perspectiva ecofeminista, aqui discutida, foi o caminho que encontramos para intensificar essa denúncia, esse sistema insustentável e predatório. Ao invés disso, o ecofeminismo propõe um novo paradigma econômico centrado na mulher e na relação de coexistência entre humanos e não humanos, assim como na prevalência da dignidade e do reconhecimento das subjetividades, da autonomia do corpo e do trabalho das mulheres.

Antes de concluir, compartilho uma sensação de que há ainda um longo caminho de pesquisa pela frente. Certamente, todo o material trabalhado aqui - tanto a literatura quanto do material transcrito pelas entrevistas de história de vida - poderia ter sido discutido ou aprofundado a partir de outras perspectivas interpretativas, mas me coube metodologicamente delimitar um recorte. Não tenho dúvidas de que outros projetos de pesquisas podem vir a ser desenvolvidos em nível de pós graduação, dada a importância de estudos críticos sobre o desenvolvimentismo, a partir de uma apreensão de gênero, que possibilitem conhecer as complexas demandas das mulheres, inclusive mulheres na pesca, suas afetações e os contextos em que estão inseridas.

Dos Santos (2018) traduziu muito bem esse que é um dos grandes problemas do pesquisador desde o início do desenvolvimento de sua investigação, ao afirmar que:

O que será apresentado [...], por vezes, pode deixar o leitor comum o sentimento de “porque isso não foi mais explorado pelo pesquisador?”... Para justificar parte da possível frustração há de se ter em mente que as pesquisas possuem início, meio e fim (às vezes o próprio fim abre outros inícios, num movimento contínuo, justificando outras pesquisas). Por outro lado, deixa bastante evidente a necessidade de explorar cada vez mais a complexidade socioambiental. (DOS SANTOS, 2018, p. 18).

Sendo assim, por fim, as mulheres da Barra explicitaram com as suas trajetórias o quão dificultoso é o caminho percorrido por mulheres nesse sistema. O quanto suas histórias de certa forma incomodam a comunidade local, sobretudo àqueles que acreditam que os espaços que elas ocupam deveria continuar sendo (como historicamente) espaços de homens e para homens. Não obstante, a força com que enfrentaram e continuam a enfrentar tais espaços delineados *pelos* e atuados *por*

homens, demonstra como elas foram capazes de ampliar seus campos de possibilidades, mobilizando suas histórias como mulheres.

É urgente que o modelo econômico seja repensado em nossa sociedade, e repensado a partir de um reposicionamento e valorização da mulher e do meio ambiente, a epistemologia ecofeminista demonstra enfaticamente o quanto os perversos interesses da lógica desenvolvimentista são insustentáveis e promovem vulnerabilidades e adoecimento. Esse trabalho cumpre seus objetivos, ciente que os estudos aqui realizados não devem ser considerados como um ponto final na discussão, mas sim uma contribuição no sentido de aprofundar ainda mais a discussão, seja por meio da ampliação do número de histórias de vida analisadas, seja considerando recortes mais específicos de classe ou de raça no bojo de novas investigações.

BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, v. 5, 2002.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental?*. 2009
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. – 3a. ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Editora 34, 2011.
- BECKER, Howard. *S. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução: Marco Estevão, Renato Aguiar. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins; DE ANDRADE, Denise Almeida; MACHADO, Monica Sapucaia. *Mulher, sociedade e vulnerabilidade*. Editora Deviant, 2017.
- BITTENCOURT, G. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Em tese, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira: 2003.
- CATULLO, María Rosa. *Proyectos de Gran Escala, Género y Relocalizaciones Urbanas*. Ciudad de Federación (Argentina). *cadernos pagu*, n. 52, 2018.
- CHIZENGA, Anselmo Panse. *Mineração e conflito ambiental: disputas em torno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique*. 2016.
- CHIZENGA, Anselmo; CAMANA, Ângela. *Mulher, lugar e inter-relacionalidade na disputa por desenvolvimento em torno do megaprojeto da companhia vale em Moatize, Moçambique*. 2016.
- CISNE, Lúcio Flávio R. CLÁUDIO, Maria do Rozário. MONTEIRO, Valdênia Brito, organizadores. *Mulher, vulnerabilidade e justiça socioambiental [recurso eletrônico] / Recife : Instituto Humanitas UNICAP, 2017.*
- CREADO, Eliana SJ; TRIGUEIRO, Aline; TORRES, Clara CA. *Vidas de rio e de mar: pesca, desenvolvimentismo e ambientalização*. Vitória: Proex, 2018.
- CYRINO, C. de O. e S. " *AOS PESCADORES, A MODERNIDADE!*" *Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal*. 2018.

CÓ, Jorge L. Coqueiral de Aracruz-ES, de bairro-empresa a núcleo satélite. UFES, 2013.

DE GOUGES, Olympe. Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. DIREITO E DEMOCRACIA, p. 459,1791.

DO CARMO SOUZA, Robério Americo. Narrativas orais como fontes para uma compreensão histórica da experiência vivida. Revista Maracanan, n. 17, p. 118-129, 2017.

DOS SANTOS, Leonardo Bis. De Ação de Governo à Política de Estado: O Caso das Áreas Protegidas no Estado do Espírito Santo Entre 1940 e 2000. Paco Editorial, 2018.

ELIAS, Norbert. Mozart: sociologia de um gênio. Zahar, 2010.

FOUCAULT, M. A história da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FURTADO, Gilmar Soares; LEITÃO, MRFA. Lançando Rede Tecida e Retecida na Esperança de Garantir Peixe e Sonho. Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais. 1ed. Florianópolis: Mulheres, v. 1, p. 221-236, 2012.

FURTADO, F.; SEABRA, J. EMMERICK ; PRACA, M. . (Org.) Mulheres e Conflitos Ambientais: nem nossos territórios, nem nossos corpos. Da invisibilidade à resistência. 2017. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Educação Popular Feminista).

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. RJ: LTC, 1978.

GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. unesp, 1991.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Editora Record, 2011.

GOMES, Helder; OVERBEEK, Winnie. (Org.) Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistências no Espírito Santo. 1. ed. Vitória: Rede Alerta/Rede Brasil, 2011. v. 1. 200p.

GUIMARÃES, Daniela Rodrigues *et al* Formação política em gênero: O processo de empoderamento da mulher pescadora em Pernambuco entre os anos de 2004 e 2014. Revista Feminismos, v. 7, n. 1, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos pagu, n. 5, p. 7-41, 1995.

IZOTON, João Paulo Lyrio. Pesca artesanal e industrialização na Barra do Riacho, Aracruz-ES. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

KUHNEN, Tânia A.. A crítica ecofeminista ao paradigma do desenvolvimento: a necessidade de repensar a relação humana com a natureza. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. Anais eletrônicos, 2017. v. 1. p. ---.

LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: A reapropriação Social da natureza. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ Epistemologia Ambiental. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____ Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. 9ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2012.

LEITÃO, M. R. F. A.; LEITÃO, Juliana Andrade . Nessa Canoa tem motor? Uma reflexão sobre Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas. In: Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão. (Org.). Extensão Rural & Extensão Pesqueira: Experiências Cruzadas. 1ed.: Recife, FASA, 2008a, v. 1, p. 149-162

LEITÃO, MRFA. Gênero e Pesca Artesanal. Recife, Liceu, 2012.

_____ “Memórias, mulheres e poder na presidência das Colônias de Pescadores/as em Pernambuco”. In: Cultura [recurso eletrônico]: conceito sempre em desenvolvimento / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, p. 87-98, 2019.

LEONARDO, Flavia Amboss Merçon. Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental: O caso da pesca artesanal e a configuração de um cenário de injustiça ambiental em Regência Augusta-ES. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

MARACCI, Marilda A. Re-significação da Água pelo Uso Industrial. In: Helder Gomes; Winnie Overbek. (Org.). Aracruz Credo - 40 anos de violações e resistência no ES. 1ªed.Vitória (ES): Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais - Patrícia Bonilha, 2011, v. 1, p. 79-85.

MARUANI, Margaret. (Org). Trabalho, logo existo: perspectivas feministas. tradutora Dora Rocha. - Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

MEAD, Margaret (1935). Sexo e temperamento. SP. Ed. Perspectiva.4.ed. 1999.

MEIRELLES, D.; CALAZANS, M. Papel para o Norte, hiper-consumo de água no Sul: uma hidrogeneologia das fábricas da Aracruz. In: GOMES, H.; OVERBEECK, W. (Orgs.). Aracruz credo: 40 anos de violações e resistência no ES. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

MORO, Carolina Corrêa; MANTELLI, G. A. S.. Narrativas Ecofeministas. Justificando, 08 mar. 2017.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães *et al* O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

PEREIRA, Guilherme Henrique. Política industrial e localização de investimentos: e o caso do Espírito Santo. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 1998.

PITANGA, Ângelo Francklin. O enfrentamento da crise socioambiental: Um diálogo em Enrique Leff sobre a racionalidade e o saber ambiental. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 32, n. 1, p. 158-171, 2015.

PÚBLICA, ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ano 13, 2019. 2020.

PULEO, Alicia. Perspectivas ecofeministas da ciência e do conhecimento: a crítica ao viés andro-antropocêntrico. Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência, n. 5, 2019.

QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos-Marx| Durkheim| Weber. Editora UFMG, 2003.

RAINHA, Jamila. Articulação de interesses entre setor privado e poder público: o movimento empresarial Espírito Santo em Ação e o Governo do Estado do Espírito Santo. 2012. 161 f. 2012. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RIBEIRO, Gustavo. L. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. Revista Novos Estudos, no. 80, Março 2008.

RIST, Gilbert. The history of development. Zed Books, 1997.

ROCHA, Haroldo. COSSETTI, Maria da Penha. Dinâmica cafeeira e constituição da indústria no Espírito Santo – 1850/1930. Vitória: UFES/NEP/COPLAN/IJSN/GERES, 1983.

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Ângela Maria. Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

ROSA, Teresa da Silva *et al* (Orgs.). Sociologia Pragmática das Transformações em Diálogo: riscos e desastres no Brasil contemporâneo. Vitória: Ed. Milfontes, 2020.

SCOTT, Joan Wallack. Prefácio a gender and politics of history. Cadernos Pagu, n. 3, p. 11-27, 1994.

SCOTT, Russell Parry; QUADROS, Marion. Desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. Cadernos Pagu, n. 52, 2018.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Gaia, 2003.

SILVA, Aline Pacheco *et al* " Conte-me sua história": reflexões sobre o método de História de Vida. Mosaico: estudos em psicologia, v. 1, n. 1, 2007.

SILVA, Marta Zorzal. Espírito Santo: Estado, interesses e poder. 1986. Tese de Doutorado.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo – 1950/1990. Fenix: Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 6, ano VI, nº4, 2009.

SIQUEIRA, Paula. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. Cadernos de Campo (São Paulo 1991), v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161>

SOUZA, S. R.; MARTINEZ, S. A. . Narrativas das trabalhadoras da pesca artesanal: percepção sobre a dimensão ambiental e ecológica das mulheres nas comunidades tradicionais. In: 31 Reunião Brasileira de Antropologia, 2018, Brasília. Anais da 31 Reunião Brasileira de Antropologia, 2018.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *osal*, v. 13, n. 32, p. 15-38, 2012.

SVAMPA, Maristella Noemi. *Feminismos del Sur y ecofeminismos*. 2015.

TAVARES, Manuela. *Feminismos: Percursos e desafios*. Leya, 2012.

TEIXEIRA J. b.; OLIVEIRA, I. a. a. g. ; ANGONESI, p. s. . Levantamento e sistematização de informações para a criação da reserva de desenvolvimento sustentável da foz do rio doce es.. 2007.

TIBURI, Marcia. *Feminismo em comum*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

TRIGUEIRO, Aline. Vidas afetadas, saberes localizados: notas metodológicas de projetos realizados junto às populações pesqueiras (Espírito Santo, Brasil). *Sociologia Pragmática das Transformações em Diálogo*, p. 89, 2020.

TRIGUEIRO, Aline e KNOX, Winifred. A virtuosidade do progresso e outras ‘histórias pra boi dormir’: a pesca artesanal e os reflexos do desenvolvimentismo no ES. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciência Social, 2013, Águas de Lindóia, São Paulo. Anais eletrônicos.

TRIGUEIRO, Aline; CREADO, Eliana Santos Junqueira; ZANETTI, Daniela. *ENCONTROS DE RIOS E MAR: áreas protegidas e grandes projetos de desenvolvimento em Barra do Riacho e Regência Augusta (ES) 1. ed.* – Vitória : ProEx, 2018.

VIEIRA, LUIZ HENRIQUE. OS impactos socioambientais dos empreendimentos industriais na comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho-Aracruz-ES. 2012. 109 f. Trabalho de conclusão de curso (Departamento de Geografia)-Centro de Ciências Humanas e Naturais, UFES, Vitória, 2013.

ZORZAL E SILVA, M. Trajetória político- institucional recente no ES. In: Instituto dos Santos Neves. *O Espírito Santo: Instituições, desenvolvimento e inclusão social*. Vitória, ES, 2010.

ZORZAL, Marta *et al*/ O Espírito Santo face à logística de expansão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). *Dimensões*, n. 13, 2001.